

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

JÚLIO BARNEZ PIGNATA CATTAI

O ESTANDARTE SILENCIOSO:
*A United States Information Agency na mídia impressa do Brasil –
Correio da Manhã e Tribuna da Imprensa,
1953-1964*

São Paulo
2011

JÚLIO BARNEZ PIGNATA CATTAI

O ESTANDARTE SILENCIOSO:

*A United States Information Agency na mídia impressa do Brasil –
Correio da Manhã e Tribuna da Imprensa,
1953-1964*

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre em
História.

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Cancelli

São Paulo
2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Nome: CATTAL, Júlio Barnez Pignata

Título: O estandarte silencioso: a *United States Information Agency* na mídia impressa do Brasil – *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*, 1953-1964

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre em
História.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

*Tinha, tenho muito a dizer.
Mas decido-me pelo silêncio, de quem, afinal, sou amigo.
É a maneira que tenho de dizer
o que o próprio significar não comporta:
Para Alice, inteiramente para Alice,
Dedico.*

Agradeço

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP - pela bolsa de estudos, sem a qual a pesquisa não teria sido possível;

À professora doutora Elizabeth Cancelli, minha orientadora, que soube de mim e tirou o que de melhor tinha a oferecer nesta pesquisa. Referência de coragem e dignidade de se poder andar de cabeça erguida, sem perder o bom humor como o de Mário Quintana – *eles passarão, eu passarinho...*

Aos professores doutores Sidnei Munhoz e Sezinando Menezes, da Universidade Estadual de Maringá, que orientaram meus primeiros passos na pesquisa acadêmica e em quem pude encontrar alguma tranquilidade para continuar sonhando;

Aos professores do Departamento de História da Universidade de São Paulo, especialmente às professoras doutoras Maria Lígia Coelho Prado e Mary Anne Junqueira, que compuseram a banca de minha qualificação, e ao professor doutor Elias Thomé Saliba, que me faz lembrar, quando a força do cansaço e da pressa me fazem esquecer, de porque escolhi ser historiador;

Ao doutor Michael M. Hall, da Universidade de Campinas: *professor* no máximo e no melhor da palavra. Quem eu gostaria que lesse este trabalho;

Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp, da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Estado de São Paulo, pela presteza e paciência com que sempre atenderam minhas solicitações;

Aos colegas e amigos da História, Angela, Aruã, Gláucia, Luciana, Wanderson e Wilson, pelas trocas de ideias e de vida, sobretudo, nas fundamentais risadas;

À Gláucia, sem cuja ajuda eu não teria superado a minha dificuldade com assinaturas;

Ao Bruno, de cultura e inteligência raras, que leu e opinou sobre minha escrita, em todo processo;

Ao Cauê e Gustavo, pelo *Túlio-tubarão*;

À Maria de Lourdes e José Carlos, pela constância do apoio;

À Eva, com eterno reconhecimento;

Ao Caio Soh, por ter-me estendido a mão, com uma simplicidade que ainda hoje me espanta, quando o mar de Copacabana não bastou;

Aos meninos do congado, Pietro, Luiz e Yuri. Amigos de sempre;

À Maria Izabel, minha tia, por intermédio de quem descobri a Universidade e de cuja vida emprestei um sonho;

Ao João Vítor e João Pedro, meus primos, por simplesmente estarem aí, pedaços da minha vida;

Ao Antonio (Nico), o melhor contador de histórias, meu avô, que, quando eu vacilava, garantiu: *Você conhece circo, Júlio? Então... voe o quanto acreditar no trampolim. Eu sou sua rede aqui embaixo*;

À Zenith, minha avó, de espírito curioso como o das crianças, que tudo quer conhecer e não cansa de descobrir e admirar as coisas belas da vida. De *alma não pequena*, afinal;

Ao Angelo, meu pai, sem cujo apoio esta pesquisa e outros projetos não teriam podido se realizar e que, mesmo na costumeira distância, está sempre perto a me desafiar a imaginação;

À Regina, minha irmã, espírito raro, leve, que a vida, por graça, decidiu trazer para perto de nós;

Ao Ari, de cuja sabedoria, espero poder alcançar uma pequena parte. Homem raro, por o que a vida decidiu fazer-se graça e reverenciar-se para nós mais uma vez. *O plus ultra*;

Ao Glauco, meu irmão, com quem aprendo um tanto sem querer. Fiel escudeiro;

Ao Pedro, meu irmão, cúmplice de todas as horas, pelo abraço quando foi difícil, pelo diálogo possível e, sobretudo, pela potência da alegria;

À Maria Inês, minha mãe, um espírito múltiplo, a primeira de qualquer equipe. Por tudo. A lembrar-me do inexplicável e de sua absoluta beleza: afinal de contas, *há uma mesma lua sobre todos nós*;

À Alice, de quem sou pai, que me arrancou, pôs-me abraçado à loucura e, então, como no *País das Maravilhas*, sorriu ternamente. Da ordem do impossível: sem medida, sem remédio. Cujo mais simples sorriso ou olhar vale-me toda existência. Toda.

*Minha opinião é que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso (...).
Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer.*

Michel Foucault

RESUMO

CATTAI, J. B. P. **O estandarte silencioso: a *United States Information Agency* na mídia impressa do Brasil – *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*, 1953-1964.** 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Em 1.º de junho de 1953, a administração do presidente norte-americano Dwight D. Eisenhower fundou a *United States Information Agency* (USIA), reunindo sob a coordenação da nova agência os programas de informação dos Estados Unidos da América (EUA) no exterior. O intuito era o de aproximar as audiências internacionais dos valores do sistema democrático e de livre empresa encenado pelo país, granjeando governos às posições norte-americanas na Guerra Fria. A atuação da agência se deu no âmbito das disputas entre os governos dos Estados Unidos e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em programas de propaganda cultural – naquilo que a historiografia tem chamado de “Guerra Fria Cultural” (*Cultural Cold War*). Esta pesquisa teve por objetivo investigar a atuação da USIA no Brasil, entre os anos de 1953, data de fundação da agência, e 1964, quando as questões de que se ocupava foram reorientadas em função, no plano internacional, da Guerra no Vietnã e, no Brasil, do golpe civil-militar. Para tanto, analisamos o material da agência – matérias, artigos, notícias, notas e fotografias – veiculado nos jornais cariocas *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*, duas das mais importantes publicações da mídia impressa brasileira do período. Verificamos que a agência passou, paulatinamente, a empregar atividades secretas, além das atividades não secretas, driblando as resistências que a opinião pública brasileira mostrava à presença oficial norte-americana no debate de questões políticas nacionais. Embora as estratégias utilizadas pela USIA fossem realizadas em nome das liberdades democráticas, a agência não vacilou em lançar mão de operações secretas para a consecução de seus objetivos políticos na Guerra Fria.

Palavras-chave: *Correio da Manhã* – Guerra Fria Cultural – propaganda – *Tribuna da Imprensa* – United States Information Agency (USIA).

ABSTRACT

CATTAL, J. B. P. **The silent standard: United States Information Agency in the Brazilian Press, 1953-1964.** 2011. 158 p. Dissertation (Master) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

On June, 1st, 1953, U.S. President Dwight D. Eisenhower's administration founded the United States Information Agency (USIA) for gathering U.S. information programs overseas under its umbrella. The aim of the new agency was to broadcast democratic system and free enterprise values portrayed by the country to international audiences in order to garner nations to U.S. positions during the Cold War. The Agency proceedings took place in the context of disputes between the heads of government of the United States of America (USA) and the Union of Soviet Socialist Republics (USSR) in programs of cultural propaganda – called the 'Cultural Cold War' by historiography. The present study aimed at investigating USIA's performance in Brazil between the years 1953, founding date of the Agency, and 1964, when the Agency's previous issues were redesigned on account of Vietnam War, at an international level, and of the civil-military coup, in Brazil. Therefore, we analyzed the Agency material – newspaper reports, articles, news, notes and photos – released in *Correio da Manhã* and *Tribuna da Imprensa* newspapers, two of the most important publications of the Brazilian Press for the period edited in Rio de Janeiro. We found that the Agency has, gradually, carried out covert activities, besides the overt ones, dodging Brazilian public opinion resistance against official U.S. presence in the debate on national political issues. Although the strategies used by the USIA were held in the name of democratic freedoms, the Agency did not hesitate about resorting covert operations to achieve its political objectives in the Cold War.

Key words: *Correio da Manhã* – Cultural Cold War – propaganda – *Tribuna da Imprensa* – United States Information Agency (USIA).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografias

Fig.1- Livraria de um posto USIS em Praga; outubro de 1949.(National Archives. Apud CULL, N. J.)

Fig.2- Vietnamitas assistem a um documentário da USIA em campo vizinho a um vilarejo fortificado; 1963. (Time & Life Pictures / Getty Imagens. Apud CULL, N. J.)

Fig.3- Cidadãos de Bogotá, Colômbia, em exposição, promovida pela USIA, da cápsula *Friendship Seven* utilizada pelo astronauta John Glenn; maio de 1962. (National Archives. Apud CULL, N. J.)

Fig.4- Exposição da USIA *Átomos para a Paz*, em South Banke, Londres; junho de 1961. (National Archives. Apud CULL, N. J.)

Fig.5- Ethel e Julius Rosenberg, após a condenação, em um veículo de prisão; março de 1951. (AP/Wide World Photos. Apud GARBER, M. e WALKOWITZ, R. L.)

Fig.6- Ethel e Julius Rosenberg, em desenho de Picasso. O artista integrava o *Movimentos pela Paz* organizados pelos programas de propaganda cultural do Kremlin (AP/Wide World Photos. Apud GARBER, M. e WALKOWITZ, R. L.)

Fig.7- O presidente Dwight D. Eisenhower. (AP/Wide World Photos. Apud GARBER, M. e WALKOWITZ, R. L.)

Fig.8- *Seu famoso Sorriso*, poster de retrato do presidente Eisenhower, criado por Louis Mittelberg em 1952. Cópias foram espalhadas por toda Paris, França. (*Os Rosenbergs: Visões Coletadas de Artistas e Escritores*. AP/Wide World Photos. Apud GARBER, M. e WALKOWITZ, R. L.)

Fig.9- Elizabeth Eckford, uma das nove crianças negras proibidas de entrar na Escola Secundária Central de *Little Rock*, volta para casa; setembro de 1957. (Will Coents, A P., 1957).

Fig.10- Cena da ópera *Porgy and Bess*, de George e Ira Gershwin. (Sem crédito. <http://www.mapsite.net>).

Fig.11- Policial de Los Angeles aborda jovem mexicano *Pachuco*, em trajes *Zoot*. (GOSGROVE, S.)

Fig.12- O radialista do jazz da VOA, Willis Conover,1978. (National Archives. Apud CULL, N. J.)

Fig.13- Jacqueline Kennedy e a máquina de datilografia que utilizava para redigir sua coluna semanal *Esposa de Candidato*. A foto foi veiculada pelo USIS do Brasil. (Folha de S. Paulo, 10 de novembro de 1960).

Fig.14- Jonh, Jacqueline e Caroline Kennedy. (Diário de S. Paulo, 23 de novembro de 1963).

Fig.15- Caroline beija o pai, John, sob olhar da mãe, Jacqueline. Toda família Kennedy, mas principalmente Jacqueline, exercia fascínio nas audiências internacionais, o que não passou despercebido aos oficiais da USIA. (O Estado de S. Paulo, 24 de novembro de 1963).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fac-similes

Página 24- BACIU, Stefan. Os escudinhos de Yuri. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano XIII, n.º 2496, 17 de julho de 1961, cad.1, p.6.

Página 41- Notícia de primeira página veiculada no *Correio da Manhã*. FIDEL CASTRO E O NEGRO AMERICANO. In: *Correio da Manhã*. Ano LIX, n.º ?, 25 de setembro de 1960, cad. 1, p. 1.

Página 52-ÁTOMOS ILUMINARÃO RIO, SÃO PAULO E MINAS EM 65In: *Tribuna da Imprensa*. Ano XII, n.º 3130, 4 de maio de 1960, cad. 1, p.10.

Página 69- ÁTOMOS ILUMINARÃO RIO, SÃO PAULO E MINAS EM 65. In:*Tribuna da Imprensa*. Ano XII, n.º 3130, 4 de maio de 1960, cad. 1, p. 10.

Página 69- MEDICINA ATÔMICA: UMA NOVA CIÊNCIA. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano VII, n.º ?, 30 de junho de 1955, , cad.2, p.5.

Página 70- MEDICINA ATÔMICA: UMA NOVA CIÊNCIA. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano VII, n.º ?, 30 de junho de 1955, , cad.2, p.5.

Página 70- MINHOCÃO CHEIO DE AR MOSTRARÁ ÁTOMOS DA PAZ. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano XIII, n.º 2413, 8-9 de abril de 1961, cad.1, p.6.

Página 108- "ZOOT", JAZZ E LINDA... In: *Correio da Manhã*. 4 de janeiro de 1953. Ano LII, n.º 18840, cad. 4, p. 11.

Página 115- O CASO DE LITTLE ROCK. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano IX, n.º 2354, 1 de outubro de 1957, cad.1, p.6.

Página 122- Música – Armstrong em Buenos Aires” Ano IX, n.º 2420, 19 de dezembro de 1957, p.5, cad. 2.

Página 123- Entrevista por tabela com NAT ‘King’ Cole”.Ano XI, n.º 2807, 4-5 de abril de 1959, p.6, cad.1.

Página 123- História do Mundo do Jazz Ano XI, n.º 2807, 4-5 de abril de 1959, p.5, cad. Tablóide.

Página 124- HARRY JAMES DISSE ADEUS AO CARIOCA COM UM SAMBA-RUMBA. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano XII, n.º 2297, 18 de novembro de 1960, p.1, cad.2.

Página 124- CANSADA DE SER FEIA, ELLA REFUGIA-SE NA VOZ. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano XIII, n.º 2446, 19 de maio de 1961, cad.2, p.2.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES
Quadros

Página 29 Operações ideológicas desde a Segunda Guerra até a fundação da USIA

Página 30 Estrutura de funcionamento de um posto do *United States Information Service*
(USIS)

LISTA DE SIGLAS

ADA – American for Democratic Action
AMES – Associação Municipal dos Estudantes Secundários
ANTA – American National Theatre and Academy
CCF – Congresso pela Liberdade da Cultura
CIA - Central Intelligence Agency
CIO – Congresso das Organizações Industriais
CEA – Comissão de Energia Atômica
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas
COG – Comitê de Operações Governamentais
COI - Office of the Coordinator of Information
Comintern – Terceira Internacional Comunista
CORE – Congresso para a Igualdade Racial
CPI – Committee on Public Information
CPUSA – Partido Comunista dos Estados Unidos
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
ECA – Economic Cooperation Administration
FBI – Federal Bureau of Investigation
FIS – Foreign Information Service
FRUS – Foreign Relations of United States
HUAC – Comitê de Atividades Antiamericanas do Congresso
ICS – Interdepartmental Coordinating Staff
IFIO – Interdepartmental Foreign Information Organization
IFIS – Interdepartmental Foreign Information Staff
IIA - International Information Agency
IPS – International Press Service
JUSPAO – Joint United States Public Affairs Office
NAACP – Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor
NSA – National Security Act
NSC – Conselho de Segurança Nacional
OCB – Operations Coordinating Board (administração de Dwight D. Eisenhower)
OCI - Office of the Coordinator of Information
OCIAA – Office of the Coordinator of Inter-American Affairs

OIC – Office of International Information and Cultural Affairs
OII – Office of International Information
ONU – Organização das Nações Unidas
OPC – Office of Policy Coordination
ORI – Office of Research and Intelligence
OSS – Office of Strategic Service
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OWI – Office of War Information
PAO – Oficiais para Assuntos Públicos
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCT – Partido Comunista da Tchecoslováquia
POOC – Psychological Operations Coordinating Committee
PPS – Policy Planning Staff
PSB – Psychological Strategic Board (administração de Harry Truman)
SISS – Subcomitê de Segurança Interna do Senado
TASS – Telegraph Agency of the Soviet Union
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundários
UCBEU – União Cultural Brasil-Estados Unidos
UDA – Union of Democratic Action
UDN – União Democrática Nacional
USIA - United States Information Agency
USIS – United States Information Service
VOA – Voice of America

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1.LETRAS IMPRESSAS E NÃO IMPRESSAS: a USIA entre operações secretas e não secretas.....	25
1.1 As operações ideológicas durante a Segunda Guerra e a sobrevivência no pós-Guerra	29
1.2 O <i>New Look</i> de Eisenhower e a fundação da <i>United States Information Agency</i>	39
2.“DOIS ESCORPIÕES EM UMA GARRAFA”: a questão atômica e a política norte-americana.....	53
2.1“Átomos para a Paz”: a proposta de administração Eisenhower	56
2.2 Julius e Ethel Rosenberg: os “espiões atômicos”	75
2.3 Macarthismo: o papel dos “espiões” de segredos atômicos	94
3.ÉBANO E MARFIM: as relações raciais nos EUA e a atuação da USIA	104
3.1 A diplomacia cultural e os negros: o caso do jazz, outras artes e apresentações	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	146
ÍNDICE ONOMÁSTICO	156

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

*Possuem as Sereias arma ainda mais fatal que seu canto: o silêncio...
É concebível que alguém possa ter escapado às suas canções;
mas de seu silêncio, decerto jamais.
Franz Kafka, O silêncio das sereias*

Foi pelo riso que cheguei ao problema da atuação, no Brasil, da *United States Information Agency* (USIA), a agência governamental norte-americana ocupada com a opinião pública mundial. Albert Einstein entregara, conforme conta uma curta notícia publicada pelo matutino carioca, o jornal *Correio da Manhã*, uma carta a um policial que nunca pôde entender o que o físico quisera dizer. Pareceu-me uma metáfora do mundo das mulheres e dos homens: produzem-se inteligências magníficas, como a de Einstein, que, no entanto, por vezes, caminham sem interlocutores. Eu, pretensiosamente identificado com a solidão de um gênio como o de Einstein, dei-me por satisfeito com aquela leitura curiosa.

Algum tempo depois, chegou a mim um livro cujo conteúdo eram primeiras páginas do jornal *Folha de S. Paulo*¹. Folhee e eis que, entre os Sputnik e a magnífica e assustadora – pelo cenário de Guerra Fria – ideia de conquistar a lua; a construção de Brasília, as tentativas governamentais de reverter dificuldades econômicas e a renúncia de Jânio; os testes de bombas atômicas e as promessas da tecnologia do átomo, surgiu uma foto de Jacqueline Kennedy, que, até então, houvera sido, para mim, apenas aquela mulher assustada no desfile derradeiro de John Kennedy, em Dallas. (O sangue de Kennedy no cetim impecável de Jacqueline despertava ainda um certo sorriso, pouco civilizado, tão aterrorizante quanto aquela imagem da ave que bica os olhos de outra de mesma espécie no conto de Guimarães Rosa).

Na foto da *Folha de S. Paulo*, Jacqueline aparece sentada de frente para sua máquina de datilografar. O rosto, voltado para o fotógrafo, os cabelos negros, curtos e bem ajustados – contrastando com a pele branca, o casaco claro e o colar de pérolas – os olhos vibrantes, que se emprestavam de uma energia juvenil, um sorriso surpreso e discreto: a beleza exótica e, ao mesmo tempo, cândida daquela mulher. Publicada no dia 10 de novembro de 1960, a foto mostrava-se como uma espécie de acessório, meio alienado, às notícias da vitória, nas eleições presidenciais nos EUA, de John Fitzgerald Kennedy, com quem o jornal dizia ter falado com exclusividade. Curto, logo abaixo da imagem de Jacqueline e na sequência da

¹ FOLHA DE S. PAULO. *Primeira Página: Folha de S. Paulo*. 5.ª Edição. São Paulo: Publifolha, 2000.

breve legenda, o crédito: “Foto USIS.” A sigla fez-me voltar, então, à nota publicada no *Correio* sobre Einstein, cujo crédito também era USIS.

A lembrança da curta notícia sobre o físico, que me despertara o riso, instigava, então, minha curiosidade, fazendo-me idêntico ao policial que não o compreendera.

Este trabalho teve como objetivo analisar a atuação da *United States Information Agency*, no Brasil, no âmbito das estratégias adotadas pelos governos dos Estados Unidos da América (EUA) e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), na Guerra Fria Cultural (*Cultural Cold War*), concebida como a disputa entre as duas potências no campo dos programas de propaganda cultural. Tais programas, assentados num vasto repertório de atividades culturais, representariam a forma mais adequada de granjear o alinhamento de governos estrangeiros às políticas de governo dos Estados Unidos ou da União Soviética².

Estudamos o material da USIA veiculado nos periódicos *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*, dois dos mais importantes órgãos da mídia impressa da então capital da República, o Rio de Janeiro, e, por seu alcance e impacto, do Brasil, naqueles anos 1950 e início dos 1960.

No referido período, é importante destacar, o jornalismo brasileiro, especialmente o carioca, passava por importantes reformulações pelo emprego de técnicas norte-americanas. A imprensa deixava de se caracterizar pela experimentação estilística, pelo comentário e pela polêmica, em favor de um jornalismo empresarial, pensado como lugar neutro, independente, em que se privilegiaria a informação “objetiva” e “imparcial” na forma de notícia. Inspirados no noticiário telegráfico – rápido e conciso – os jornais brasileiros procuravam aumentar “a comunicabilidade e facilitar a produção de mensagens.”³

Com tais mudanças, os jornais, como a *Tribuna da Imprensa* e, de maneira mais lenta, o *Correio da Manhã*, se colocavam como proponentes da “realidade” e de um discurso de autoridade sobre a “verdade”. Ocupavam-se, nesse sentido, com “(...) uma racionalização da produção que apontava para a implantação de um jornalismo de massa no país (...).”⁴

Temos assinado aqui a remodelação por que está passando a imprensa no Brasil. Todos os grandes jornais brasileiros, da última guerra para cá, têm se reaparelhado material e editorialmente, construindo novos prédios, adquirindo novas impressoras,

² SAUNDERS, Frances Stonor. *Quem Pagou a Conta?*. Rio de Janeiro: Record, 2008, pp. 13 e ss. Para uma análise geral do século XX ver: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. O século XX: entre luzes e sombras. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (Org.). *O Século sombrio: uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Campus-Elsevier, 2004.

³ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*. n.º 31, 2003, pp. 148 e 155.

⁴ Idem.

aperfeiçoando sua paginação, dando cuidados especiais à circulação. As tiragens têm aumentado constantemente. E isso se comprova através do aumento de consumo de papel que era, antes da guerra, de 40 mil toneladas anuais e passou agora a cerca de 100 mil, num espetacular aumento de 150%⁵.

A *United States Information Agency* estava atenta à importância crescente dos jornais junto ao público brasileiro. Fundada em 1953 pela administração do presidente republicano Dwight D. Eisenhower, no interior de um plano mais amplo de reestruturação da política externa norte-americana, a agência era o órgão oficial do governo dos Estados Unidos da América (EUA) responsável pela imagem do país no exterior. A ela cabia a função de explicar e interpretar às audiências internacionais as políticas do governo dos EUA; demonstrar a correlação entre as políticas governamentais norte-americanas e as legítimas aspirações de outros povos do mundo; explicitar e refrear as tentativas de distorcer e prejudicar os objetivos norte-americanos; e, por último, ilustrar às audiências internacionais certos aspectos da vida e da cultura do povo dos Estados Unidos que facilitassem a compreensão das políticas do país⁶.

Para tanto, a agência de informação e propaganda do governo norte-americano pautou suas atividades na produção e distribuição de panfletos, na publicação de revistas, na tradução e distribuição de livros, na organização de exposições e intercâmbios artísticos, intelectuais e esportivos, atuando de forma sistemática junto à nova mídia de massa, por meio da veiculação de material em jornais, rádios – com a *Voice of América* – e televisão, e no serviço de atualização, instalação e manutenção de algumas das cento e sessenta e oito bibliotecas estabelecidas pelo mundo⁷.

A USIA contava, para levar a cabo tais atividades, com uma centena de postos estabelecidos no estrangeiro, os *United States Information Service* (USIS), equipados com serviços de biblioteca, ensino de língua inglesa, cursos sobre aspectos da vida e da cultura dos Estados Unidos, salas para exposições de artes plásticas, filmes, conferências e reuniões de grupos de discussão. No Brasil, a agência possuía um posto USIS no Rio de Janeiro, uma sala de leitura, três bibliotecas e nove Institutos da União Cultural Brasil-Estados Unidos

⁵ Anuário Brasileiro de Imprensa. Rio de Janeiro, PN, 1950-1957, 15 de set. 1950, p. 24. Apud RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. Cit.*, p. 152.

⁶ *FRUS 1952-1954, Vol 2, Part 2*, Memorandum of Discussion at the 167th Meeting of the National Security Council, Thursday, October 22, 1953, pp. 1750-1754.

⁷ No Brasil, a USIA distribuiu material para mais de 5000 revistas e jornais brasileiros. BLACK, Jan K. *United States Penetration of Brazil*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1977, p. 96. Cf: ANDERTON, Lillian D. *U.S.I.S. Libraries: a Branch of U.S.I.A.* Peabody Journal of Education, Vol. 45, No. 2, (Sep., 1967), pp. 114-120; e DIZARD, Wilson P. *Inventing public diplomacy: the story of the U. S. Information Agency*. Lynne Rienner Publishers, Boulder, London, 2004.

(UCBEU), equipados com bibliotecas e salas para exibição de filmes, espalhadas em diversas capitais brasileiras⁸.

As manchetes, artigos, notícias, notas e fotografias veiculadas pela agência nos jornais, aspecto que interessa aos propósitos deste trabalho, não tinham uma formatação pré-estabelecida: variavam desde matérias de destaque, na primeira página, até notas rápidas, “espremidas” e “perdidas” na massa textual desses jornais.

A veiculação de tal material não obedecia a um planejamento rígido e pré-definido. Pode-se verificar que, em alguns casos, vinham associadas a uma temática específica publicada pelos jornais ou em resposta a algum evento também específico, cuja percepção por parte da opinião pública poderia se fazer em prejuízo da imagem dos Estados Unidos. Havia casos em que as notícias eram apresentadas numa mesma página, com um caráter de complementaridade. A esse respeito, é interessante observar, por exemplo, duas curtas notícias publicadas, lado a lado, com os títulos “*Os intelectuais estão sendo assediados na China Comunista*” e “*O Dr. Jonas Salk receberá medalha especial*”, no dia 24 de janeiro de 1956, na página 15 do primeiro caderno do *Correio da Manhã*. Uma das notícias relatava a perseguição a intelectuais na China Comunista e a outra, o reconhecimento do trabalho de um acadêmico pelo governo dos Estados Unidos:

Os intelectuais na China Comunista estão sendo perseguidos por resistirem à política comunista chinesa de designar pessoas para funções sem consideração por seus pendores ou preparação técnica. O “Diário do Povo”, de Pequim, jornal oficial do Partido Comunista na China, queixa-se, em recente editorial, de que, embora o Partido ‘tenha realizado grande progresso na educação e reforma dos intelectuais, ainda estão (sic), entre intelectuais, resquícios que constituem obstáculos ao trabalho do partido. Os intelectuais são acusados pelo jornal de incapazes para “se reconciliarem com posições compatíveis com suas habilidades. (...)”

O secretário de Saúde, Educação e Assistência, Marlon R. Folsom, fará, a pedido do presidente Eisenhower, a entrega de uma medalha de ouro ao dr. Jonas Salk, que inventou a vacina antipoliomielite, que traz o seu nome. A entrega ao modesto professor da Universidade de Pittsburgh será feita na próxima quinta-feira, em cerimônia especial no Departamento de Saúde, Educação e Assistência. O Prêmio Medalha de Ouro foi sugerido pelo presidente Eisenhower a 22 de abril de 1955, quando fez uma citação especial do dr. Salk, na Casa Branca. (...) ⁹.

⁸ BLACK, Jan K. Op, Cit., p. 97; e MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 50 e ss.

⁹ OS INTELLECTUAIS ESTÃO SENDO ASSEDIADOS NA CHINA COMUNISTA. In: *Correio da Manhã*. 24 de janeiro de 1956. Ano LV, n.º ?, cad. 1, p. 15; O DR. JONAS SALK RECEBERÁ MEDALHA ESPECIAL. In: *Correio da Manhã*. 24 de janeiro de 1956. Ano LV, n.º ?, cad. 1, p. 15.

A pesquisa do material veiculado pela USIA, por meio de seus escritórios no estrangeiro, os USIS, nos jornais *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa* teve como balizas temporais a própria agência de informação e propaganda. O período pesquisado vai de setembro de 1953, início das operações da *United States Information Agency*, até abril de 1964, pouco depois de Carl T. Rowan, então embaixador na Finlândia, assumir a direção da *United States Information Agency*, substituindo Edward Murrow. Sob Rowan, a agência focou sua atuação na Guerra do Vietnam, em detrimento dos temas com que vinha se ocupando até então, como as relações raciais nos Estados Unidos ou o programa *Átomos para a Paz*. Além do Vietnam, paulatinamente, Fidel Castro e Cuba – após o alinhamento do país à União Soviética – e acontecimentos da política nacional, relativos, especialmente, às políticas adotadas pelo presidente João Goulart, a partir de 1962 – como a medida de restrição à remessa de lucros para fora do país por empresas estrangeiras, afetando o capital internacional aplicado no Brasil – passaram a ocupar os oficiais da agência em sua atuação junto aos jornais¹⁰.

Resta ainda dizer que o material veiculado pela USIA nos referidos periódicos é a última etapa de seu engenho. Esse material é resultado das articulações e dos entendimentos produzidos pela agência localmente, em atenção aos aspectos peculiares das diversas audiências no estrangeiro, e no debate das diretrizes da política externa norte-americana no interior do governo dos Estados Unidos. Para compreender a atuação da USIA é preciso, pois, fazer o caminho inverso: conhecer com quais questões e com quais entendimentos da política norte-americana, referentes à América Latina e ao Brasil, a agência esteve trabalhando, no período, para produzir e veicular seu material.

Foi nesse processo de investigação que nos deparamos com o problema do paulatino desaparecimento do material veiculado pela *U. S. Information Agency* nos jornais, cuja discussão permite compreender a inserção da agência junto aos serviços de inteligência do governo dos Estados Unidos e as resistências que enfrentou em relação às audiências internacionais, incluindo a brasileira.

No primeiro capítulo, discutimos o processo de fundação da *United States Information Agency*, inserido no quadro mais amplo das medidas adotadas pela administração do presidente Eisenhower para reestruturação da política externa norte-americana, e sob qual lógica de funcionamento sua atuação foi estruturada. Enfatizamos a inclusão, em suas

¹⁰ BLACK, Jan K. Op. Cit., pp. 95-110; CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency: American Propaganda and Public Diplomacy, 1945-1989*. Cambridge Studies in the History of Mass Communication. New York, NY: Cambridge University Press, 2008, pp. 247 e ss.

atividades, das operações ideológicas secretas e como a adoção de tais operações respondiam às dificuldades encontradas junto à opinião pública mundial e brasileira.

No segundo capítulo, discutimos três questões apresentadas nos jornais: o programa *Átomos para a Paz*, da administração do republicano Dwight Eisenhower, o caso dos supostos espiões soviéticos Julius e Ethel Rosenberg e a perseguição aos comunistas no interior dos Estados Unidos (o *macarthismo*). Embora apresentadas de maneira desconexa nos jornais pesquisados, tais questões podem ser compreendidas a partir de uma mesma preocupação do governo norte-americano na Guerra Fria: as políticas relativas à tecnologia atômica.

No terceiro capítulo, analisamos as estratégias adotadas pela *United States Information Agency* no sentido de redimensionar o problema da segregação e do preconceito raciais no interior dos Estados Unidos, aspectos que afetavam a imagem do país junto às audiências internacionais e explorados pela propaganda cultural do Kremlin, sede do governo soviético. Entre tais estratégias contaram-se não apenas material veiculado na mídia impressa de todo mundo e que tentava apresentar a crescente melhoria de vida dos negros sob o sistema democrático norte-americano, mas também uma aposta na apresentação de artistas, intelectuais e lideranças negras no estrangeiro, onde proeminentemente apareceram artistas de jazz, como Louis Armstrong, e a produção itinerante da ópera *Porgy and Bess*, dos irmãos Gershwin.

A imagem de um estandarte silencioso bem abarca a presença e atuação da USIA no Brasil: ainda que grande sua estrutura física e a extensão de suas atividades, somente silenciando a autoria das notícias por ela veiculadas, a agência pôde cumprir, de forma bastante complexa e intensa, o trabalho de moldar a opinião pública em relação aos diversos aspectos da vida e da política dos Estados Unidos. Por uma apropriação das palavras de Kafka, maior potência que o canto, tem o silêncio da propaganda.

CAPÍTULO 1

1. LETRAS IMPRESSAS E NÃO IMPRESSAS: A USIA ENTRE OPERAÇÕES SECRETAS E NÃO SECRETAS

A maneira de fazer uma boa propaganda é nunca parecer que se a está fazendo.

Richard Crossman.

OS ESCUDINHOS DE YURI

O lema "comércio com todos os países", que, até há alguns anos, não saía das colunas da imprensa comunista, consorciu, com auxílio de nacionalistas, conquistar novas áreas.

Por isso, os russos já não mais precisam usá-lo em suas folhas, que quase ninguém lê: jornais burgueses, democratas e, às vezes, até "reacionários", em uma estranha corrida de amok, dão conta do trabalho que desta maneira, apresenta resultados muito melhores, penetrando em círculos sociais, políticos e econômicos, que o PC jamais poderia ter alcançado.

Aqui, entre nós, o "comércio com todos os países" não deixa de dar, desde as primeiras horas, resultados um tanto surpreendentes: enquanto o chefe da missão comercial da Rússia, que havia declarado em entrecrista estar interessado unicamente no comércio, nada querendo em a política, distribui escudinhos com a esfige do cosmonauta Yuri Gagarin, enorme vitrina, em pleno largo da Carioca, apresenta ao cidadão atônito as "vantagens" do intercâmbio comercial com a Albânia, país paupérrimo já antes da segunda guerra transformado pelo colonialismo soviético, em nome de não se sabe que "autodeterminação", em autêntica colônia.

Tudo isso, naturalmente, apregoa um "socialismo" de vanguarda, e o lema "comércio com todos os países", cuja amara verdade ainda muitos haterão de compreender...

Os escudinhos que os russos da missão comercial estão distribuindo no Rio não fazem, naturalmente, parte de um intercâmbio estritamente comercial, pois será difícil dizer o que nosso país ganhará com esta bugiganga, além de uma propaganda que, agora, está sen-

do realizada sob a camuflagem das imunidades diplomáticas.

De outro lado, seria útil saber se os chamados países socialistas permitem a distribuição de escudinhos com a esfige de Alan Shepard, já que Gagarin não é o único viajante do espaço!

Neste sentido, será proveitoso indagar, por exemplo, por que as autoridades checas não permitem que seja divulgada a verdade sobre o Brasil atrás da Cortina de Ferro, favorecendo um tipo de propaganda, que apresenta nossas realidades, como país tipicamente subdesenvolvido, onde a única força importante é o "glorioso Partido Comunista".

Estudantes brasileiros, que passaram longas temporadas em Praga poderão dizer algo a este respeito, a fim de que seja conhecida toda a verdade sobre um problema que muitos ignoram.

O problema do comércio com os países da chamada área socialista jamais poderá ser separado do aspecto político, já que os comunistas sempre aproveitaram este tipo de otiridades, para desenvolver propaganda socialista, como, cartas rétes, fleu comprado em países democráticos.

Basta, para esclarecer o assunto, citar o exemplo do chefe da missão comercial da chamada República Popular Romena, na Suíça, Solvan Viltzunu, desmascarado pelas autoridades de Berna, como chefe de uma réde, cujas verdadeiras atividades nada tinham que ver com o comércio.

Os escudinhos de Yuri Gagarin são, apenas, o começo de uma vasta ação. Ninguém vai perder por esperar, para conhecer a verdade.

Stefan Baciú

OS ESCUDINHOS DE YURI

Tribuna da Imprensa -, 17 de julho de 1961

Morador do Rio de Janeiro, então capital da República, desde 1948, quando a presença dos soviéticos em sua terra natal tornou-se-lhe insuportável, o romeno Stefan Baciú era uma importante figura da comunicação de imprensa no Brasil dos anos 1950. Admirador com considerável conhecimento do mundo das artes plásticas e da literatura, Baciú tinha uma coluna semanal de crítica de arte, em que quase sempre enfatizava as obras de artistas latino-americanos, num dos mais destacados órgãos brasileiros de imprensa daquele início de anos 1950: o *Correio da Manhã*. Fundado em 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt, e

extinto em 8 de julho de 1974, o jornal foi durante grande parte de sua existência um dos principais órgãos da imprensa brasileira, destacando-se como um sofisticado "jornal de opinião"¹¹ e de posição nitidamente anticomunista.

Baciu, articulado a jornalistas, artistas e políticos do Brasil, embora não necessariamente por isso, logo foi chamado por Carlos Lacerda a compor a equipe do vespertino *Tribuna da Imprensa*, fundado por Lacerda em 27 de dezembro de 1949. O jornal a que o romeno veio a se ligar representava as principais propostas da União Democrática Nacional (UDN), pela qual Carlos Lacerda seria eleito governador do estado da Guanabara, em 1960; era, ademais, um dos principais órgãos de caráter anticomunista e de oposição às remanescentes forças políticas vinculadas a Getúlio Vargas¹².

O "português de óculos grossos", como Baciu era conhecido dos jornalistas com quem dividia o escritório na rua Lavradio, sede da *Tribuna*, e nas mesas dos botecos onde bebia cerveja gelada no escaldante calor carioca nos intervalos do trabalho na redação, tornou-se responsável pela seção internacional do periódico. O romeno nomeou a seção, chefiada por José Auto, de *Cortina de Ferro*, com o que intencionava apontar a ênfase de seus escritos: a política do governo soviético. Mas não tardou em mudá-lo para *Política Internacional*, aconselhado por Carlos Lacerda que lhe teria dito que deveriam "(...) evitar, nós defensores da democracia, cair em um anticomunismo barato, que chamaria de 'profissional', pois é o grande perigo." Lacerda propunha sofisticar o argumento anticomunista, sem expor, ao regime soviético e aos comunistas no Brasil, a oposição virulenta que faziam¹³.

Baciu, para escrever a coluna, que, segundo ele próprio, era lida, comentada e discutida no Itamarati e nas representações diplomáticas, especialmente dos países latino-americanos, obtinha documentação de "primeira mão" com várias fontes no Brasil e fora dele. Entre estas, o romeno destacava, ao revolver suas memórias dos tempos em que trabalhou no jornal de Carlos Lacerda, o exilado espanhol Julian Gorkin, que, indiretamente, trabalhava para os serviços de inteligência do governo dos Estados Unidos¹⁴.

¹¹ Para mais detalhes ver: Verbetes Temáticos – *Correio da Manhã* em Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV/CPDOC). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/>>. Acesso em: 22 de out. de 2008.

¹² Para mais detalhes ver: Verbetes Temáticos – *Tribuna da Imprensa* em Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV/CPDOC). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/>>. Acesso em: 20 de abr. de 2011.

¹³ Baciu encontraria espaço para essa exposição virulenta no *Diário da Noite*, vespertino dos Diários Associados, onde publicava artigos abertamente anticomunistas sob o pseudônimo de R. O. Mann, supostamente um ex-chefe nazista que trabalhara num campo de concentração à época da Segunda Guerra Mundial. BACIU, Stefan. *Lavradio 98. Histórias de um jornal de oposição: a Tribuna da Imprensa ao tempo de Carlos Lacerda*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, p. 14

¹⁴ Julian Gorkin era secretário para a América Latina do Congresso pela Liberdade da Cultura (CCF). Vale destacar que Baciu chegou a ser redator e colaborador da revista *Cadernos Brasileiros*, publicada pela

Anticomunista ferrenho, o romeno encontrou, na *Tribuna da Imprensa* e no *Correio da Manhã*, importante espaço para contrapor-se ao comunismo e aos comunistas. O espaço de crítica e oposição encontrado por Stefan Baciu em tais publicações, inclusive a possibilidade de trabalhar com material proveniente de pessoas ligadas ao governo norte-americano, não era singular. Por essa época, início dos anos 1950, ambos os jornais, *Tribuna da Imprensa* e *Correio da Manhã*, passaram a funcionar como importantes órgãos de divulgação do material confeccionado pela agência de informação e propaganda do governo dos EUA, a *United States Information Agency* (USIA).

Resultado de um amplo plano de reestruturação das operações ideológicas do país, sob a administração do republicano Dwight D. Eisenhower, a *United States Information Agency* foi fundada no dia 1.º de junho de 1953, como uma agência independente na estrutura administrativa de governo norte-americano. Sua função: trabalhar a imagem dos Estados Unidos no exterior nos anos de Guerra Fria.

O trabalho da USIA esteve calcado na utilização de operações ideológicas secretas¹⁵, isto é, atividades não atribuídas, cuja fonte não era informada ou era designada como não sendo de órgãos oficiais do governo dos Estados Unidos, e não secretas, cujo objetivo era influenciar opiniões, atitudes, emoções e comportamentos de grupos estrangeiros de forma que viessem a apoiar a consecução dos objetivos do governo daquele país na Guerra Fria.

O lugar e função oferecidos à agência na política externa norte-americana, a despeito da importância que a administração Eisenhower atribuiu-lhe em sua fundação, eram apoiados com reservas ou, como aconteceu algumas vezes, particularmente no início de suas atividades, encontravam oposição por parte dos serviços governamentais de inteligência¹⁶ ou pelo Congresso. A reserva por parte de tais órgãos vinha no bojo de uma tradição de desconfiança em relação às atividades ideológicas não secretas de que o governo norte-americano lançara mão desde a Primeira Guerra Mundial e sistematizadas com especial atenção durante a

Associação Brasileira do Congresso pela Liberdade da Cultura. A Associação era ligada ao CCF, cuja sede estava estabelecida em Paris sob a coordenação de Michael Josselson, agente da *Central Intelligence Agency*. O CCF havia sido gestado secretamente pela CIA num plano de arregimentação das intelectualidades internacionais a uma visão mais acomodada ao modo de vida norte-americano e em oposição ao soviético. Sobre as ligações do romeno Stefan Baciu com o Congresso ver: CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil e os Outros: estranhamento, humilhação, memória e política*. (Mímeo/USP), 2008; SAUNDERS, Frances Stonor. *Op. Cit.*

¹⁵ A documentação do governo norte-americano, assim como a literatura que versa sobre a agência, faz uso dos termos “operações ideológicas”, “guerra psicológica”, “propaganda” e “informação” como correlatos, isto é, não há uma definição precisa quanto ao termo que melhor expressa os tipos de atividades praticadas pela agência de informação e propaganda ou mesmo pela CIA.

¹⁶ Como a *Central Intelligence Agency* (CIA), o Departamento de Estado, Conselho de Segurança Nacional (NSC).

Segunda Guerra¹⁷. Foi da utilização de atividades ideológicas nas duas Grandes Guerras que a *United States Information Agency* herdou, em parte, sua lógica de atuação e até mesmo sua estrutura de funcionamento.

Nesse sentido, para que se possa compreender não apenas a fundação da USIA, mas também seu papel na composição da política externa norte-americana e sob qual lógica de atuação foi estruturada, é preciso voltar às posturas adotadas pelo governo dos EUA em relação às atividades ideológicas desde a Segunda Guerra Mundial, quando lhes deu maior consideração.

Os programas do governo dos Estados Unidos envolvendo atividades ideológicas remontam à Primeira Guerra Mundial com as atividades do *Committee on Public Information* (CPI), fundado em abril de 1917, pelo então presidente Woodrow Wilson. O comitê, cuja coordenação coube a George Creel, voltava seus esforços de propaganda para o interior dos EUA, no intuito de demonstrar o esforço de guerra do país, mas não tardou a incluir as audiências estrangeiras no empreendimento¹⁸. Até princípios da Guerra Fria, em 1947¹⁹, tais programas funcionavam de maneira mais ou menos improvisada, respondendo às necessidades imediatas dos negócios norte-americanos no estrangeiro. Ainda assim, uma lógica de funcionamento e importantes esforços de montagem e execução apenas tiveram lugar durante a Segunda Guerra, com a fundação do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) e do *Office of War Information* (OWI), agências coordenadas, respectivamente, por Nelson Rockefeller e Elmer Davis²⁰.

1.1. As operações ideológicas durante a Segunda Guerra e a sobrevivência no pós-guerra

Durante a Segunda Grande Guerra, em particular após a ocupação da França pelo exército alemão, em 1941, o governo norte-americano viu, na crescente penetração econômica

¹⁷ National Archives and Records Administration. CREST Documents (CIA Records Search Tool). General CIA Records., ESDN: CIA-RDP86B00269R000900020001-9. Memorando “The Development of American Psychological Operations, 1945-1951”, de 19 de dezembro de 1951, escrito por Ph.D. Edward P. Lilly, p. 12.; CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency*. *Op. Cit.*, p. 22.

¹⁸ Fundou-se no interior do CPI, para tanto, um Foreign Section com três divisões: *Wireless and Cable Service*, *Foreign Press Bureau* e *Foreign Films Division*. Em termos comparativos entre as operações da Primeira Guerra e as da Segunda, é curioso notar que o *Creel Committee*, como o CPI também era conhecido, pressionava os jornais para que publicassem suas matérias, utilizando-se de uma estratégia que, anos depois, o OCIAA de Rockefeller iria lançar mão: os jornais que não publicavam seu material passavam a encontrar dificuldades de conseguir papel dos EUA. Cf: CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency*. *Op. Cit.*

¹⁹ Segundo a maior parte da historiografia, a Guerra Fria teria tido início em 1947, com a proclamação, pelo então presidente Harry Truman, da Doutrina Truman que oficialmente colocava os Estados Unidos em oposição à União Soviética.

²⁰ Idem e SNOW, Nancy. *Propaganda Inc.: selling America's culture to the world*. Seven Stories Press, New York, 1998.

e cultural das forças do Eixo nos países latino-americanos, uma ameaça à sua segurança interna e aos seus interesses econômicos na região. O OCIAA surgiu, em agosto de 1940, dessa preocupação, tendo um grupo liderado pelo próprio Rockefeller elaborado um plano de atuação para a nova agência: a ideia era contrabalancear o avanço da influência do Eixo por meio de uma estreita cooperação (econômica e cultural) com todos os países da América Latina, assegurando, desse modo, a segurança dos Estados Unidos e a prevalência de seus interesses na região²¹.

Assim, a agência de Nelson Rockefeller buscou articular problemas econômicos a uma gama variada de atividades ideológicas. No Brasil, por exemplo, as atividades do OCIAA funcionavam com o apoio da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro e de um Comitê de Coordenação composto por empresários²², concentrando-se, sobretudo, em três áreas principais: alimentação, saúde e informação.

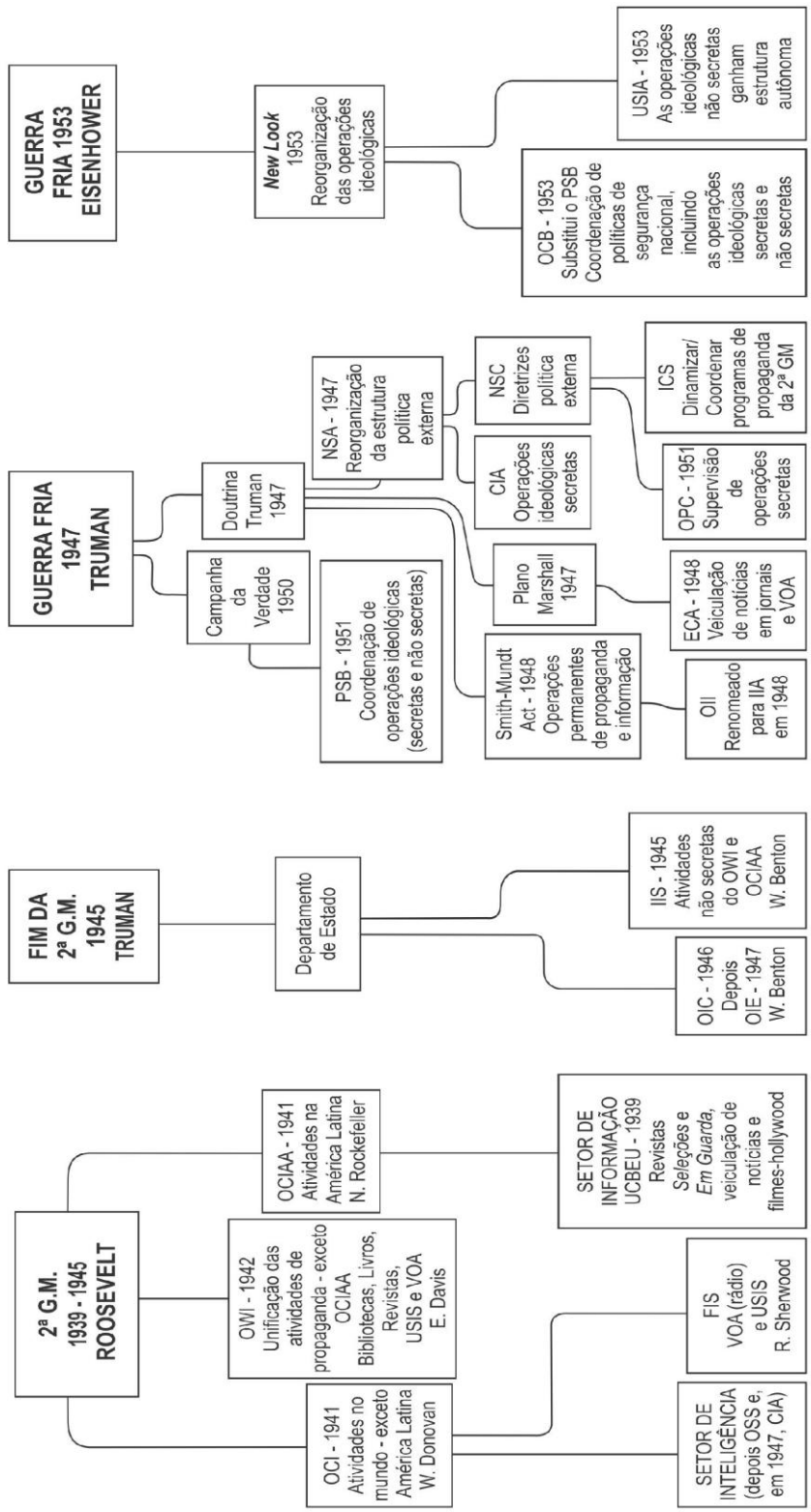
A área de informação, de que nos ocupamos em especial, estava encarregada das operações ideológicas. Veiculou nas imprensas brasileira e norte-americana, por exemplo, notícias que demonstravam uma histórica colaboração e laços enraizados de amizade entre os povos do Brasil e dos Estados Unidos. Para tanto, negociou a produção e distribuição de material com agências internacionais de notícias, como a *United Press* e a *Associated Press*, e com os principais jornais brasileiros; facilitou a criação da revista *Seleções*, versão brasileira da revista norte-americana *Reader's Digest*; publicou o periódico *Em Guarda*; negociou com a indústria cinematográfica de Hollywood a produção de filmes que não apenas evitassem críticas aos valores e à vida nos EUA, mas apresentassem uma imagem favorável de tais aspectos e promoveu intercâmbios de personalidades do cinema dos Estados Unidos e da América Latina; incrementou a estrutura de transmissão e de programação de rádios para a região; e dinamizou os institutos da União Cultural Brasil-Estados Unidos (UCBEU), fundados ainda em 1938, trazendo para tais centros atividades culturais das mais diversas, como palestras, concertos musicais, ensino de língua e cursos nas áreas de História, Artes, Música e Cultura, difundindo a vida e os valores da sociedade norte-americana entre os brasileiros²³.

²¹ TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2000 e PRADO, Maria Lígia Coelho. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. In: *Revista USP*. São Paulo – n.º 26, p. 52-61, jun-ago de 1995.

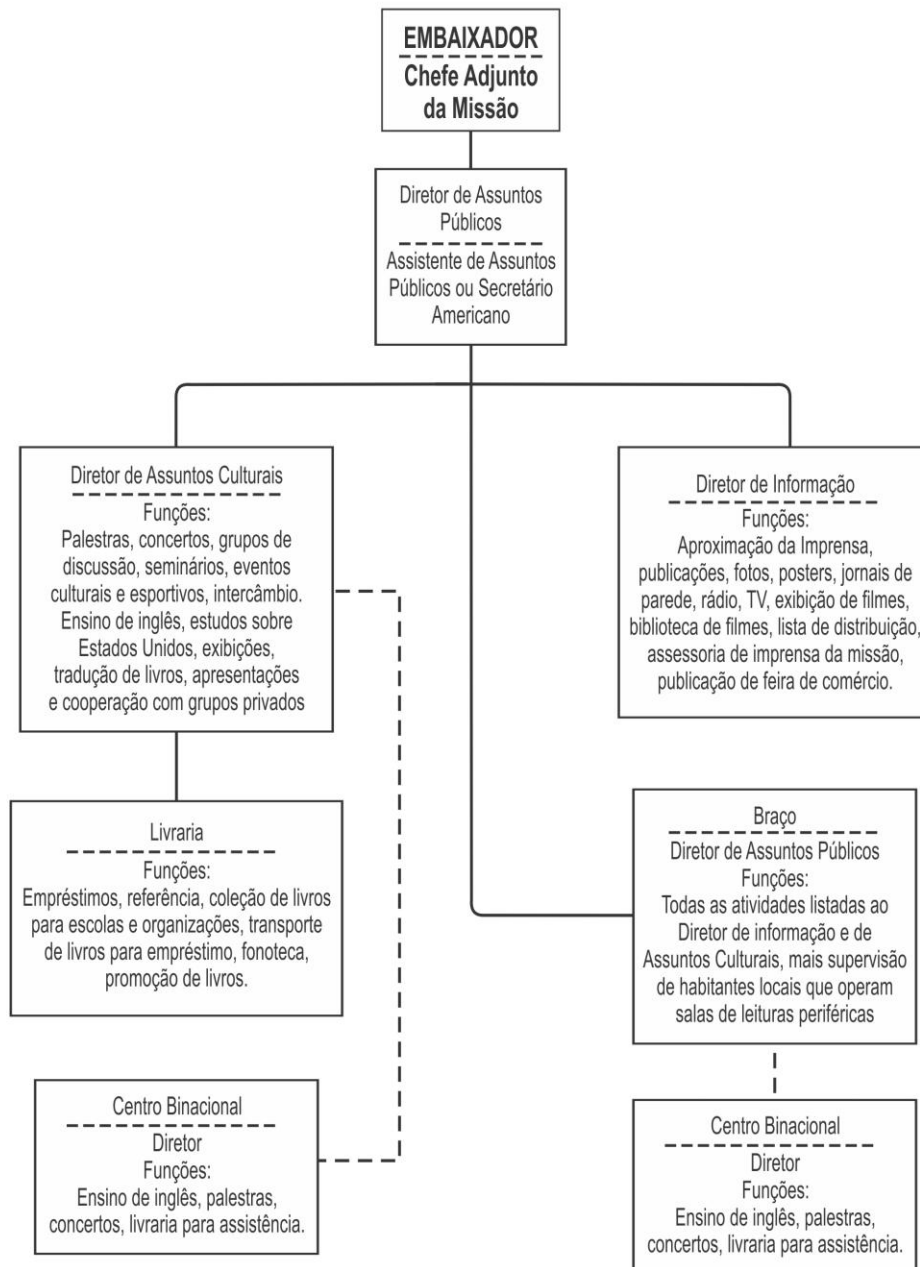
²² A cidade de São Paulo também possuía uma agência do OCIAA e outras capitais estaduais tinham subcomitês.

²³ GALDIOLI, Andreza da S. *A Cultura Norte-americana como um Instrumento do Soft Power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a Política da Boa Vizinhança*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, 2008, pp. 123 e ss; MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 31 e ss. e TOTA, Antonio Pedro. *Op. Cit.*

OPERAÇÕES IDEOLÓGICAS DESDE A 2ª GUERRA ATÉ A FUNDAÇÃO DA USIA



ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DE UM POSTO DO UNITED STATES INFORMATION SERVICE¹



¹ Adaptado de Henderson, John W. The United States Information Agency. New York, London: Frederick A. Praeger Publishers, 1969, p. 137.

Outra frente importante de propaganda norte-americana no mundo e cujo trabalho assemelhava-se àquele executado pelo OCIAA, era operada pelo *Office of the Coordinator of Information* (OCI²⁴), fundado em julho de 1941 e chefiado por William Donovan. O OCI possuía um órgão de inteligência e de atividades especiais (mais tarde, *Office of Strategic Service*, a partir do qual, em 1947, estruturou-se a *Central Intelligence Agency*) e um serviço estrangeiro de informação, o *Foreign Information Service* (FIS). Sob a chefia de Robert Sherwood, o FIS abriu alguns postos de propaganda e informação ao redor do mundo, conhecidos por *United States Information Service* (USIS), além de ter lançado a *Voice of America* (VOA), serviço de rádio que transmitia notícias e propaganda em algumas línguas²⁵.

Em julho de 1942, o presidente Franklin Roosevelt fundou uma nova agência, o *Office of War Information* (OWI), sob a chefia de Elmer Davis, no intuito de unificar as atividades de informação e propaganda do governo dos Estados Unidos (à exceção das atividades na América Latina, uma vez que Rockefeller conseguiu garantir, à sua agência, exclusividade de atuação). O OWI, entre outras atividades, promoveu a distribuição mundial de jornais, revistas (como a *Reader's Digest*), livros e filmes e incrementou os serviços de transmissão radiofônica da VOA. Criou bibliotecas e abriu, no estrangeiro, vinte e seis novos postos do USIS, que contavam com espaço para exibição de filmes, salas de leitura e de conferências e um serviço de distribuição diária de notícias²⁶.

Com essas agências, portanto, ao longo da Segunda Guerra, as operações ideológicas do governo norte-americano ganharam uma significativa extensão e profundidade, tendo permitido, como efeito de sua lógica de funcionamento, o estreitamento de laços com grupos locais: negociação com jornalistas e editores de jornais da produção, distribuição e veiculação de notícias sobre a vida nos Estados Unidos, a organização de comitês locais para produção de publicações, fotografias e revistas que divulgassem o estilo de vida americano e respondessem à população suas questões a respeito dele, além de canais abertos pelo intercâmbio artístico e técnico e pelos institutos da UCBEU.

Mesmo com toda estrutura estabelecida e articulada por meio das atividades das agências de Rockefeller e Davis, as práticas de operação ideológica seriam, em grande medida, interrompidas com o fim da Segunda Guerra, porque os círculos superiores de poder

²⁴ Em alguns autores, o *Office of the Coordinator of Information* é designado pela sigla COI.

²⁵ CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency*. *Op. Cit.*

²⁶ HENDERSON, John. W. *The United States Information Agency*. Frederick A. Praeger, Publisher, New York, Wahington, London, 1969; RICHARDS, Pamela Spence. Information for the Allies: Office of War Information Libraries in Australia, New Zealand, and South Africa. *The Library Quarterly*. Vol. 52, No. 4 (Oct., 1982), pp. 325-347 e TOTA, Antonio Pedro. *Op. Cit.*

do governo dos Estados Unidos continuavam céticos quanto à necessidade de fazer propaganda em tempos de paz. Ademais, no fim do conflito, a maioria republicana do Congresso não apenas desejava uma redução de gastos do governo federal como via com desconfiança as agências de informação e propaganda, cujos funcionários, em grande parte, eram partidários do Partido Democrata. Esses fatores impediam um planejamento de longo prazo para tais operações²⁷.

Com o fim da guerra, as agências que lidavam com operações ideológicas, entre elas o OCIAA e o OWI, foram abolidas por ordem do presidente Harry Truman. Todavia, o Presidente não operou a completa desestruturação da máquina de propaganda como fizera, Woodrow Wilson, em 1919, ao fim da Primeira Guerra. Truman, em que pese o futuro incerto de tais operações, manteve algumas das atividades não secretas no *Interim International Information Service*²⁸, estruturado no interior do Departamento de Estado, sob a direção de William Benton²⁹.

Pouco depois do fim do conflito, com a ascensão de um novo quadro político nas relações internacionais, isto é, a Guerra Fria, as operações ideológicas viriam a ser reconsideradas pelo governo norte-americano.

Em 1947, Truman assinou o *National Security Act* (NSA), adequando, entre outras questões, os seus serviços de relações exteriores e de inteligência à diretiva ideológica da Doutrina Truman (de que os Estados Unidos deveriam “*dar suporte às pessoas livres que estão resistindo às tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas*”), proclamada em março daquele ano. Essa reorganização abria caminho para o estabelecimento de um novo plano de condução das operações ideológicas, cuja ênfase eram as atividades secretas. Assim, com o NSA, ficaram estabelecidos a *Central Intelligence Agency* (CIA), responsável pelas operações ideológicas secretas, e o Conselho de Segurança Nacional (*National Security Council*) – NSC – composto pelos principais membros dos órgãos³⁰ da estrutura de Estado norte-americano e cujo trabalho era, grosso modo, compor as diretrizes da política externa do país³¹.

²⁷ National Archives and Records Administration. CREST Documents (CIA Records Search Tool). General CIA Records., ESDN: CIA-RDP86B00269R000900020001-9.. *Op. Cit.*

²⁸ O *International Information Service* funcionou até o fim de 1945. No início de 1946, fundou-se, também no interior do Departamento de Estado, o *Office of International Information and Cultural Affairs* (OIC), sob a direção de Benton. Em 1947, o OIC foi finalmente renomeado para *Office of International Information and Educational Exchange*.

²⁹ CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency*. *Op. Cit.*, pp. 22 e ss.

³⁰ O Conselho de Segurança Nacional era composto pelo Presidente, vice-presidente, secretário de estado, secretário de defesa, diretor da CIA, diretor do *Office of Emergency Planning*, presidente do *Joint Chief of Staff* e

Uma das primeiras medidas do novo Conselho de Segurança Nacional, presentes no documento NSC-4, foi solicitar ao Departamento de Estado – assim como à CIA, mas para operações secretas (NSC 4-A) – que dinamizasse e melhor coordenasse os programas de propaganda remanescentes da Segunda Guerra Mundial³². O NSC intencionava, com isso, responder à iniciativa do governo da União Soviética no campo da propaganda cultural, cujos ataques ao modo de vida nos Estados Unidos afetavam a imagem e os interesses do país no plano internacional. Consequentemente, fundou-se o *Interdepartmental Coordinating Staff* (ICS), sob a direção do Secretário de Estado Adjunto para os Assuntos Públicos do Departamento de Estado, com o trabalho de desenvolver operações ideológicas não secretas e coordenar as atividades das agências que lidavam com tais operações³³.

No início de 1948, como efeito também da Doutrina Truman, o Congresso dos Estados Unidos dedicou atenção especial aos programas de propaganda, calcados em atividades ideológicas não secretas. No interior do Poder Legislativo norte-americano, formou-se um grupo de investigação de tais operações, encabeçado pelos senadores Karl Mundt e Alexander Smith, que, posteriormente, visitaram órgãos no estrangeiro, como os postos do *United States Information Service*, responsáveis por atividades ideológicas não secretas. Em janeiro de 1948, o Congresso formalizou um projeto de lei, assinado pelo presidente Truman ainda naquele mês. A *Public Law 402*, também conhecida por *The Information and Educational Exchange Act* ou como *The Smith-Mundt Act*, tinha, entre outros objetivos, promover uma melhor compreensão, pelos povos estrangeiros, da vida e dos valores norte-americanos, ficando suas atividades sob a responsabilidade do Departamento de Estado. Para atingir esses objetivos, o *Smith-Mundt Act* previa o estabelecimento de um serviço de informação – ou melhor, de propaganda cultural dos valores da democracia e da livre iniciativa – que disseminasse, no estrangeiro, informações sobre os Estados Unidos, seu povo e as políticas promulgadas por seu Presidente, pelo Secretário de Estado, pelo Congresso e por oficiais do

membros *ad hoc*, como o diretor da USIA. Cf: AGEE, Philip. *Inside the company: CIA diary*. New York: Bantam Books, 1975, p.653.

³¹ POWERS, Richard Gid. *Not Without Honor: the History of American Anticommunism*. Yale, Yale University Press, 1998. Vale notar que essa ênfase sobre as operações ideológicas secretas também havia sido dada quando a Segunda Guerra Mundial chegou ao fim. Embora o *Office of Strategic Service* (OSS), responsável pelas operações secretas durante a guerra, tenha sido fechado, suas operações foram rapidamente reestruturadas no interior da CIA.

³² Como os postos do *United States Information Service* (USIS), os serviços de transmissão da *Voice of America* (VOA) – a ambos ligados ao extinto OWI – e os serviços de rádio das Forças Armadas.

³³ Memorando, de título “The Development of American Psychological Operations, 1945-1951”, *Op. Cit*, pp. 34 e National Archives and Records Administration, RG 273, Records of the National Security Council, NSC Minutes, 4th Meeting. Washington, December 9, 1947. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-4.htm>>. Acesso em: 30 de out. de 2010. e HAINES, Gerald K. *The Americanization of Brazil: A Study of U.S. Cold War Diplomacy in the Third World (1945-1954)*. Wilmington: SR Books, 1989.

governo envolvidos com assuntos estrangeiros. O mais importante, contudo, era que a nova lei fixava as operações ideológicas como parte permanente da política externa dos Estados Unidos³⁴.

O plano de recuperação econômica oferecido pelos Estados Unidos aos países europeus aliados ao seu regime (Plano Marshall), nesse início de pós-guerra, também abriu possibilidades de emprego de operações ideológicas não secretas (posteriormente atividades secretas foram incluídas). Assim, a agência *Economic Cooperation Administration* (ECA), fundada pelo Congresso, em abril de 1948, com a função de supervisionar a aplicação de recursos do Plano Marshall, também passou a disseminar, nos meios de comunicação impressa da Europa e nos serviços de rádio da *Voice of America* e de publicação do Departamento de Estado, notícias favoráveis aos EUA³⁵.

De acordo com o historiador Scott Lucas, em artigo em que discute as operações ideológicas do governo norte-americano, as atividades ideológicas secretas e não secretas, pelo início de 1948, podiam ser consideradas como parte integrante da política norte-americana de contenção do comunismo soviético, propugnada por George Kennan, em seu *Longo Telegrama* de 1946. Todavia, afirma Lucas, os órgãos de governo do país e o próprio Kennan, então diretor do *Policy Planning Staff* (PPS) do Departamento de Estado, passaram a considerar uma diretriz de política externa na qual as operações ideológicas poderiam não limitar-se apenas à contenção do comunismo, conforme estabelecera o *Longo Telegrama*, mas também ser promotoras de políticas que solapassem as bases do regime soviético, em todo mundo³⁶.

Nesse caminho, o PPS de Kennan auxiliou o Departamento de Estado a promover uma política mais agressiva em relação a Moscou, enfatizando as operações ideológicas secretas. Seguindo esse entendimento, o Conselho de Segurança Nacional fundou o *Office of Policy Coordination* (OPC), em 1951, com a função de desenvolver e supervisionar quaisquer atividades secretas relativas a: “*propaganda; guerra econômica; ação preventiva direta (...)*;

³⁴ United States Code Materials. Title 22. Foreign Relations and Intercourse. Chapter 18. United States Information and Educational Programs, pp. 1431-1480. Disponível em: <<http://vlex.com/source/us-code-foreign-relations-intercous-1021/toc/19>>. Acesso em: 30 de out. de 2010. e DIZARD, Wilson P. *Op. Cit.*

³⁵ LUCAS, Scott. Campaigns of Truth: The Psychological Strategy Board and American Ideology, 1951-1953. In: *The International History Review*, Vol. 18, No. 2 (May, 1996).

³⁶ Por exemplo, o Secretário de Estado, George Marshall esclarecia aos embaixadores norte-americanos que, em última instância, a intenção do governo nos Bálcãs era promover nações livres e democráticas. O Conselho de Segurança Nacional considera ser necessário uma ofensiva mundial contra os comunistas. O presidente Truman, por sua vez, acreditava que somente a força dos EUA poderia salvar o mundo do totalitarismo e do ateísmo. Idem, p. 284. Cf. KENNAN, George. *The Sources of Soviet Conduct*. Disponível em: <<http://www.historyguide.org/europe/kennan.html>>. Acesso em: 11 de fev. 2009.

subversão contra Estados hostis (...), e apoio a elementos anticomunistas locais em países ameaçados do Mundo Livre.”³⁷

Algum tempo depois, em 1950, o presidente Truman solicitou ao Conselho de Segurança Nacional uma avaliação das práticas do governo nos assuntos internacionais, buscando adequá-las às exigências da Guerra Fria. Resultado dessa avaliação, o NSC documento-68 apontava, assim como Kennan, para a necessidade de uma grande mobilização do governo norte-americano no sentido de promover uma oposição sistemática à União Soviética³⁸. De certo modo, a *Campanha da Verdade*, de Truman³⁹, proclamada em abril daquele ano, era, também, uma demonstração de que a Casa Branca estava disposta a calcar sua política externa não apenas na contenção e na “segurança nacional”.

Entretanto, a coordenação e planejamento interdepartamentais das operações ideológicas não secretas, então responsabilidade do *Interdepartmental Foreign Information Staff* (IFIS)⁴⁰, que substituíra o ICS, em março de 1950 (NSC 59/1)⁴¹, não estavam progredindo. Pouco depois, o início da Guerra na Coreia evidenciou ainda mais essa situação: embora o grupo interdepartamental de consulta do IFIS, o *Interdepartmental Foreign Information Organization* (IFIO), tenha se expandido e fortalecido em um novo órgão, o

³⁷ Do inglês: propaganda; economic warfare; preventive direct action (...); subversion against hostile states (...), and support of indigenous anti-Communist elements in threatened countries of the Free World. LUCAS, Scott. *Op. Cit.*, pp. 284-285.

³⁸ Deve-se fazer uma ressalva de que, enquanto o NSC-68 enfatizava o poderio econômico e militar norte-americanos no intuito de fazer frente aos esforços de Moscou, particularmente na área militar, deixando as operações de guerra psicológica como funções auxiliares, Kennan defendia uma estratégia que apostasse na força de atração dos poderes econômico e cultural dos EUA para solapar a dominação soviética no leste europeu. O PPS teria recomendado, por exemplo, a expansão de programas de informação para a Europa Oriental. Entre eles, um dos mais significativos seria o recrutamento de refugiados do Bloco Soviético para “Comitês de Liberdade” no Ocidente. Cf: NSC-68 – United States Objectives and Programs for National Security. [Washington,] April 7, 1950. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68-4.htm>>. Acesso em: 30 de out. de 2010.

³⁹ Grosso modo, a saída encontrada pelo governo norte-americano para manter aberto o canal de negociação com a URSS, ao mesmo tempo em que tomava uma firme atitude de demonstrar que a posição pacífica dos EUA nunca teria mudado, ao contrário do que fazia crer a propaganda soviética. LUCAS, Scott. *Op. Cit.*, p. 287.

⁴⁰ O funcionamento do IFIS dependia de seu diretor, o Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Públicos, e de um grupo, que deveria ser consultado por ele, formado por oficiais do Departamento de Estado, das Forças Armadas, da Marinha, da Força Aérea e da CIA. Essa combinação tornou-se o *Interdepartmental Foreign Information Organization* (IFIO) responsável pelas operações ideológicas em tempos de emergência nacional ou nos estágios iniciais de guerra. Após o início da Guerra da Coreia, o IFIO foi fortalecido e renomeado para *National Psychological Strategy Board*. Cf: *The Intelligence Community 1950–1955*. (Ed. Geral Edward C. Keefer) (eds. Douglas Keane e Michael Warner). Department of State publication 11441 (Office of the Historian Bureau of Public Affairs). Foreign Relations of the United States Series, 2007, p. 632. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.129.3478&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 30 de out. de 2010.

⁴¹ O NSC-59/1 tentava acertar os problemas deixados na coordenação e planejamento das atividades ideológicas pelo NSC-43. Este documento responsabilizava o Departamento de Estado pela elaboração de um plano de desenvolvimento dos programas de informação no interior dos EUA e das operações ideológicas secretas no estrangeiro nos estágios iniciais de guerra. Entretanto, o grupo que o Departamento de Estado deveria formar para cumprir tais objetivos entrava em choque com o pessoal do ICS.

National Psychological Strategy Board, os programas de informação e propaganda, como os operados pelos postos do *United States Information Service* (USIS) e as operações secretas do governo dos Estados Unidos, não possuíam uma coordenação efetiva que lhes permitisse criar dificuldades para as frentes militares apoiadas ou sustentadas por Moscou e responder à propaganda soviética criando um clima de apoio dos países europeus à política externa norte-americana.

A questão para o Presidente norte-americano passou a ser, então, a criação de um órgão que coordenasse todas as atividades ideológicas (secretas e não secretas) do governo, postas em prática até ali, pela CIA, pela ECA, pelos serviços militares, pelo Departamento de Estado e pelo OPC⁴². Apesar das relutâncias do Congresso, em oferecer recursos para programas desse tipo, e do Departamento de Estado, que não acreditava ser necessária uma agência independente, uma vez que o *National Psychological Strategy Board* realizaria esse serviço de coordenação, Truman acatou a sugestão da CIA e do Departamento de Defesa e criou, em abril de 1951, o *Psychological Strategy Board* (PSB). A função do novo PSB, fundado como órgão autônomo na estrutura administrativa norte-americana, seria coordenar as operações ideológicas do país.

Embora o PSB funcionasse, na realidade, como um comitê composto por membros das principais agências de produção de inteligência do governo norte-americano (CIA, Departamentos de Estado e de Defesa), a coordenação e planejamento interdepartamentais das operações ideológicas alcançaram um lugar muito mais importante do que o IFIS e, antes dele, o ICS haviam alcançado na estrutura decisória da política externa dos Estados Unidos. De fato, o novo órgão deveria responder somente ao Conselho de Segurança Nacional e ao Presidente⁴³.

No ano seguinte, 1952, o tema “operações ideológicas” ocupou espaço importante na corrida presidencial, em especial na plataforma do candidato Dwight D. Eisenhower, que argumentava em favor de uma expansão de tais operações pelo governo, criticando a “timidez” das políticas de Truman nessa área. O historiador da Universidade de Harvard e ex-membro do *Office of Strategic Service* (OSS), Arthur M. Schlesinger, avaliava que a administração Truman havia, de fato, pensado as atividades ideológicas apenas como uma frente auxiliar às práticas da diplomacia e do poder militar norte-americanos. Truman somente

⁴² Pouco depois do início da Guerra da Coreia, no final de 1950, o OPC passou a funcionar no interior da CIA, conforme havia requisitado o novo diretor da agência de inteligência, Walter Bedell Smith, que assumiu a agência em outubro de 1950.

⁴³ National Archives and Records Administration. CREST Documents (CIA Records Search Tool). General CIA Records., ESDN: CIA-RDP86B00269R000900020001-9.. *Op. Cit.*, p. 94.

teria se convencido de que tais operações representavam uma arma independente, poderosa por si só, e que poderiam assumir o lugar da diplomacia e do militarismo, mudando toda a atmosfera política da Guerra Fria, em favor dos EUA⁴⁴, quando o fim de seu mandato estava próximo.

Possivelmente, a avaliação do historiador era correta, uma vez que, a despeito dos esforços da administração do democrata, o lugar ocupado pelas operações ideológicas na política externa do país, no início dos anos 1950, continuava impreciso. A eleição de Eisenhower modificaria a situação. Vencedor no pleito, o novo Presidente, no intuito de reestruturar as atividades ideológicas do governo, nomeou seu assistente especial o executivo da editora *Time Inc.*, C. D. Jackson, e criou o *President's Committee on Foreign Information Activities*, o *Jackson Committee*⁴⁵, sob a chefia de William H. Jackson.

1.2. O *New Look* de Eisenhower e a fundação da *United States Information Agency*

A ênfase que a administração Eisenhower propunha às operações ideológicas apontava, aparentemente, para uma maior relevância do *Psychological Strategic Board*, responsável pela coordenação de tais operações. No entanto, a análise da atuação do órgão pelo *Jackson Committee* levou à sua substituição, uma vez que concluiu que as operações psicológicas e as atividades de não guerra – estas últimas executadas por agências no interior do Departamento de Estado – estavam calcadas, cada uma, em conceitos diferentes, criando um conflito de coordenação. Em outras palavras, existiria uma “estratégia psicológica à parte das operações oficiais de propaganda, diplomacia, pressão econômica e militar⁴⁶”.

Por sugestão do comitê e de seu assistente especial, C. D. Jackson, o PSB foi extinto pelo Presidente, sendo substituído, em 1953, por um novo órgão, o *Operations Coordinating Board* (OCB), responsável pela coordenação das políticas de segurança nacional, incluindo as operações ideológicas realizadas pelas diversas agências e departamentos governamentais. Assim, era atendido o desejo de que se criasse um clima de opinião favorável aos EUA no estrangeiro.

As atividades executadas por diversos órgãos do governo norte-americano, como os programas de propaganda desenvolvidos pelos serviços militares ou pela *International*

⁴⁴ DIZARD, Wilson P. *Op. Cit.*, p. 52.

⁴⁵ O *Jackson Committee* tinha como membros C. D. Jackson e Robert Cutler, assistentes especiais do Presidente, Roger M. Keys, vice-secretário de Defesa, Gordon Gray, então presidente da Universidade da Carolina do Norte e o primeiro diretor do PSB, Barklie McKee Henry, um diretor corporativo, John C. Hughes, fabricante do setor têxtil, Sigurd S. Larmon, presidente de uma grande empresa de publicidade.

⁴⁶ *The Intelligence Community 1950–1955*. (Ed. Geral Edward C. Keefer) (eds. Douglas Keane e Michael Warner). *Op. Cit.*, pp. 629-635.

Information Agency ⁴⁷, deveriam, portanto, ser coordenadas pelo novo OCB⁴⁸. No entanto, outros comitês haviam sido fundados com a função de investigar os programas de informação do governo: um na Casa Branca (chefiado por Nelson Rockefeller, que permanecia figura importante na estrutura decisória da política externa do país), um na Câmara e dois no Senado. Esses comitês, incluindo o *Jackson Committee*, apontaram, indo ao encontro dos anseios de John Foster Dulles, para a necessidade da fundação de uma nova agência de “informação”, independente do Departamento de Estado. O novo Secretário de Estado, Dulles, desejava livrar seu Departamento do trabalho com operações ideológicas, uma vez que intencionava dedicar-se exclusivamente aos instrumentos convencionais de política externa (diplomacia, pressão econômica e militar etc.)

Em 1.º de junho de 1953, como resultado desse amplo plano de reestruturação das operações ideológicas, o presidente Eisenhower enviou ao Congresso um plano de reorganização (*Reorganization Plan* n.º 8), criando a *United States Information Agency* (USIA), agência independente que deveria reunir sob seu controle todos os programas informais internacionais, como os programas de intercâmbio cultural e técnico (operados por diversos órgãos, como os Departamentos de Estado e de Defesa).

Em 1.º de junho de 1953, em acordo com o Ato de Reorganização de 1949, o Presidente envia ao Congresso o Plano de Reorganização n.º 8, o qual estabelece a *United States Information Agency* como uma organização separada no braço executivo do governo e transfere ao Diretor da nova agência muitas das funções investidas pelo Secretário de Estado pela Lei Pública 402, o Ato Smith-Mundt. Ordem Executiva 10477, decretada em 1 de agosto de 1953, relativa ao Plano de Reorganização n.º 8, autoriza o Diretor da Agência exercer certas autoridades disponíveis por lei ao Secretário de Estado, incluindo muitas das provisões administrativas do Ato do Serviço Estrangeiro de 1946; (...) autoridade para transferir, adquirir, usar e dispor das instalações de radiodifusão internacional sob o Ato de 9 de julho de 1949; e certas autoridades menores⁴⁹.

⁴⁷ Após *Smith-Mundt Act*, de 1948, o *Office of International Information* (OII), dirigido por George Allen, anteriormente diretor da *United States Information Agency* (USIA), foi separado do *Office of Educational Exchange*. O OII foi, pouco depois, renomeado para *International Information Agency* (IIA).

⁴⁸ Com o OCB, Eisenhower atendia também uma recomendação de C. D. Jackson de que faltava clareza nas atribuições do PSB e do IFIO, renomeado, após a fundação do PSB, para *Psychological Operations Coordinating Committee* (POCC). Após algum tempo de sua fundação, o OCB absorveu o trabalho do POCC, abolindo-o.

⁴⁹ Do original em inglês: On June 1, 1953, in accordance with the Reorganization Act of 1949, the President sent to Congress Reorganization Plan n.º 8, which establish the United States Information Agency as a separated organization of the executive branch of the government and transferred to the Director of the new agency many of the functions vested in the Secretary of State by Public Law 402, the Smith Mundt Act. Executive Order 104777, issued on August 1, 1953, pursuant to Reorganization Plan n.º 8, authorizes the Director of the Agency to exercise certain authorities available by law to the Secretary of State, including many of the administrative provisions of the Foreign Service Act of 1946; authorities to transfer, acquire, use, and dispose of international broadcasting facilities under the Act of July 9, 1949; e certain minor authorities. Cf: HENDERSON, John W. *Op. Cit.*, p. 304.

A nova agência pôde, além do que previa o plano de Reorganização, fazer uso das antigas estruturas legadas pelo OCIAA, de Nelson Rockefeller, e pelo OWI, de Elmer Davis, em particular os postos do *United States Information Service* – integrados a ela, após o plano de reorganização de Eisenhower – com seu serviço diário de distribuição de notícias (conhecido por *Wireless File*) e com a *Voice of América*, transmitida em dezenas de línguas, inclusive o português. Além disso, uma lógica de atuação dessas agências se manteve: cabia aos oficiais da USIA – sobretudo a partir dos postos USIS, fundados como, por exemplo, no Rio de Janeiro – diagnosticar as predisposições dos povos estrangeiros em relação aos Estados Unidos e influenciá-los de maneira que se tornassem mais receptivos ao *American Way*. Aproximavam-se, para tanto, dos donos de jornais, rádios e revistas, editores, colunistas e repórteres, distribuindo livros (muitos deles, traduzidos pela própria agência), periódicos e notícias, com o intuito de influenciar o conteúdo do que seria publicado por esses meios de comunicação⁵⁰.

Assim, com o início do trabalho da *United States Information Agency* e sob o esforço de coordenação do OCB, um antigo desejo do governo norte-americano quanto a operações ideológicas, desde a administração Truman, era alcançado ou aproximava-se disso: que essas operações possuíssem coordenação, estrutura e lógica de funcionamento tais que pudessem “contar” uma mesma história sobre as vantagens da vida e dos valores da vida nos Estados Unidos, evitando dar oportunidade aos ataques da propaganda soviética e um desgaste da imagem dos EUA e de seus oficiais no estrangeiro.

Parafraseando C. D. Jackson, Assistente Especial de Eisenhower, que, de maneira representativa, expressou esse desejo: as atividades ideológicas, ao menos aquelas reunidas sob a coordenação e lógica de atuação da USIA, passaram a compor um tema sinfônico que poderia então ser ouvido e apreciado em todo o mundo⁵¹.

Foi em sintonia com esse tema sinfônico que os jornais brasileiros *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa* dialogaram com os entendimentos produzidos pela *United States Information Agency*, sendo utilizados como veículos do material produzido pela agência nesses anos de Guerra Fria. De fato,

Vendo em cada jornal um meio potencial para a ‘nossa causa’ os funcionários norte-americanos distribuíram material para mais de 500 jornais e revistas brasileiros.

⁵⁰ HAINES, Gerald K. *Op. Cit.*

⁵¹ LUCAS, Scott. *Op. Cit.*

Concentrando-se principalmente nos jornais da cadeia de Assis Chateaubriand (...), nos jornais controlados por editores favoráveis aos Estados Unidos como Carlos Lacerda [(proprietário da *Tribuna da Imprensa*)], Pereira Carneiro e Paulo Bittencourt [(proprietário do *Correio da Manhã*)] e na Agência Nacional, o USIS proveu materiais de apoio, serviço de informação, fotografias e desenhos que descreviam os Estados Unidos de maneira favorável⁵².

Focando especificamente a atuação da agência no Brasil, entre janeiro de 1953 e abril de 1964, período abarcado por esta pesquisa, a USIA, por meio de seus postos avançados no estrangeiro, os *United States Information Service*, teve cerca de cento e trinta e quatro (134) notícias publicadas nos jornais *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*. Eram jornais atravessados por um anticomunismo endógeno, presente no Brasil desde a Revolução Russa de outubro de 1917, e que, desde então, produziu uma gama variada de discursos e imagens sobre o comunismo, apontando-o como prática avessa às tradições e aos valores ocidentais. Procedia-se a uma espécie de nomeação do comunismo como o *Outro*, inimigo de tais valores, negando-lhe voz e, ao mesmo tempo, afirmando uma identidade brasileira, filiada ao imaginário ocidental cristão⁵³. Como disse Carlos Lacerda, quando da fundação da *Tribuna*, o jornal surgia “para servir à cristianização da sociedade”⁵⁴.

Não por isso, entretanto, os referidos jornais deixaram de abrir-se para uma produção de sentidos sobre a política, e, por extensão, sobre o comunismo, proveniente de outros lugares, ainda que os tenha selecionado conforme sua conveniência. Isto é, o *Correio da Manhã*, do qual os serviços de inteligência do governo dos Estados Unidos se aproximaram, em 1953⁵⁵, e a *Tribuna da Imprensa* mostraram-se receptivos ao diálogo com o anticomunismo constituído em outras partes do mundo, especialmente nos Estados Unidos, onde, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, se reagiu enfaticamente ao comunismo e aos comunistas. Do governo norte-americano, grupos políticos e os serviços de mídia brasileiros receberam as mais variadas estratégias anticomunistas, além das organizações que aqui se fundaram com verbas provenientes daquele país.

⁵² Do original em inglês: “Seeing each newspaper as a potential outlet for ‘our case’ US officials distributed materials to over five hundred Brazilian newspaper and magazines. Concentrating on the major newspaper in the Assis Chateaubriand chain (...), the papers controlled by pro-Americans publishers such as Carlos Lacerda, Pereira Carneiro, and Paulo Bittencourt, and the Agência Nacional, the USIS provided background materials, wire service information, photographs, and cartoons depicting the United States in a favorable light.” HAINES, Gerald K. *The Americanization of Brazil: A Study of U. S. Cold War Diplomacy in the Third World (1945-1954)*. Wilmington: SR Books, 1989, p. 168.

⁵³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, Fapesp, 2002 e MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Unicamp, 1998.

⁵⁴ Verbete Temático – *Tribuna da Imprensa* em Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV/CPDOC). *Op. Cit.*

⁵⁵ Biblioteca da Universidade de Chigaco, IACF collection, Box 151, series II. Report on Brazil.

No entanto, o material veiculado pela *United States Information Agency*, no *Correio da Manhã*, foi, pouco a pouco, desaparecendo. Por exemplo, enquanto no ano de 1953, a agência de informação e propaganda veiculou com crédito, aproximadamente, sessenta e uma (61) notícias, em 1963, apenas dez (10) notícias apareceram creditadas à USIA⁵⁶; na *Tribuna da Imprensa* publicou-se, no mesmo período, apenas uma notícia creditada à agência. Poucas, afinal, para a diretriz articulada pela administração Eisenhower em relação às operações ideológicas, com as quais a USIA trabalhava. No entanto, o volume de material sobre os Estados Unidos e a União Soviética continuou a ocupar lugar de destaque nas referidas publicações e, tal como o material da USIA, colocava os primeiros sob uma ótica favorável e a última em nítido distanciamento e oposição.

Em 1960, por exemplo, período em que a USIA não aparece nos jornais, não era difícil encontrar notícias que criticassem Fidel Castro – líder da revolução cubana de 1959, alinhado à URSS – e abordassem de maneira otimista o progresso das relações raciais nos EUA.



FIDEL CASTRO E O NEGRO AMERICANO
Tribuna da Imprensa - 25 de setembro de 1960

⁵⁶ Em 1953, a USIA publicou, aproximadamente, 60 notícias; em 1954, 41; em 1955, 15; em 1956, 4; em 1957, nenhuma; em 1958, nenhuma; em 1959, 1; em 1960, nenhuma; em 1961, 2; em 1963, 10; e, em 1964, nenhuma.

Neste caso específico, o material foi veiculado pela *United Press International* que, veremos, a *Central Intelligence Agency* utilizava, do mesmo modo que fazia com outras agências internacionais de notícias – por exemplo, a *Associated Press* – como canal de transmissão de material de propaganda. Nesse sentido, ainda que se leve em conta o anticomunismo articulado por grupos no interior do Brasil, notícias como a que acima se expôs dialogavam com os entendimentos produzidos pelos serviços de inteligência do governo norte-americano e relativos a questões de política externa.

Em outubro de 1953, o Conselho de Segurança Nacional revisitou a missão da *United States Information Agency* (NSC 165/1), modificando a jurisdição – campo de atuação – da agência. Um dos aspectos do documento destacava que a agência ficava autorizada, excetuando-se no caso das operações da *Voice of America*, a comunicar-se com as audiências internacionais sem precisar explicitar-se como uma fonte do governo norte-americano⁵⁷.

Os serviços de inteligência governamentais dividiam as operações ideológicas em três tipos (cores) diferentes: “Branca”, “Cinza” e “Preta”. Este último tipo compreendia atividades secretas não atribuíveis ao governo. O material era produzido, total ou parcialmente, por agências do governo norte-americano, mas apresentado como proveniente de uma fonte hostil, ocultando-se do público alvo, o interesse do governo. Eram atividades exclusivamente praticadas pela CIA. “Branca” eram as atividades atribuídas ao governo ou associadas a fontes ligadas ao governo, sendo *verdadeiras* e *factuais*. Finalmente, “Cinza” eram as atividades cuja fonte verdadeira (o governo dos EUA) não era revelada para o público alvo, intentando parecer ser de uma fonte local, não hostil e, por isso, por vezes, não possuíam atribuição. Ou seja, intencionava-se apresentar um ponto de vista no interesse da política externa norte-americana, mas que seria mais bem aceito pelo público alvo se a fonte não fosse revelada ou atribuída a instituições e grupos não ligados ao governo dos EUA⁵⁸.

⁵⁷ *FRUS 1952-1954, Vol 2, Part 2, Memorandum of Discussion at the 167th Meeting of the National Security Council*, Thursday, October 22, 1953, pp. 1750-1752; e *FRUS 1952-1954, Vol 2, Part 2, Statement of Policy by the National Security Council*, undated, pp. 1753-1754.

⁵⁸ Cf.: *The Intelligence Community 1950–1955*. (Ed. Geral Edward C. Keefer) (eds. Douglas Keane e Michael Warner). *Op. Cit.*, pp. 501 e ss.

- **Hierarquia das Operações Ideológicas do governo norte-americano**

BRANCA

Atividades reconhecidas como declaração ou ação oficial do governo norte-americano ou provenientes de fontes próximas o suficiente para refletir um ponto de vista oficial. As informações são verdadeiras e factuais e toda produção é identificada como proveniente de fontes oficiais dos EUA.

CINZA

Atividades cuja fonte verdadeira (o governo dos EUA) não é revelada para o público alvo. Atividades engajadas em apresentar-se, de maneira plausível, como fonte local, não hostil ou sem atribuição. Cinza é a informação cuja mensagem seria melhor absorvida pelo alvo se a mão do governo dos EUA e, em alguns casos, a participação norte-americana de qualquer forma não fossem reveladas. É simplesmente uma maneira de apresentar um ponto de vista no interesse da política externa dos Estados Unidos, mas que seria aceito ou mais bem aceito pelo público alvo do que se fosse material de uma fonte oficial do governo norte-americano.

PRETA

Atividades exercidas com a intenção de apresentar-se como proveniente de uma fonte (governo, partido, grupo, organização, pessoa) usualmente hostil em natureza. O interesse do governo norte-americano é ocultado e o governo negaria responsabilidade. O conteúdo pode ser fabricado parcial ou totalmente, mantendo-se ainda a intenção de parecer crível para o público alvo. Atividade Preta é também usualmente utilizada para embaraçar fontes hostis ou forçar a fonte hostil a entrar em ação contra sua vontade.

A USIA, que antes lidava apenas com as operações ideológicas do tipo “Branca” (aquelas atribuídas diretamente ao governo), passou a atuar também em atividades ideológicas de tipo “Cinza”, calcadas, em grande medida, sob a lógica da não atribuição.

De certo modo, o círculo superior de poder norte-americano aceitava oficialmente como atribuições da *U. S. Information Agency* os usos de que os serviços de informação do governo do país lançara mão anteriormente em suas atividades no exterior. É o caso de práticas como as de que o escritório de Nelson Rockefeller, na América Latina, especialmente no Brasil, o *Office of the Coordinator of Inter-Americans Affairs*, se utilizou: aprofundamento de laços com os serviços de mídia locais e com agências internacionais de notícias, no intuito

de que publicassem material favorável aos EUA, não sendo, portanto, órgãos ligados oficialmente ao país⁵⁹.

No caso específico das agências de notícias, vale ressaltar que as competências inscritas no *Smith-Mundt Act*, de 1948, posteriormente incorporadas à USIA, já aceitavam a utilização dos serviços de mídia norte-americanos para a consecução dos objetivos governamentais junto às audiências internacionais. No subitem da lei, *Utilização de agências privadas*, estabelecia-se que:

(...) deverá ser o dever do Secretário de Estado recorrer, na medida do possível, aos serviços e instalações de entidades privadas, incluindo os serviços norte-americanos de imprensa, publicação, rádio, cinema, e outras agências, através de acordos contratuais ou formas similares. A intenção do Congresso é que o Secretário de Estado deva encorajar a participação, na consecução dos propósitos deste capítulo, do máximo número possível de diferentes agências privadas em cada campo concernente ao mercado presente ou potencial para seus serviços em cada país⁶⁰.

A *Central Intelligence Agency*, de maneira mais clara, também atuou junto às agências internacionais de notícias, no sentido de que publicassem material favorável à imagem dos Estados Unidos no exterior. A agência de inteligência possuía uma rede de contatos dentro e fora dos Estados Unidos que oferecia acesso direto a um grande número de jornais e periódicos, dezenas de serviços de imprensa e agências de notícias, emissoras de rádio e televisão e outros meios de comunicação estrangeiros. Além disso, para disseminar material no exterior, a CIA utilizava-se da:

sindicalização dos serviços de notícias, com a Agência usando organizações já existentes para esse propósito, como a *Associated Press* e a *United Press International*, assim como criando seu próprio: *Forum World Features*⁶¹.

⁵⁹ MOURA, Gerson. *Op. Cit.*, pp. 31-32

⁶⁰ Do original em inglês: In carrying out the provisions of this chapter it shall be the duty of the Secretary to utilize, to the maximum extent practicable, the services and facilities of private agencies, including existing American press, publishing, radio, motion picture, and other agencies, through contractual arrangements or otherwise. It is the intent of Congress that the Secretary shall encourage participation in carrying out the purposes of this chapter by the maximum number of different private agencies in each field consistent with the present or potential market for their services in each country. United States Code Materials. Title 22. *Op. Cit.*

⁶¹ Do original em inglês: "A third mechanism for disseminating CIA-approved stories was the syndicated news service, with the Agency using existing organizations such as Associated Press and United Press International for this purpose, as well as creating its own: Forum World Features." WILFORD, H. *The Mighty Wurlitzer: how the CIA played America*. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, London, England, 2008, p. 227; Conferir também: BLACK, Jan K. *Op. Cit.*, p. 96; AGEE, Philip. *Inside the company. Op. Cit.*; e WEISSMAN, Steve. The CIA Makes the News. In: AGEE, Philip. and WOLF, Louis. (ed). *Dirty Work: the CIA in Western Europe*. (Secocus, N. J.: Lyle Stuart, 1978.)

É difícil imaginar que a USIA, especializada no trabalho junto aos serviços de imprensa do exterior – inclusive em operações secretas – próxima da CIA e de outros órgãos dos serviços de inteligência do governo norte-americano, não tivesse lançado mão desse tipo de aproximação que a CIA fazia às agências internacionais de notícias.

A diretriz do Conselho de Segurança Nacional, aceita no NSC 165/1, acolhia, ademais, as recomendações apontadas no processo de reestruturação da política externa norte-americana e de fundação da USIA pela administração Eisenhower, no início de 1953, que também sugeriam a utilização das organizações privadas do país com atividades no exterior. O relatório do *Committee on International Information Activities*, o *Jackson Committee*, de fevereiro daquele ano, elucida esse entendimento ao afirmar que:

Muito maior esforço deve ser feito para a utilização de organizações privadas norte-americanas para levar a cabo os objetivos dos Estados Unidos. O ganho em disseminação e credibilidade através do uso de tais canais [, como os serviços de notícias,] irá mais do que compensar a perda pelo governo de algum controle sobre o conteúdo⁶².

O *Jackson Committee*, chefiado por William Jackson, ia mais longe: recomendava que os programas de informação deveriam ser localmente manejados e adaptados. Era preciso abarcar as especificidades de cada país, no sentido de que se evitassem argumentos e informações “fora de lugar”, isto é, que não engendrassem em suas alegações as predisposições e concepções políticas locais, inclusive no que dizia respeito aos Estados Unidos. O relatório, nesse sentido, esclarecia que “*nem todo o Mundo Livre esta[va] preparado para ver seus problemas no contexto da luta entre Estados Unidos e União Soviética.*”⁶³

Não era sem motivo, portanto, que o Comitê encarasse como um problema a atribuição de material veiculado, por exemplo, na mídia impressa aos órgãos oficiais norte-americanos, como os postos do *United States Information Service*. Os relatórios do *Jackson Committee* e do Departamento de Estado indicavam que as audiências internacionais viam no

⁶² Do original em inglês: Far greater efforts should be made to utilize private American organizations for the advancement of United States objectives. The gain in dissemination and credibility through the use of such channels will more than offset the loss by the Government of some control over content. *FRUS 1952-1954, Vol 2, Part 2, The Report of the President's Committee on International Information Activities*, June 30, 1953, p. 1841. Essa questão permeia a reflexão do capítulo 3 deste trabalho (onde discutimos a questão da segregação racial nos Estados Unidos, seus efeitos sobre as audiências internacionais e o papel da *United States Information Agency* na rearticulação dessa imagem). Não houve, no material publicado nos jornais *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa* acerca do tema, notícia creditada ao *United States Information Service*.

⁶³ Do original em inglês: Not all of the free world is prepared to view its problems in the context of a struggle between the United States and the Soviet Union. Cf: *FRUS 1952-1954, Vol 2, Part 2, The Report of the President's Committee on International Information Activities*, June 30, 1953, p. 1841.

material que se sabia provir dos EUA uma evidência da interferência do país em suas respectivas vidas políticas. Além disso, os órgãos oficiais norte-americanos mostravam-se atentos ao fato de que a propaganda cultural do Kremlin articulava, entre outras coisas, a ideia de que a política externa engendrada pelos norte-americanos era imperialista. A interferência nos assuntos internos de outros países, sentida pela presença de notícias, artigos e fotografias de órgãos oficiais norte-americanos nos meios de comunicação impressos ou não corroboraria o argumento elaborado pela propaganda do governo soviético.

Por isso, o *Jackson Committee* passou a sugerir o emprego da não atribuição de créditos de autoria ao material da USIA: “*como uma regra geral, informação e propaganda somente devem ser atribuídas aos Estados Unidos quando essa atribuição for um trunfo. Uma percentagem muito maior do programa de informação deve ser a não atribuição.*”⁶⁴ O Departamento de Estado, de maneira semelhante, recomendava mudanças no *Wireless File*, responsável pela transmissão de notícias oficiais e material de informação a serem veiculados nos serviços de imprensa dos países em que os postos do *United States Information Service* atuassem. A recomendação do referido Departamento vinha no sentido de que se fizesse uso da não atribuição, uma vez que a comunicação entre os postos USIS no exterior e a sede da *U. S. Information Agency*, em Washington, demonstrava que o material da agência era mais bem recebido pelas audiências internacionais quando não se conhecia sua ligação aos órgãos oficiais norte-americanos. Uma viagem de investigação feita aos postos USIS pelo diretor do *International Press Service* (IPS), setor responsável pelos serviços de imprensa e estruturado no interior da USIA, confirmou essa tendência⁶⁵.

Dois fatores, inferimos, possibilitaram à USIA desaparecer nominalmente dos jornais *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*. Em primeiro lugar, a veiculação, nos jornais, de material sem atribuição a fontes oficiais dos EUA. Em segundo lugar, os serviços de inteligência do governo norte-americano – próximos, como vimos, de algumas agências internacionais de notícias – compreendiam que, nos casos em que a cobertura de tais agências sobre os diversos temas daquele período não afetasse os interesses do país no Brasil, a agência de informação e propaganda não precisaria “aparecer”. Ou seja, apenas a referência a seu nome mingou, pois seus entendimentos permaneceram em tais publicações, o que se

⁶⁴ Do original em inglês: As a general rule, information and propaganda should only be attributed to the United States when such attribution is an asset. A much greater percentage of the information program should be un-attributed. *FRUS 1952-1954, Vol 2, Part 2, The Report of the President's Committee on International Information Activities*, June 30, 1953, p. 1841.

⁶⁵ Cf: *FRUS 1952-1954, Vol 2, Part 2, The Acting Secretary of State to certain Diplomatic and Consular Posts*, February 4, 1953, pp. 1658 e ss.

evidência, com particular clareza, nas questões que mais ocuparam os diretores da USIA naquele período, como, por exemplo, a questão da segregação racial no interior dos Estados Unidos.

Deslindar o lugar da agência junto à estrutura decisória da política externa dos Estados Unidos e seus modos de atuação não tocam, ainda, o problema do significado político dessa atuação, mas é preciso ter claros esses aspectos para que possamos pensar a ação política engendrada pela *U. S. Information Agency*.

A agência foi definida pela administração do presidente Eisenhower – no bojo do processo de reestruturação das operações ideológicas norte-americanas – como órgão de *informação*. Sua função, conforme memorando de discussão do Conselho de Segurança Nacional, datado de outubro de 1953, deveria ser a de explicar e interpretar, às audiências internacionais, os objetivos e políticas do governo dos EUA; demonstrar a correlação entre as políticas governamentais norte-americanas e as legítimas aspirações de outros povos do mundo; desmascarar e conter as tentativas hostis de distorcer e frustrar os objetivos e políticas norte-americanas; e, finalmente, delinear aqueles importantes aspectos da vida e da cultura do povo dos Estados Unidos que facilitassem a compreensão das políticas e objetivos do governo do país⁶⁶.

Ou seja, a USIA serviria, e por isso a importância dos postos avançados no exterior, os *United States Information Service*, como órgão de aproximação às audiências internacionais pelo governo norte-americano. No entanto, uma vez que a agência passou a engendrar as operações ideológicas de tipo Cinza, os serviços de inteligência governamentais entendiam que as atividades da USIA não se limitariam à prática de *informar*.

Os usos da agência passaram a abarcar o secreto, o que, num certo sentido, a estabelecia como órgão não apenas de informação, de contato “cândido”, mas também de propaganda, isto é, suas atividades articulavam-se na “(...) *disseminação de ideias e informações (verdadeiras ou falsas) em favor ou prejuízo de outrem.*”⁶⁷ Os funcionários da *United States Information Agency* e dos serviços de inteligência, entretanto, mostravam-se pouco à vontade com essa designação das atividades da agência, tentando, tanto quanto possível, distanciar-se da propaganda, prática de que um regime como o comunismo soviético aproximar-se-ia.

⁶⁶ *FRUS 1952-1954, Vol 2, Part 2*, Memorandum of Discussion at the 167th Meeting of the National Security Council, Thursday, October 22, 1953, pp. 1750-1754.

⁶⁷ HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001, p. 42.

O distanciamento de atividades de propaganda remontam às atitudes de hostilidade que tanto a opinião pública quanto o círculo superior de poder norte-americanos dirigiram a tais atividades, desde, pelo menos, a Segunda Guerra Mundial. O relatório Lilly, escrito por Edward P. Lilly, do serviço de inteligência dos EUA, datado de dezembro de 1951, ao investigar os programas de “informação”, parece, de fato, atestar o mal estar em relação ao uso de operações de propaganda.

Ainda durante a Segunda Guerra, de acordo com o relatório, os funcionários de agências como o OCIAA e o OCI recusavam-se a usar o termo “propaganda” para designar seus trabalhos. Os trabalhos de tais agências teriam sido, ainda assim, descontinuados em função de encontrarem hostilidade por parte do Congresso e da opinião pública nos Estados Unidos, avessos à ideia de o país possuir uma agência de propaganda funcionando em tempos de paz. No imediato pós-guerra, o governo norte-americano – tendo conhecimento de que tanto a Rússia como a Inglaterra não limitavam sua aproximação às audiências internacionais a programas de informação, mas lançavam mão também de propaganda – acreditava que os Estados Unidos deveriam estar acima dessas práticas, esperando que a opinião pública mundial, tal qual a norte-americana, não as reconhecesse como práticas afins à liberdade e à democracia – valores representados pelos EUA – e desenvolvesse aversão à propaganda de governos⁶⁸.

A despeito disso, o governo norte-americano vinha se utilizando do termo propaganda para discutir as operações a serem executadas pela USIA, mas, em que isso pese, até ao menos meados dos anos 1960, a agência parecia incerta entre operações de propaganda e informação. Segundo um estudo sobre a agência, datado de 1966, um dos grandes obstáculos para a consecução dos objetivos estabelecidos para a agência, em sua fundação, era a confusão entre a prática de propaganda e a de informar:

A USIA não pode implementar os vários objetivos estabelecidos para ela pelo Poder Executivo e pelo Congresso devido a fatores internos, assim como a fatores externos (...).

1. A inabilidade da Agência de clarificar os pressupostos básicos de suas operações. Esses incluem uma determinação de se deve funcionar como instrumento de informação ou propaganda. (...)⁶⁹.

⁶⁸ Memorando, de título “The Development of American Psychological Operations, 1945-1951. *Op. Cit.*

⁶⁹ Do original em inglês: The USIA has been prevented from implementing the various goals established for it by the Executive Branch and Congress due to internal as well as external factors (...). 1. The inability of the Agency to clarify its basic operating assumptions. These include a determination as to whether it is to function as an information or propaganda instrument (...). RUBIN, Ronald I. *The Objectives of the U. S. Information Agency, Controversies and Analysis*. New York: Frederick C. Praeger, 1966, p. 10. Apud BOGART, Leo. *Premises for*

Em defesa desse distanciamento das práticas de propaganda, ao menos aos olhos das audiências estrangeiras, como, por exemplo, o público leitor do *Correio da Manhã* e da *Tribuna da Imprensa*, e da tentativa de imputar tais práticas ao Kremlin, o governo dos Estados Unidos, por meio da *United States Information Agency*, articulava a ideia de que o governo soviético engendrava em sua política interna e externa práticas de propaganda.

O chefe do grupo de jornalistas americanos que esteve recentemente em Moscow (sic), James L. Wick, do “Niles Daily Times”, acusou os russos de tentarem atualmente apresentar sob uma falsa luz as declarações feitas pelos referidos jornalistas, ao regressarem de Moscou. – “Essa campanha de deturpação de nossas declarações – disse o jornalista – não é senão uma prova de que os russos não se interessavam senão pela propaganda, e não pela exibição da verdade.”⁶⁹ (grifo nosso)

Os tanques russos incumbidos de sufocar sangrentamente o levante operário na zona oriental de Berlim foram recebidos a pedradas pela multidão. (...) Nada poderia melhor ilustrar o ressentimento e a revolta de um povo oprimido pela dominação russa. E por maior que seja a propaganda comunista, não poderá ocultar que esse ressentimento e essa revolta existem. (...) Os comunistas a ninguém podem culpar, se não a eles próprios. Foram eles que provocaram essas manifestações, com um golpe de propaganda mentiroso. O tiro, porém, saiu-lhes pela culatra.⁷⁰ (grifo nosso)

Com operações ideológicas públicas e secretas, passando das atividades de tipo Branca para as Cinza, a *U. S. Information Agency*, e o governo dos Estados Unidos por extensão, escondia-se no silêncio da ausência de seu nome na mídia impressa brasileira, como nos jornais brasileiros *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*, em favor de certos sentidos sobre a política – alguns deles, os que mais sistematicamente aparecem em tais jornais, discutidos nos capítulos seguintes – que favoreciam a consecução dos objetivos do governo norte-americano na Guerra Fria. Claro está que essa prática se fazia em atenção ao fato de que o público leitor do *Correio* e da *Tribuna* e a opinião pública no Brasil, de um modo geral, não recebiam bem a presença de um órgão oficial norte-americano no debate político local⁷². O

Propaganda: The United States Information Agency's Operating Assumptions in the Cold War. New York: The Free Press, 1976, p. viii.

⁷⁰ WEST, Benjamin E. Recebidos a Pedradas os tanques russos: a origem do levante operário berlinense contra a dominação comunista e como um tiro de propaganda saiu pela culatra. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º ?, 27 de junho de 1953, cad. 1, p. 5.

⁷¹ A MENTIRA DA PROPAGANDA RUSSA. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º 18930, 16 de abril de 1953, cad. 1, p. 6.

⁷² Em 1955, por exemplo, a USIA produziu um relatório de suas atividades, esclarecendo que seu programa na América Latina havia sido reorientado, passando a dar maior atenção à países prioritários na região, como Brasil, Chile, Bolívia e Guatemala, onde “*condições crônicas exigiam um crescente impacto sobre a opinião pública.*” Em alguns casos, preocupada com o “*pessimismo*” e “*truculência*” com que a opinião pública latino-americana compreendia as relações com os Estados Unidos, a USIA distribuiu material que apoiasse as políticas norte-

público, no Brasil, ao que parece, não estava apto, para lembrar a afirmativa dos serviços de inteligência dos EUA, a perceber a sua realidade como tributária da disputa de Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. Era, então, para lembrar o político e escritor Richard Crossman, preciso fazer propaganda à opinião pública brasileira sem parecer que a estava fazendo.

americanas e chamasse a atenção popular para os positivos e dinâmicos aspectos das relações dos EUA com a região. Cf: *FRUS, 1955-1957, Vol IX*, Introduction, undated, p. 519.

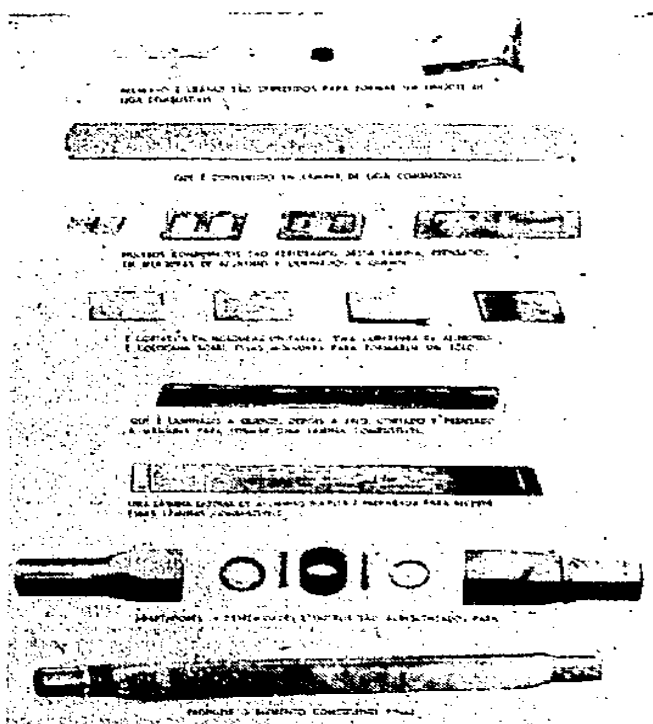
CAPÍTULO 2

2. “DOIS ESCORPIÕES EM UMA GARRAFA”: A QUESTÃO ATÔMICA E A POLÍTICA NORTE-AMERICANA

Havia em Vestfália, no castelo do senhor barão de Thunder-ten-tronckh, um jovem a quem a natureza dotara da índole mais suave. Sua fisionomia lhe anunciava a alma. Era reto de juízo e simples de espírito, razão pela qual, creio eu, o chamavam de Cândido.

Voltaire, *Cândido*.

EIS O COMBUSTÍVEL



Todas as fases da preparação do combustível nuclear estão esquematizadas. Dêsse processo metalúrgico, encarrega-se a Divisão de Metalurgia do Instituto de Energia Atômica de São Paulo.

ÁTOMOS ILUMINÃO O RIO DENTRO DE 5 ANOS.
Tribuna da Imprensa - 4 de maio de 1960

A promessa, segundo uma matéria publicada em uma página inteira do jornal *Tribuna da Imprensa*, em maio de 1960, era a de que as capitais paulista, carioca e mineira seriam, em até cinco anos, iluminadas por uma fonte de energia atômica, graças às pesquisas desenvolvidas pelo Instituto de Energia Atômica de São Paulo. No Brasil, o domínio da tecnologia relativa ao átomo prometia revoluções também nas áreas de biologia, agronomia e medicina. A *Tribuna* e o *Correio da Manhã* veiculavam notícias e artigos, desde ao menos

1953, animados pela possibilidade de o país conquistar a nova tecnologia, cujas benesses a população brasileira podia conhecer também nas Exposições do *Átomos para a Paz*, promovidas, segundo o jornal de Carlos Lacerda, pela Organização das Nações Unidas (ONU). O país, ao que parecia pelas notícias publicadas nesses periódicos, ingressava no campo de desenvolvimento da mais recente inovação tecnológica: o átomo.

O governo norte-americano tinha um papel fundamental no desenvolvimento da tecnologia atômica do Brasil: era, segundo tais publicações, pela troca de tecnologia e material com os EUA que a pesquisa brasileira poderia caminhar. O programa “Átomos para a Paz”, promovido pela administração do presidente norte-americano Dwight D. Eisenhower, centralizava tais políticas de troca.

O átomo vinha sendo trazido para o centro do debate no interior do serviço de inteligência do governo dos Estados Unidos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, quando o presidente Harry S. Truman adotou como política exterior a “diplomacia do átomo”. Por meio do monopólio da tecnologia atômica, os EUA manteriam sua posição hegemônica no quadro das relações internacionais por um longo período. Todavia, em agosto de 1949, o Kremlin lançou com sucesso sua bomba atômica, acabando com o monopólio que Washington acreditava que duraria muito mais tempo, inclusive porque considerava, como, ilustrativamente, afirmara Truman ao físico J. Robert Oppenheimer: *improvável o Kremlin, dado seu atraso científico-tecnológico, alcançar rapidamente o feito que nos custou 2 bilhões de dólares*⁷³.

A administração Truman, embora contrariando posições em contrário como a do próprio Oppenheimer, decidiu pelo aprofundamento da “diplomacia do átomo”, apostando no desenvolvimento das pesquisas em torno da bomba de hidrogênio, milhares de vezes mais poderosa do que a lançada sobre Hiroshima e Nagasaki, ao final da Segunda Guerra. Paralelamente, intensificaram-se as atividades para aperfeiçoamento e ampliação do arsenal atômico e para uma política de alianças com outros países, como o acordo de colaboração militar e econômica – incluindo material estratégico – consagrado entre os países do continente americano na Organização dos Estados Americanos (OEA). Investia-se numa corrida armamentista⁷⁴.

⁷³ MOTOYAMA, Shozo (Org.) *O Almirante e o Novo Prometeu*. São Paulo: EDUNESP, 1996, p. 61. O Projeto Manhattan (1942-1946) foi o programa de desenvolvimento das primeiras armas atômicas, sob a coordenação do Corpo de Engenheiros do Exército Norte-Americano e do General Leslie R. Groves e, na área científica, pelo físico J. Robert Oppenheimer. Em 1947, entrou em vigor a Comissão de Energia Atômica (AEC) que passou a controlar as operações do Projeto Manhattan.

⁷⁴ MOTOYAMA, Shozo (Org.). *Op. Cit.*, pp. 74-75

A nova política de Truman, no entanto, não tardou a mostrar-se problemática, tendo em vista que, em 1953, a União Soviética obtinha novo sucesso, dessa vez nos testes de sua primeira bomba de hidrogênio – apenas nove meses depois de o governo norte-americano ter feito o mesmo. A disputa entre os dois governos acirrava-se.

É nesse ambiente de disputa, de corrida armamentista, entre as duas grandes potências que a analogia feita pelo “pai da bomba atômica”, o físico J. Robert Oppenheimer, de dois escorpiões presos em uma garrafa, cada um capaz de matar o outro, mas somente à evidência de sua própria morte, teve seu significado realçado. Oppenheimer metaforizava o domínio da tecnologia atômica pelos dois países e as consequências de um possível ataque feito por um deles ao território do outro. Com a bomba de hidrogênio, a ideia do físico era levada ao extremo, uma vez que a nova bomba era mais que uma arma: representava o extremismo da escalada da corrida armamentista no cenário de Guerra Fria e a ameaça de destruição mútua que rondaria, pelas décadas seguintes, as posições adotadas pelas duas principais potências emersas da Segunda Guerra Mundial.

De algum modo, e é o que discutiremos no presente capítulo, a questão em torno do átomo ocupou os funcionários da *United States Information Agency* em sua atuação no Brasil, especificamente nas matérias, artigos, notícias e fotografias veiculados nos jornais *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*. Voltamo-nos a três questões – interlaçadas – que se destacam no noticioso dos referidos jornais do período e que envolvem a questão das armas atômicas e as formulações elaboradas pela administração Eisenhower acerca da corrida armamentista e do reequilíbrio das relações internacionais com a ameaça de uma guerra nuclear: o programa *Átomos para a Paz*, o caso dos “espiões atômicos” – os judeus Julius e Ethel Rosenberg – e o *Macarthismo*, cujas investigações focaram também os físicos teóricos⁷⁵, como o próprio Oppenheimer.

2.1. *Átomos para a Paz*: a tecnologia atômica e a proposta da administração Eisenhower

As desconfianças e o ressentimento mútuos experimentados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, antes e durante a Segunda Guerra Mundial, viriam a dar o tom das conversações entre ambos, acerca da reorganização das relações internacionais no pós-guerra. A Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, já apontava para a divisão do mundo em áreas

⁷⁵ A respeito da preocupação com os físicos teóricos ver: KAISER, Davi. *The Atomic Secret in Red Hands? American Suspicions of Theoretical Physicists during the Early Cold War*. In: *Representations*, No. 90 (Spring, 2005), pp. 28-60.

de influência dos dois países, afastando, desde cedo, as possibilidades de se constituir um quadro das relações internacionais calcado na ideia de segurança coletiva e no estabelecimento de um acordo entre as superpotências em favor da manutenção da paz⁷⁶.

Concernente à reorganização do mundo pós-guerra, a corrida armamentista, especialmente naquilo que se referia à bomba atômica, ocupava de maneira particular a atuação do governo norte-americano. O entendimento que os serviços de inteligência do país procuravam apresentar à opinião pública no interior do país e fora dele era de que o desenvolvimento descontrolado das armas de poder de destruição em massa poderiam culminar em um novo conflito de proporções mundiais e de consequências devastadoras.

Em que pese a preocupação em sustentar as políticas de interesse do governo norte-americano, como a manutenção da posição hegemônica de seu aparato militar em relação à União Soviética, a atenção com a escalada da corrida armamentista tinha seu motivo. O Kremlin, de fato, mobilizava grandes esforços para obter a bomba atômica, desde 1942, quando iniciara, sem o conhecimento de seus aliados na Segunda Guerra, um programa de desenvolvimento da bomba, o plano número *Um* da política externa do Kremlin⁷⁷. O problema ganhou contornos dramáticos com os anúncios feitos pela União Soviética de que os Estados Unidos não mais possuíam os monopólios da bomba atômica e da bomba de hidrogênio perdidos, respectivamente, no fim dos anos 1940 e em 1953. O plano das relações internacionais passaria a ficar permeado pela possibilidade de o confronto entre URSS e EUA culminar em uma guerra nuclear, o que exigia, conforme entendiam os serviços de inteligência norte-americanos, uma redefinição da política externa da Casa Branca.

A redefinição das diretrizes da política externa dos Estados Unidos deveria levar em conta também o que se evidenciava como uma ameaça aos interesses do país no plano internacional: os programas de propaganda cultural desenvolvidos pelo Kremlin, que procuravam articular a noção de que havia, por parte de Washington, a adoção de uma política belicista e imperialista nos assuntos internacionais. Ademais, o capitalismo era entendido, em tais programas de propaganda cultural, como excludente e produtor de estados de miséria, ao

⁷⁶ MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (Org.). *O Século sombrio: uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Campus-Elsevier, 2004. BRANDS, H. W. *The Devil we Knew: Americans and the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 1993. e LaFEBER, Walter. *America, Russia, and the Cold War, 1945-2002*. New York: McGraw-Hill, 2002.

⁷⁷ KNIGHT, Amy. *Como começou a Guerra Fria: o caso Igor Gouzenko e a caçada aos espiões soviéticos*. (trad. Carlos Duarte e Ana Duarte). Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 16.

qual se oporia o modelo de desenvolvimento social e econômico de sucesso proposto pela União Soviética.⁷⁸

Sob a administração do presidente Harry Truman, as formulações em torno das armas atômicas pareciam insuficientes no que diz respeito às tentativas de galvanizar a opinião pública norte-americana (um dos motivos foi a própria retórica de Truman em relação ao perigo comunista, que veremos adiante). Somente a partir de 1952, com a corrida presidencial, os EUA passaram a engendrar discurso e ação política mais sistemáticos, envolvendo a questão da corrida armamentista e o embate com a URSS no campo da propaganda cultural e dos programas de informação e propaganda⁷⁹. Isso se deveu, em particular, à candidatura, pelo Partido Republicano, do general Dwight D. Eisenhower, cuja plataforma de governo apontava para uma reestruturação da política externa do país, o *New Look* – que culminou, entre outras consequências, com a fundação da USIA, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho.

Em 16 de abril de 1953, pouco depois de assumir a presidência dos Estados Unidos, Dwight D. Eisenhower fez um pronunciamento (conhecido por *Uma Chance para a Paz*) para a Sociedade Norte-Americana de Editores de Jornais. A mesma para a qual, três anos antes, seu antecessor, Harry Truman, endereçara a *Campanha da Verdade*.

À semelhança da campanha de Truman⁸⁰, o pronunciamento de Eisenhower era uma tentativa de subverter as construções que os programas de propaganda cultural do Kremlin vinham representando, em particular junto à *intelligentsia* ocidental, quanto à suposta postura belicista do governo dos Estados Unidos em contraposição ao pacifismo soviético⁸¹. No

⁷⁸ No pós-guerra, o principal programa de propaganda cultural do Kremlin eram os Congressos pela Paz, em torno dos quais artistas e intelectuais de todo o mundo se reuniam. Grosso modo, a ideia central propugnada em tais Congressos era a de que a Doutrina Truman, proclamada por Harry Truman, em 1947, era uma nova forma de fascismo, ou seja, uma prática política oposta à paz mundial, almejada pela URSS, e que deveria, portanto, ser combatida. Para citar um exemplo, num dos encontros organizados pelo governo soviético, em 1949, em Nova York, no Hotel Waldorf Astoria, artistas e intelectuais norte-americanos como Lillian Hellman, Aaron Copland, Arthur Miller e Norman Mailer repudiaram o estado de terror criado pelo governo dos Estados Unidos em seus relatórios a respeito de uma suposta postura agressiva da União Soviética e a ação belicista do governo norte-americano nas relações internacionais, o que, de acordo com o compositor Copland, levaria, inevitavelmente, a uma Terceira Guerra Mundial. Cf.: POWERS, Richard Gid. *Op. Cit.*, 1998.

⁷⁹ Em novembro de 1951, por exemplo, Harry Truman fez uma proposta de desarmamento para o governo soviético. Cf: CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency. Op. Cit.*, p. 65. É preciso ressaltar que o governo norte-americano, a partir de um plano secreto gestado no interior da CIA, buscou responder às formulações do Kremlin com a fundação do Congresso pela Liberdade da Cultura (CCF), em 1950, na cidade de Berlim. O CCF, grosso modo, era um programa de arregimentação da *intelligentsia* ocidental, em particular da esquerda não comunista (*Non-communist Left* – NCL), cujo objetivo era afastar artistas e intelectuais da atração exercida pela União Soviética. Cf: SAUNDERS, Frances Stonor. *Op. Cit.*

⁸⁰ Ver nota 39 deste trabalho.

⁸¹ Em relação à política atômica, que especialmente nos interessa aqui, os grupos comunistas no Brasil, ligados ao Partido Comunista, deveriam colher quatro milhões de assinaturas em favor do “Apelo de Estocolmo” (como

pronunciamento, em que estabelecia uma comparação dos recursos investidos pelas principais potências na produção militar e o que seria possível realizar com tais recursos em benefício dos povos, Eisenhower argumentava em favor da redução das forças militares nacionais, do controle da produção de armas - em especial as de grande poder de destruição - do uso de energia atômica apenas para fins pacíficos e da criação de um sistema de inspeção dessas propostas sob controle da Organização das Nações Unidas (ONU)⁸².

Após o pronunciamento, calcado, como se vê, em certo pacifismo, o Presidente voltou sua atenção à opinião pública norte-americana, receoso de que seu discurso culminasse em apatia e, conseqüentemente, no não comprometimento da população dos Estados Unidos com os esforços que o governo julgava necessários para alcançar os interesses do país na Guerra Fria. Assim, pouco a pouco, no discurso de Eisenhower, a paz passou a ser vinculada à ideia de segurança: para assegurar a paz era necessário força de combate. Nas palavras do Presidente, “[a] paz não pode ser defendida pelo fraco” (...) “ela demanda força”⁸³.

A reorganização do discurso do Presidente, que se fazia no sentido de obter o comprometimento da opinião pública norte-americana para a disputa contra a União Soviética, não se restringiu à audiência daquele país. Alcançou outros países e, também, o público brasileiro por meio da *United States Information Agency* – e de seus postos USIS – que veiculou notícias, relacionando a paz à ideia de segurança, em publicações de relevo no cenário político nacional, como o jornal *Correio da Manhã*. Por meio do periódico, a USIA atestava que o Brasil – signatário, ao lado de uma dezena de países, da proposição apresentada nas Nações Unidas para que a organização mantivesse seus esforços de conter a agressão

ficou conhecido a “Campanha pela Proibição das Armas Atômicas”, de 1950, uma das mais importantes campanhas do governo soviético) e dez milhões em favor do “Apelo de Viena” (contra a guerra atômica, de 1955). Tais campanhas inseriam-se no movimento maior dos *Manifestos para Paz*, cujo início se deu em 1948, em Breslau (hoje Wroclaw), Polônia. Os Manifestos tinham o apoio de intelectuais e artistas do mundo todo, como os pintores William Gropper, Pablo Picasso e os escritores Pablo Neruda, Paul Eluard, Ana Seghers, Ilya Ehrenburg, Georg Lukacs, Nicolas Guillen, Alexandre Fadeiev, Louis Aragon, Julian Huxley e Renato Guttuso. e que tinha apoio de inúmeros intelectuais. Os brasileiros que também participavam de tais Manifestos eram Graciliano Ramos, Jorge Amado, Cândido Portinari, Caio Prado Júnior, Dorival Caymmi, Oscar Niemeyer, Érico Veríssimo, Orígenes Lessa, Camargo Guarnieri e Di Cavalcanti. Cf. RIBEIRO, Jayme F. Os “inimigos da paz”: estado, imprensa e a repressão ao movimento dos “partidários da paz” no Brasil (1950-1956). In: *Saeculum* – Revista de História, n.º 17. João Pessoa, jul/dez. 2007, p.64. e Arquivo do Estado de São Paulo. In: Dossiê Jorge Amado. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Coleção DEOPS, prontuário 5777. São Paulo, 25-05-1949; In: Prontuário Cruzada da Paz e pela Proibição das Armas Atômicas. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Coleção DEOPS, prontuário 117280. São Paulo, s/d.

⁸² *Chance for Peace Speech*. Address by President Dwight D. Eisenhower. 16 de abril 1953. Disponível em: <<http://beyondterror.org/eisenhower.html>>. Acesso em: 12 de nov. de 2010.

⁸³ CHERNUS, Ira. *Eisenhower's atoms for peace*. (Library of Presidential Rhetoric). Texas A&M University Press: College Station, 2002, p.15.

comunista – encarecia a necessidade de segurança coletiva: a “força” seria a contrapartida necessária para assegurar a paz⁸⁴.

Em dezembro de 1953, o *Correio* veiculou um artigo, creditado ao USIS, sob o título “As Américas – Exemplo de Segurança Coletiva”, em que o autor, Paul L. Ford, discute os comentários feitos pelo irmão do Presidente norte-americano, Dr. Milton Eisenhower, em um relatório elaborado sobre a América Latina por ocasião de sua visita à região. Ford, aproximando os valores e as concepções de política externa dos países americanos, argumentava que, para Milton Eisenhower, o continente era um exemplo de segurança coletiva:

As Américas têm sido um campo fecundo para o ensaio de métodos de segurança coletiva. Como diz o Dr. Eisenhower em seu relatório “os atuais programas mundiais de intercâmbio cultural e de cooperação técnica tiveram seu início na ação cooperativa entre os Estados Unidos e as outras Repúblicas Americanas, desde muito antes da Segunda Guerra Mundial.”

A mesa de conferências [da ONU] provou sua eficácia e o Tratado do Atlântico Norte, firmado em 1949, já havia sido esboçado por tratados semelhantes entre as nações do hemisfério ocidental.

A própria ONU teve como modelo a União Internacional das Repúblicas Americanas, que se formou em 1820, e que se transformou no que hoje chamamos de Organização de Estados Americanos⁸⁵.

Os princípios de segurança coletiva e, por extensão, a noção de que a paz só seria resguardada pela força – ideias que a USIA vinha veiculando no *Correio da Manhã* – eram defendidos com especial ânimo por Charles Fenwick, especialista na área de Direito Internacional e, então, Diretor do Departamento de Direito Internacional da União Pan-Americana, cuja sede fora estabelecida no Rio de Janeiro. Fenwick atuava nos serviços governamentais norte-americanos desde a Primeira Guerra Mundial, quando seus trabalhos na área de Direito Internacional já apontavam para a compreensão de que a segurança, associada à ideia de paz, só seria alcançada por uma ação comum das nações, baseada no princípio de responsabilidade coletiva.

Décadas depois do fim da Primeira Guerra, Charles Fenwick, mantendo o argumento que sustentara então, defendia o Tratado do Rio (ou Tratado Interamericano de Assistência Recíproca– TIAR), assinado em 1947, como especialmente representativo de um sistema regional de segurança coletiva. A partir do Tratado, os países do continente americano responsabilizavam-se mutuamente pela defesa da região, garantindo um clima de paz e

⁸⁴ O BRASIL ENCARECE A NECESSIDADE DA SEGURANÇA COLETIVA PARA A PAZ. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º 18902, 18 de março de 1953, cad. 1, p. ?; FORD, Paul L. As Américas – exemplo de segurança coletiva. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º ?, 13 de dezembro de 1953, cad. 4, p. 11.

⁸⁵ Idem.

segurança no continente⁸⁶. Entretanto, para Fenwick, as organizações que deveriam levar a cabo a prática de tais resoluções não cumpririam a contento esse papel, pois que as leis do Direito Internacional não eram acompanhadas de uma *força suficientemente eficaz* que garantisse seu pleno exercício.

As ideias, em relação à paz e à segurança no âmbito das relações internacionais, defendidas pelo Diretor da União Pan-Americana de Direito Internacional ficam mais claras na palestra que proferiu, em 1946, quando foi empossado como membro honorário da Sociedade Brasileira de Direito Internacional⁸⁷. O título de sua palestra – depois publicada por um dos mais importantes periódicos brasileiros de doutrina jurídica, a revista *Forense* – era: “*Novos aspectos do sistema de segurança coletiva*”⁸⁸. O Diretor questionava:

Uma comunidade internacional tem o direito de proteger-se contra um Estado que, embora não cometendo no momento atual um ato de agressão, der motivos para crer que cometerá quando lhe oferecer uma oportunidade provável?
Precisa a comunidade internacional esperar um ato aberto de agressão, para poder defender-se contra um Estado cujos princípios políticos e índole nacionalista são indícios de provável agressão, logo que seu poderio militar permita agir com êxito?⁸⁹

Para concluir, Fenwick defendia que um Estado Totalitário, tendo sob sua tutela os serviços de mídia, poderia manipular toda população, a ponto de fazê-la dar suporte às práticas de um ditador. “*Paz ou Guerra dependerão da vontade de um só homem. Cabe-nos ajustar a lei à urgência da situação*”⁹⁰. Ou seja, para Fenwick, além da lei era preciso força de combate.

O ajuste do discurso de Eisenhower em relação à paz (e sua associação com o estabelecimento de um aparato de força, capaz de conter uma suposta posição agressiva por parte do governo soviético) não se ocupava simplesmente de convencer a opinião pública

⁸⁶ Vale destacar que, de 1940 até 1947, Fenwick era o membro norte-americano do Inter-Americana Juridical Committee, com sede no Rio de Janeiro, onde, nesse período, viveu e casou-se. A USIA veiculou uma notícia no *Correio* sobre o prêmio conferido pela Associação Católica Pró-Paz Internacional à Charles G. Fenwick, “(...) por seu trabalho meritório no campo do Direito Internacional (...)”. Cf. PRÊMIO DE PAZ PARA CHARLES FENWICK. In: *Correio da Manhã*. Ano LIII, n.º ?, 31 de outubro de 1954, cad. 1, p. 12.

⁸⁷ VALIN, Alexandre B. *Imagens vigiadas: uma história social do cinema no alvorecer da Guerra Fria, 1945-1954*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2006, p. 139.

⁸⁸ FENWICK, Charles G. *Novos aspectos do sistema de segurança coletiva*. Revista *Forense*, out. de 1946, pp. 167-170.

⁸⁹ *Idem*.

⁹⁰ *Idem*. *Ibidem*. FENWICK, Charles G. *Novos aspectos do sistema de segurança coletiva*. *Op. Cit*, pp. 167-170. Para uma análise de trabalhos de e sobre Charles Fenwick cf.: FREEMAN, Alwyn V. Charles Ghequiere Fenwick: 1880-1973. *The American Journal of International Law*, Vol. 67, No. 3 (Jul., 1973), pp. 501-504; FENWICK, Charles G. Security and Understanding Lead toward World Peace. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 114, America and the Post-War European Situation (Jul., 1924), pp. 153-154; FENWICK, Charles G. The progress of international law during the past forty years. (*Recueil des cours de l'Académie de droit international*). Paris, Sirey, 1951, 8 vol., p. 5-7.

norte-americana sobre a necessidade de sustentar a disputa da Casa Branca contra Kremlin, mas indicava um caminho de atuação dos governos de todo hemisfério ocidental: envolvia uma estratégia de estabelecimento de um sistema militar hegemônico no Ocidente, e, com ele, o alinhamento de países como o Brasil às posições norte-americanas na Guerra Fria. Na esteira desse entendimento é que se justificavam os acordos militares entre Brasil e Estados Unidos, a criação e o fortalecimento da aliança militar entre os EUA e países do ocidente europeu (Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN) e a grande aplicação de recursos, por parte do governo norte-americano, em aparatos de guerra. De certo modo, tal política parece ser um prolongamento das medidas adotadas por Truman na OEA, referida no início do capítulo, quando da notícia de que a União Soviética havia lançado sua bomba atômica, em 1949.

A *United States Information Agency* dialogava com o público brasileiro a partir desses entendimentos, de modo que veiculava notícias e artigos por meio dos quais não apenas relacionava paz com segurança, como demonstrava uma suposta ameaça de agressão militar-nuclear por parte do governo da União Soviética contra os governos ocidentais e de que modo o governo norte-americano atuava em defesa do mundo livre contra o comunismo. No início de maio de 1953, sob o título de “*A Rússia continua desenvolvendo seu programa armamentista*”, a agência de informação e propaganda veiculou a seguinte notícia no *Correio da Manhã*:

Não há indicação alguma de que a capacidade militar russa haja decaído nos últimos anos, segundo informou (...) o general Bradley, Chefe do Estado-Maior Conjunto da ONU. O general Bradley disse aos congressistas [norte-americanos] que a “capacidade atômica soviética se desenvolve rapidamente”, e juntou que não tem ciência de qualquer modificação da atitude soviética que justifique a desaceleração (sic) da preparação dos Estados Unidos. Os chefes de Estado-Maior das 14 nações do Pacto do Atlântico Norte, disse ele, têm a mesma opinião. (...) Por sua vez, Charles E. Wilson, Secretário da Defesa dos Estados Unidos, declarou ao Comitê de Relações Estrangeiras do Senado que a ajuda militar ao estrangeiro será aumentado (sic) em 1,2 bilhão sobre o nível atual, para o ano a iniciar-se a primeiro de julho vindouro. Wilson frisou que o fortalecimento das nações livres aliadas dos Estados Unidos constituía o melhor meio de defesa contra o comunismo.⁹¹

Enquanto Eisenhower ajustava seu discurso em relação à paz, o serviço de inteligência norte-americano gestava um plano mais sofisticado e de maior alcance. O intuito era obter o apoio da opinião pública, nos Estados Unidos, para políticas governamentais concernentes à

⁹¹ A RÚSSIA CONTINUA DESENVOLVENDO SEU PROGRAMA ARMAMENTISTA. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º 18954, 17 de maio de 1953, cad. 4, p. 7.

corrida armamentista – isto é, de manutenção da posição hegemônica dos EUA no cenário de Guerra Fria.

O plano, ou melhor, a campanha apoiava-se numa formulação elaborada pela administração Truman, em seus últimos dias de mandato, no relatório *Oppenheimer Panel's: Armaments and American Policy*⁹². No documento, argumentava-se que, em pouco tempo, a União Soviética, em que pesasse a superioridade militar norte-americana, possuiria bombas nucleares em número suficiente para devastar os Estados Unidos. A questão não era tanto, ou somente, assegurar a superioridade, mas construir e manter um clima de estabilidade nas relações internacionais, com o objetivo de evitar uma guerra nuclear. Consequentemente, ao conceito de “segurança coletiva” dever-se-ia incluir uma *flexibilização* da política externa do país, uma vez que seria necessária uma constante prevenção do caos de uma guerra nuclear e, logo, uma constante revisitação de tal política⁹³.

A flexibilidade deveria pautar-se em quatro áreas. Em primeiro lugar, o *Oppenheimer Panel's* propugnava, através de uma política nuclear, um estreitamento das relações dos Estados Unidos com os países aliados, visando a um fortalecimento e estabilidade do chamado “Mundo Livre”. O entendimento era de que seu enfraquecimento era diretamente proporcional ao perigo das armas atômicas. Em segundo lugar, o governo norte-americano deveria reduzir sua dependência aos artefatos nucleares, buscando outras opções militares para manter aberto o canal de negociação com a União Soviética, inclusive no que dizia respeito a um possível acordo para controle de armas. Em estreita relação com este, o terceiro ponto dessa flexibilidade, postulava que o governo norte-americano deveria encontrar meios de se comunicar com o alto escalão do governo soviético, no intuito de reduzir as chances de um desastre nuclear por alguma incompreensão das políticas de ambos os países. A quarta área requeria um fortalecimento das defesas dos Estados Unidos, aspecto deixado, até então, em segundo plano, em favor das preocupações com o aparato de ataque militar⁹⁴.

O relatório era uma forma de usar os riscos de uma guerra e os instrumentos militares do país de maneira mais hábil e sofisticada, no intuito não de promover acordos para o desarmamento ou controle de armas, mas de lutar a Guerra Fria de forma mais criativa e apressar o caminho para a vitória. Em meio a esses apontamentos, havia, segundo o

⁹² Ainda em 1952, Dean Acheson, Secretário de Estado de Truman, formou um grupo para que o aconselhasse sobre o papel a ser desempenhado pelos EUA junto à Comissão de Desarmamento das Nações Unidas. Acheson nomeou o cientista Robert Oppenheimer para representar o país na referida Comissão. O grupo elaborou um relatório com um plano de conduta a ser seguido pelos EUA quanto à corrida armamentista. Cf: CHERNUS, Ira. *Op. Cit.*, p. 50.

⁹³ CHERNUS, Ira. *Op. Cit.*

⁹⁴ *Idem.*

Oppenheimer Panel's, um pré-requisito essencial para todas as formas de flexibilidade: o granjeamento da opinião pública pelo governo dos Estados Unidos, com vistas a obter seu apoio, por meio do *Candor Project* – uma aproximação “cândida”– ao tema da corrida armamentista. De fato, se acompanharmos a etimologia da palavra temos que cândido é aquilo “*que aparenta pureza, inocência*”⁹⁵.

Assim que assumiu a presidência, Eisenhower teria repassado o relatório *Oppenheimer* ao Conselho de Segurança Nacional (NSC)⁹⁶. Em 8 de maio de 1953, foi aprovado, pelo NSC, um novo documento cujas formulações aproximavam-se das daquele relatório, enfatizando justamente uma política de candura.

Com essa nova diretriz – o NSC 151 – propugnava-se que órgãos e agências responsáveis pelo “diálogo” com a opinião pública norte-americana distribuíssem informações, antes reservadas exclusivamente ao governo⁹⁷, acerca dos desenvolvimentos da tecnologia atômica pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Essas informações deveriam esclarecer sobre o emprego da tecnologia atômica nos setores militar e civil e sua correlação com o desenvolvimento tecnológico ocidental, além do significado desse desenvolvimento para as políticas norte-americanas em relação aos soviéticos⁹⁸.

Com tal política intencionavam-se, ainda, outras duas proposições: em primeiro lugar, as informações eram apresentadas ao público norte-americano sabendo-se que chegariam ao governo soviético. Ou seja, era uma tentativa dos EUA de “esclarecer” o Kremlin acerca das prováveis consequências que sofreria, no caso de um confronto militar, sublinhando a superioridade de seu poderio nuclear. Em segundo lugar, explicitava aos países aliados, particularmente aos da Europa ocidental, as implicações políticas e militares das armas atômicas, enfatizando uma corresponsabilidade deles no assunto, buscando, desse modo, apoio de seus governos às políticas norte-americanas⁹⁹.

Para o círculo superior de poder dos EUA, a questão passou a ser, então, como colocar em prática a política de candura em relação à corrida armamentista. O problema, em grande

⁹⁵ HOUAISS, Antônio. *Op. Cit.*, p. 595.

⁹⁶ CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency. Op. Cit.*

⁹⁷ Como é de se imaginar, o governo pretendia selecionar o que seria levado à público, evitando comprometer a segurança do país.

⁹⁸ *FRUS 1952-1954, Vol. 2, Part. 2, NSC 151, May 8, 1953, pp. 1150-1160*, com destaque para as páginas 1151-1155.

⁹⁹ Ademais, o NSC 151, ocupando-se com a credibilidade de tais informações junto ao público, indicava que, além da referida candura, elas deveriam ser apresentadas em relação a determinados eventos da cena política internacional ou aos programas e propostas específicos que o governo desejasse levar a cabo, evitando um aparecimento, em seus instrumentos de informação e propaganda, desconexo do tema da corrida armamentista. *FRUS 1952-1954, Vol. 2, Part. 2, NSC 151, May 8, 1953, pp. 1150-1160*.

medida, era demonstrar que, a despeito da então recente realização soviética – a explosão da bomba de hidrogênio – os Estados Unidos possuíam uma tecnologia mais poderosa: a bomba termonuclear. Mas, como dizê-lo sem parecer uma demonstração de força, o que corroboraria o argumento do belicismo norte-americano, explorado pelos programas de propaganda cultural do governo soviético?

A ideia veio do Secretário Especial do Presidente, C. D. Jackson, e do presidente da Comissão de Energia Atômica, Lewis Strauss, após Eisenhower propor, internamente, a criação de um fundo comum de material físsil, a ser formado a partir de doações dos EUA e da URSS, e ao qual países de todo mundo poderiam ter acesso¹⁰⁰.

No dia 8 de dezembro de 1953, o Presidente, num novo pronunciamento, dessa vez para a Assembleia Geral da ONU, ainda na esteira daquele de abril – *Uma Chance para a Paz* – lançou um novo programa: *Átomos para a Paz*.

Inicialmente, em sua fala, Dwight Eisenhower tocou nos pontos caros ao NSC 151: Lembrou que as reservas de armas dos Estados Unidos eram imensamente superiores às de qualquer país, mas que, embora o país estivesse pronto a responder de maneira definitiva a qualquer ataque, o caráter das armas atômicas – seu poder de destruição – era de tal ordem, que seria impossível evitar estragos devastadores infligidos por um ataque surpresa.

Contudo, afirmou o Presidente, não era essa a intenção dos Estados Unidos, mas sim a de encontrar um caminho pacífico para o dilema atômico:

Os Estados Unidos sabem que o poder pacífico da energia atômica não é um sonho do futuro. Aquela capacidade, já testada, é para aqui-agora-hoje. (...) Os especialistas deveriam ser mobilizados para aplicar a energia atômica para as necessidades da agricultura, da medicina e de outras atividades pacíficas.¹⁰¹

Embora não esperasse uma resposta imediata ao pronunciamento, sobretudo por parte da URSS a quem o governo norte-americano envolvia diretamente no plano, a reação foi extremamente positiva. De acordo com o pessoal do Operations Coordinating Board (OCB), a proposta foi ovacionada por oficiais reunidos em Assembleia da ONU, reação semelhante à que, depois, as audiências internacionais demonstraram, tendo alcançado “*as esperanças do homem comum e a imaginação das classes científicas e intelectuais (...)*”. O convite aos soviéticos para a fundação de um grupo internacional responsável pelo gerenciamento dos recursos nucleares, além de buscar o que fora discutido no NSC 151, apresentava-se como

¹⁰⁰ CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency. Op. Cit.*

¹⁰¹ *Atoms for Peace Speech*. Address by President Dwight D. Eisenhower. December 8, 1953. Disponível em: <<http://www.atomicarchive.com/Docs/Deterrence/Atomsforpeace.shtml>>. Acesso em: 12 de nov. de 2010.

uma oportuna resposta aos argumentos da propaganda cultural do Kremlin, porque colocava o governo soviético na posição de reagir em favor à proposta de paz dos Estados Unidos ou manter a formulação de sua propaganda de que havia um belicismo norte-americano¹⁰².

A grande novidade com o programa da administração Eisenhower era que, ao contrário da postura adotada pelo governo norte-americano na primeira reunião da Comissão de Energia Atômica da recém-criada Nações Unidas (CEA/ONU), em 1946, os Estados Unidos propunham-se ao intercâmbio de tecnologia atômica, inclusive pela criação do fundo internacional de material físsil. Notadamente, já nesse ano, o Almirante Álvaro Alberto, que representara o Brasil na CEA/ONU, enviou ao presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, um relatório com as medidas que julgava necessárias para uma política nacional em relação à energia atômica, como a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (futuramente, o CNPq) e da Comissão de Energia Atômica do Brasil, o que veio a acontecer somente em 1951 e 1956, respectivamente.

a) nacionalização de todas as minas de material aproveitável na energia atômica, que é especialmente, de tório e urânio; b) imediata concessão da concessão desses minerais, enquanto não se aprecia o item a; c) obrigatoriedade no tratamento dos minérios referido no item a, no Brasil, como medida complementar no controle da exportação, ora executado sob tão bons auspícios; d) vantagens às firmas idôneas para montarem as primeiras usinas para tratamento químico de minérios; e) intensificação imediata das atividades científicas, com montagem de centros de cultura e pesquisa especializadas; f) formação urgente de técnicos nos grandes centros estrangeiros; g) fundação do Conselho Nacional de Pesquisas, para fomentar e coordenar as atividades científicas e técnicas; h) escolha de pessoal idôneo para ser, imediatamente, encaminhado para o estrangeiro, para aperfeiçoamento e outras funções; i) instituição de uma Comissão de Energia Atômica, nos moldes do projeto elaborado e entre ao Ministro das Relações Exteriores; j) proibição imediata de transmissão de propriedades das concessões e das minas, enquanto não se torna efetiva a nacionalização prevista no item a.

Entretanto, a despeito da mobilização do Almirante, a “política atômica” caminhava lentamente. Por esse motivo, possivelmente, o programa de Eisenhower podia parecer, ao governo e à opinião pública brasileiros, uma oportunidade fundamental para o desenvolvimento da política atômica do Brasil: era preciso tornar o programa *Átomos para a Paz* conhecido da opinião pública nacional.

A partir dos pronunciamentos de “paz” e das formulações que o governo norte-americano vinha elaborando, em particular no NSC 151, era preciso um plano de coordenação dos programas de informação e propaganda para as audiências internacionais; ou seja, era

¹⁰² Cf.: LUCAS, Scott. *Op. Cit.*, p. 295 e *FRUS 1952-1954, Vol 2, Part 2*, Smith (Acting SoS) to certain missions, December 11, 1953, pp. 1294-1295.

necessário influir nas opiniões públicas internacionais para que fosse criado um clima favorável às posições governamentais dos EUA no cenário de Guerra Fria. A *United States Information Agency*, fundada em agosto de 1953, era em grande medida, o órgão, na estrutura de Estado, responsável por esse trabalho.

Às vésperas do pronunciamento, ainda naquele dia 8 de dezembro, a *United States Information Agency* enviou uma mensagem de coordenação aos seus postos no estrangeiro, os *United States Information Service* (USIS), para que fizessem, em suas atividades, o melhor proveito possível do pronunciamento de Eisenhower.

Em consonância com a política de candura do NSC 151, as informações veiculadas no estrangeiro pelos USIS deveriam demonstrar o empenho do governo dos Estados Unidos em buscar a redução ou proscrição das armas atômicas e a paz mundial; a seriedade e necessidade urgente de ação em relação ao assunto; a proposta de Eisenhower como forma de solução dos impasses nas discussões sobre a corrida armamentista; a proposta de paz ao povo da União Soviética, embora reiterando que o país resistiria por todos os meios a agressões; a disposição dos EUA frente aos membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no sentido de tomar medidas de vigor para alcançar a paz e a segurança para o mundo, inclusive por meio da troca de tecnologia atômica com seus aliados; e, finalmente, demonstrar aos países “neutros” que a luta pela paz mundial afastava os riscos de uma guerra atômica e de que o plano de Dwight Eisenhower oferecia novas possibilidades de desenvolvimento econômico, permitindo solucionar graves problemas desses países¹⁰³.

No dia seguinte, em resposta a essa mobilização, C. D. Jackson solicitou ao OCB a formação de um grupo interdepartamental de trabalho¹⁰⁴, do qual a USIA faria parte, no intuito de que fosse criado um clima favorável, junto às opiniões públicas do país e do estrangeiro, à proposta de Eisenhower, levando-as à sua adesão¹⁰⁵.

No estrangeiro, a responsabilidade por essa tarefa ficou a cargo da USIA, sob a coordenação do Departamento de Estado e com o auxílio das outras agências integrantes do grupo de trabalho formado pelo OCB. O objetivo era que a agência de informação e propaganda comprometesse seus recursos num contínuo e vasto programa que disseminasse a mensagem de que o governo dos Estados Unidos voltava seus esforços para ajudar a resolver o intrincado dilema atômico. O sentido deveria ser o de que o país buscava um caminho por

¹⁰³ *FRUS 1952-1954, Vol. 2, Part 2*, Washburn (Acting Dir.), Usito 164, December 8, 1953, pp. 1758-1760.

¹⁰⁴ Formado pela USIA, Departamentos de Estado e de Defesa, CIA, Comissão de Energia Atômica e Administração Federal de Defesa Civil.

¹⁰⁵ *FRUS 1952-1954, Vol. 2, Part. 2*, Jackson to OCB, December 9, 1953, pp. 1293-1294.

meio do qual a criatividade do homem não fosse dedicada à morte, mas à consagração da vida¹⁰⁶.

Voltando no tempo, em 30 maio de 1953, antes mesmo de a *U. S. Information Agency* ser fundada¹⁰⁷, o influente jornal carioca *Correio da Manhã*, trouxe, em sua primeira página, notícia, com o título “A Paz”, comentando o pronunciamento *Uma Chance para a Paz*, do presidente Dwight D. Eisenhower.

(...) Eisenhower pronunciou perante quatrocentos jornalistas americanos (...) seu anseio em conseguir a paz para a humanidade. (...) Uma das teclas que feriu foi a do custo da guerra e de seu preparo, fazendo a esse respeito curiosas comparações (...). Um bombardeio representa o valor de trinta escolas, de dois hospitais e de cinquenta milhas de estrada pavimentadas (...). Decididamente, são argumentos pacifistas.¹⁰⁸

De maneira semelhante, ao longo de 1953 e dos dois anos que se seguiram, o tema “paz” passou a ser apresentado nas páginas do *Correio da Manhã*, assim como nas de outro importante jornal do Rio de Janeiro, a *Tribuna da Imprensa*¹⁰⁹.

Num primeiro momento, antes de o *Candor Project* – NSC 151 – ganhar corpo e um ponto de partida com o pronunciamento de dezembro de Eisenhower, tais notícias apresentavam o tema, literalmente, como uma demonstração de que os Estados Unidos trabalhavam em prol da paz mundial. Outras notícias procuravam demonstrar uma postura, por parte da União Soviética, contrária à liberdade e à paz.

¹⁰⁶ No interior dos EUA, os “Correios” lançaram selos comemorativos; cópias do discurso foram entregues aos funcionários federais; filmes foram produzidos, além de uma vasta cobertura em cinejornais, jornais, revistas e em transmissões da *Voice of America* (VOA). Alguns de seus projetos mais significativos, em 1954, incluíam a transmissão imediata de todo o discurso do Presidente para os 55 principais postos estrangeiros, seguida pela distribuição de folhetos e mais de 7.000 fotos, chapas e negativos; 266 empresas norte-americanas distribuíram 300.000 traduções do discurso; distribuição aos Oficiais para Assuntos Públicos (PAO) de um kit “Átomos para a Paz”, incluindo 45 itens para uso em publicidade e discursos, histórias em imagens e exposições, panfletos e reimpressões, e informações de fundo; inclusão no serviço diário do *Wireless File* de seis ou mais histórias contínuas a cada semana (esperava-se alcançar a distribuição de 16.800.000 materiais impressos); e ênfase em tratamento diário dos grandes progressos já alcançados com a aplicação pacífica da energia atômica. CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency*. *Op. Cit.*, pp. 105-106

¹⁰⁷ Os postos do *United States Information Service* (USIS), como dissemos no primeiro capítulo, haviam sido fundados, durante a Segunda Guerra Mundial, no interior de uma lógica de atuação do *Office of War Information* (OWI). Ou seja, como órgão que pudesse contrabalançar as investidas do Eixo, em particular da Alemanha, na área da propaganda cultural. Após o fim do conflito, o OWI foi fechado, mas os postos USIS continuaram existindo, sob a responsabilidade do Departamento de Estado.

¹⁰⁸ A PAZ. In: *Correio da Manhã*, 30 de maio de 1953, Ano LII, n.º 18965, cad. 1, p. 1.

¹⁰⁹ Ressalva deve ser feita ao fato de que a *Tribuna da Imprensa* não publicou notícias creditadas à USIA.

Dos lábios trêmulos de aviadores militares norte-americanos, transformados em farrapos humanos pelas brutalidades comunistas, tomou o mundo conhecimento de histórias estarrecedoras, sobre como os bolchevistas extraem *confissões* (...). “Negaram-me ar fresco, a luz do sol e exercícios durante todo o período em que durou meu cativeiro”, contou [Andrew Evans, coronel da Força Aérea dos Estados Unidos]. E revelou ter sido interrogado sem pausa, dia e noite, tendo sido julgado por um ‘tribunal de guerra’ composto de trinta pessoas que o considerou “criminoso de guerra”. “Jamais eu poderia acreditar”, exclamou [o coronel Walker M. Mahirim, outro piloto norte-americano,] “que seres humanos fossem tão desumanos com seus semelhantes.”¹⁰⁹

Eisenhower proclamou o “Dia de Mortos pela Pátria”, dia 30 de maio, dia de orações por uma paz permanente. “Façamos desse dia um dia de dupla dedicação. Reverenciemos os que tombaram na guerra, devotando-os, pela oração, à causa da paz, para que chegue o dia em que não mais tenhamos guerras (...).”¹¹⁰

O argumento, dirigido aos leitores do *Correio* pela USIA, enfatizava uma oposição um tanto maniqueísta entre os dois sistemas. Essas formulações percorriam caminho aberto, em abril de 1950, pela *Campanha da Verdade*, do presidente Harry Truman e, de maneira geral, representaram uma maneira de responder à propaganda anti-americana do Kremlin sem, entretanto, desfazer-se das vias de negociação com a União Soviética.

A Campanha de Truman trouxe duas importantes consequências do ponto de vista dos serviços que operavam as atividades de informação e propaganda no estrangeiro: Em primeiro lugar, aumentou o número de oficiais nos escritórios nos Estados Unidos e estrangeiro, permitindo que o material do *Wireless File* (serviço de distribuição de notícias da USIA) pudessem ser editados, adaptados e traduzidos nos postos locais do *United States Information Service*. Em segundo lugar, estabeleceu um grande programa cujo prospecto era alertar o mundo dos perigos da agressão comunista, elevando consideravelmente a quantidade de

¹¹⁰ OS COMUNISTAS TORTURARAM PILOTOS DOS ESTADOS UNIDOS. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º ?, 13 de setembro de 1953, cad. 4, p. 7. Outros exemplos de notícias distribuídas pela USIA no *Correio da Manhã* são: GANHAR A PAZ É UMA CIÊNCIA – DECLARA FOSTER DULLES À LEGIÃO AMERICANA. In: *Correio da Manhã*, Ano LII, n.º ?, 13 de setembro de 1953, cad. 4, p. ?; FORD, P. George C. Marshall, prêmio Nobel da paz. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º ?, 29 de novembro de 1953, cad. 4, p. 6;

¹¹¹ ORAÇÕES PELA PAZ – NO "DIA DOS MORTOS DE GUERRA". In: *Correio da Manhã*, Ano LII, n.º 18961, 26 de maio de 1953, cad. 1, p. 1.

material de caráter nitidamente anticomunista distribuído aos jornais, rádios e revistas, através do *Wireless File*¹¹².

Era, enfim, uma maneira de tentar reverter a estratégia de propaganda do Kremlin – cuja pauta girava em torno, em grande medida, da questão atômica – de associar os Estados Unidos à guerra e a União Soviética à paz e ao desenvolvimento econômico e também de aproximar-se da opinião pública internacional¹¹³.

Num segundo momento, do final de 1953 até 1955, as notícias veiculadas pelos postos do *United States Information Service*, no *Correio* – o que também se verifica na *Tribuna da Imprensa*, mas em material não atribuído aos postos USIS –, foram sensivelmente reorientadas, tornando-se, de fato, mais sofisticadas: vieram a corresponder, com justeza, às formulações do *Operations Coordinating Board*, quanto ao pronunciamento *Átomos para a Paz*, de Eisenhower, ambos de dezembro de 1953. Assim, a apresentação do tema da “paz” passou a vir associada ao emprego de energia atômica para fins pacíficos. Não era sem motivo, também, a publicação pela *Tribuna da Imprensa* de matérias, como a que inicia o presente capítulo, sobre a promessa de emprego de energia atômica no Brasil. Ainda naquela matéria, de maio de 1960, ocupando uma página toda da *Tribuna*, anunciava-se que:

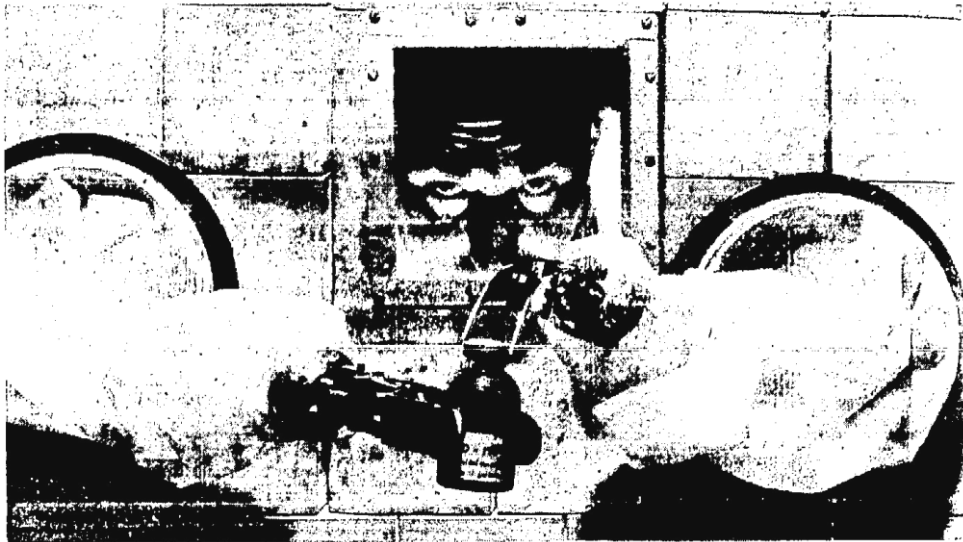
As sucessivas conquistas dos cientistas brasileiros, no campo da Energia Nuclear e da pesquisa pura, ressaltadas agora com a vitória do Instituto de Energia Atômica de São Paulo, ao superarem a deficiência e a precariedade de equipamento, vem colocar o Brasil, um dos maiores produtores de tório do mundo, entre os países que encaram com mais realismo o aproveitamento pacífico das vantagens da Era Atômica¹¹⁴.

¹¹² Cf: *FRUS 1952-1954, Vol. 2, Part. 2*, Matthews (Acting SoS) to certain Diplomatic and Consular Posts, February 4, 1953, pp. 1658-1668.

¹¹³ Cf: CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency. Op. Cit.*, pp. 72-73. A partir dos Congressos pela Paz, foram lançadas campanhas mundiais, inclusive no Brasil, em torno da questão atômica, como *Apelo de Estocolmo* (1950) – nome como ficou conhecida a *Campanha pela Proibição das Armas Atômicas* – e o *Apelo de Viena* (1955), contra a guerra atômica. “No Brasil, os militantes comunistas, sob a orientação do Partido Comunista do Brasil (PCB), deveriam colher quatro milhões de assinaturas em favor do ‘Apelo de Estocolmo’, cinco milhões para o ‘Apelo de Berlim’ e dez milhões para o ‘Apelo de Viena’.” RIBEIRO, Jayme F. *Op. Cit.*, p.64.

¹¹⁴ COUTO, Fernando. Átomos iluminarão Rio, Minas e São Paulo em 65. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano XII, n.º 3130, 4 de maio de 1960, cad. 1, p.10.

BRACOS DA CIÊNCIA



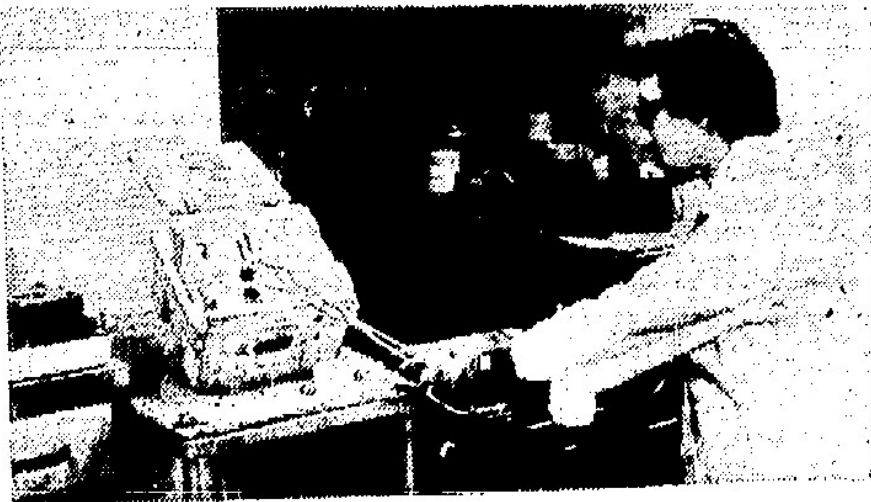
-Braços mecânicos de controle remoto, com mais de um metro de comprimento, para manipular objetos radioativos isolados em câmaras de chumbo, serão apresentados na Exposição de Energia Nuclear. Na foto, os dedos mecânicos "agarram" um vidro de isótopos radioativos.

ÁTOMOS ILUMINARÃO RIO, SÃO PAULO E MINAS EM 65
Tribuna da Imprensa - 4 de maio de 1960



QUANDO um rádio-isótopo prova ser útil no tratamento ou cura de alguma doença, são feitas experiências em animais, antes de ser usado no homem. Uma injeção hipodérmica num rato serve para verificar a duração da radiação atômica no sangue. Esta experiência mostra com que frequência uma dose de rádio-isótopos pode ser administrada.

MEDICINA ATÔMICA: UMA NOVA CIÊNCIA
Tribuna da Imprensa - 30 de junho de 1955

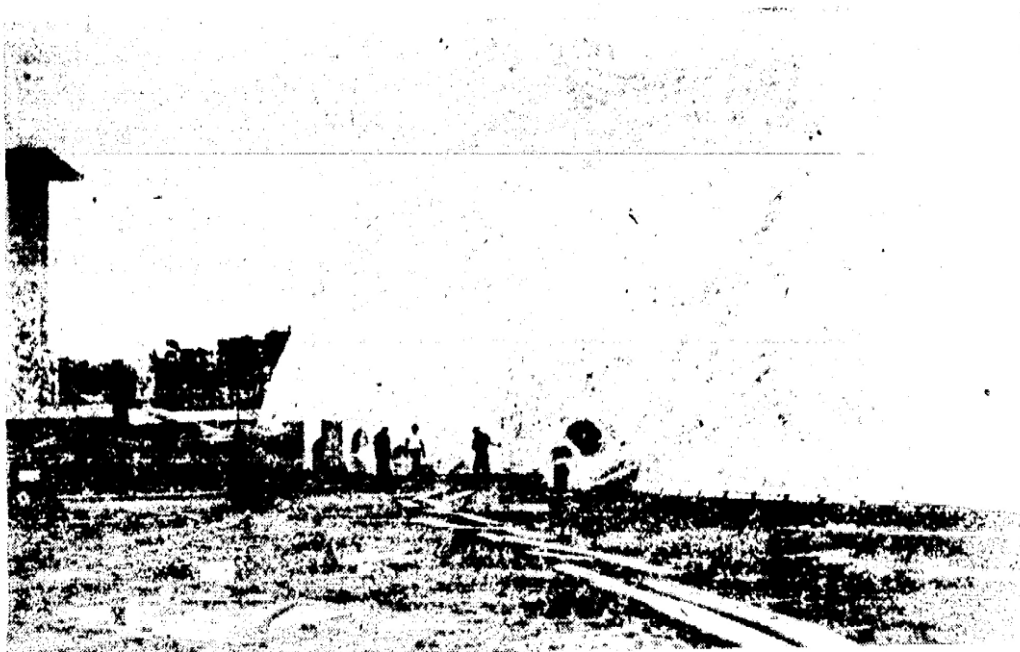


NUM hospital, uma funcionária, com luvas de borracha e uma longa pinça, retira do acondicionamento uma pequena garrafa de rádio-isótopos. Embora trabalhe com material atômico durante todo o dia, ela não corre perigo, pois um aparelho no seu pulso registra a quantidade de radiação que ela recebe, sendo, assim, possível não ultrapassar o limite perigoso de absorção.

MEDICINA ATÔMICA: UMA NOVA CIÊNCIA

Tribuna da Imprensa - 30 de junho de 1955

Cheio de vento



O "minhocão" comporta 300 pessoas. Tem cem metros de comprimento e é mantido cheio por quatro ventiladores.

MINHOCÃO CHEIO DE AR MOSTRARÁ ÁTOMOS DA PAZ

Tribuna da Imprensa - 8-9 de abril de 1961

Em primeiro lugar, demonstrava-se a possibilidade de emprego imediato da tecnologia atômica na biologia, na medicina e no setor de produção de energia elétrica. A esse dado incluiu-se, depois, a informação de que o emprego de tal tecnologia abria-se para diversos países do continente americano, inclusive ao Brasil, através de cursos oferecidos a cientistas desses países nos Estados Unidos. Os cientistas deveriam retornar “(...) *aos seus países de origem para continuar as pesquisas relativas, principalmente, à aplicação de energia atômica na indústria, na agricultura e ciência.*”¹¹⁵ A ideia de que todas as possibilidades abarcadas pela revolução atômica poderiam ser usadas para a paz e eram uma possibilidade ao Brasil foi apresentada com especial ênfase, no dia 18 de agosto de 1954, numa notícia que comentava a exposição *Átomos para fins pacíficos*, integrante das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Pela exposição teriam passado 400 mil pessoas, tal era o poder de atração, ao menos à curiosidade das audiências internacionais, exercida pelo programa acerca do átomo da administração Eisenhower¹¹⁶.

Os postos USIS, no Brasil, veiculavam matérias e notícias cujo argumento, seguindo a coordenação da sucursal da USIA, em Washington, enfatizava o plano da administração Eisenhower como caminho possível para que o país vencesse, por meio do desenvolvimento econômico, as condições de miséria em que se encontrava. O argumento era coextensivo àqueles apresentados em outras notícias distribuídas pelo USIS, nas quais a agência de informação e propaganda centralizava o problema do “atraso” latino-americano, e brasileiro por inclusão, como consequência da insuficiência de matriz energética. Ao mesmo tempo,

¹¹⁵ A APLICAÇÃO DE ENERGIA ATÔMICA A FINS PACÍFICOS. In: *Correio da Manhã*. Ano LIII, n.º ?, 23 de janeiro de 1954, cad. 1, p. 11. Quanto a essa questão, os postos USIS também tiveram as seguintes notícias publicadas no *Correio*: CIENTISTA ITALIANO CONSIDERA PRÁTICA A SUGESTÃO NORTE-AMERICANA SOBRE ENERGIA ATÔMICA. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º ?, 20 de dezembro de 1953, cad. 4, p. 14; AS CAUSAS DO ATRASO LATINO-AMERICANO. In: *Correio da Manhã*. Ano LIII, n.º ?, 5 de dezembro de 1954, cad. 2, p. 16;

¹¹⁶ ÁTOMOS PACÍFICOS NO IV CENTENÁRIO DE SÃO PAULO. In: *Correio da Manhã*. Ano LIII, n.º ?, 18 de agosto de 1954, cad. 1, p. 3. Em 1954, foram organizadas grandes exibições sobre o tema na Itália, Alemanha, Espanha, Holanda e Grã-Bretanha. Exibições menores também foram organizadas nos 217 postos USIS pelo mundo. Além disso, as bibliotecas da USIA no estrangeiro preparam prateleiras especiais que tratassem da aplicação pacífica da tecnologia dos átomos e a seção de filmes da agência de informação e propaganda lançou um documentário defendendo a proposta de Eisenhower. Em 1955, Nelson Rockefeller, que substituíra C. D. Jackson no cargo de assistente especial do Presidente, indicou a Eisenhower que revisitasse o tema da cooperação atômica. Em junho daquele ano, o Presidente anunciou que os Estados Unidos proveriam todo o combustível e metade dos recursos necessários para a criação de pesquisas de reatores nuclear para qualquer país livre que desejasse desenvolver seu próprio programa de energia atômica. Cf: *FRUS 1952-1954, Vol. 2, Part. 2, Progress Report of the Working Group of OCB, April 30, 1954, pp. 1403-1412* e CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency. Op. Cit.*

havia um terceiro vetor, representado em outra série de notícias, que incluía aspectos das boas relações e de mútua admiração entre os povos e governos dos Estados Unidos e do Brasil¹¹⁷.

Quanto a esse último aspecto, apareceu, de maneira destacada, o relatório de Milton Eisenhower sobre a América Latina, que servira, como vimos, aos argumentos em defesa da adoção da estratégia de *Segurança Coletiva* no continente americano¹¹⁸. Em outra notícia sobre o relatório de Eisenhower, também veiculada pelo USIS, publicada pelo *Correio da Manhã* no domingo, 13 de dezembro de 1953, na quarta página do quarto caderno, esclarecia-se que:

Quando o dr. Milton Eisenhower visitou recentemente os países da América do Sul, chegou à conclusão de que a contínua cooperação entre os Estados Unidos e as Repúblicas Latino-Americanas depende muito da compreensão mútua. E verificou que havia inúmeros malentendidos (sic), especialmente no terreno econômico.

Falando em seu próprio nome e no de seus acompanhantes, disse o dr. Eisenhower: “Existem na América Latina idéias errôneas acêrca dos Estados Unidos, especialmente no que se refere à nossa capacidade econômica”. (...) “Os latino-americanos parecem haver esquecido (...) a prosperidade sem precedentes que desfrutaram durante a guerra e no após-guerra, o que tornou desnecessário qualquer programa de emergência para essa região.” (...)

O sr. Eisenhower também crê que, na América Latina, não foi bem notado o fato de que a maior parte do comércio internacional dos Estados Unidos, no período de após-guerra, foi com suas repúblicas irmãs. (...)

O sr. Eisenhower conclue dizendo que “corrigir a atual falta de compreensão de ambas as partes, no que se refere aos problemas econômicos, é a tarefa mais importante a ser realizada para fortalecer os laços de amizade, simpatia e cooperação que existem entre os Estados Unidos e as demais Repúblicas Americanas.”¹¹⁹

Com os referidos vetores, a agência seguia, assim, de maneira muito próxima às diretrizes da sucursal de Washington. De fato, em 1955, um relatório de avaliação das atividades da agência esclarecia que:

A proposta “Átomos para a Paz” do Presidente, a Conferência Econômica do Rio e as pertinentes recomendações do Relatório sobre a América Latina, de Milton Eisenhower, receberam atenção especial no planejamento e escopo [das atividades da USIA na região]. Elas forneceram material de base para duas das três tarefas fundamentais em que [tais atividades na] América Latina têm-se concentrado: (a) explicação do sistema de livre empresa e da interdependência econômica dos países americanos, (b) exposição da ameaça do comunismo internacional e as suas

¹¹⁷ *FRUS 1952-1954, Vol. 2, Part 2*, Washburn (Acting Dir.), Usito 164, December 8, 1953, pp. 1758-1760. EM NOVA YORK UMA ESTÁTUA DE JOSÉ BONIFÁCIO. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º ?, 22 de novembro de 1953, cad. 1, p. 20; INTERDEPENDENTES OS INTERESSES ECONÔMICOS DOS ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA LATINA. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º ?, 27 de dezembro de 1953, cad. 1, p.6.

¹¹⁸ FORD, Paul L. As Américas – exemplo de segurança coletiva. In: *Correio da Manhã. Op. Cit.*

¹¹⁹ COMENTÁRIOS EM TORNO DO RELATÓRIO EISENHOWER. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º ?, 13 de dezembro de 1953, cad. 4, p. 4.

maquinações na área, e (c) demonstração dos valores positivos da democracia, como exemplificado na vida e na cultura norte-americanas¹²⁰.

O material veiculado pelo *United States Information Service*, no Brasil, era apresentado em uma espécie de correlação entre esses aspectos, envolvendo, como vimos, as estratégias de *segurança coletiva* para o continente americano (ante a ameaça soviética), o programa *Átomos para a Paz* e a interdependência econômica e os valores positivos da democracia, estes últimos visualizados principalmente, mas não só¹²¹, pelo relatório de Milton Eisenhower. Esse tipo de apresentação do material veiculado pela agência no *Correio da Manhã* era uma adequação feita pelos funcionários do USIS do Brasil às especificidades da opinião pública brasileira. Desde que os serviços de inteligência do governo norte-americano decidiram que os postos USIS deveriam adequar sua atuação às especificidades de cada país, cabia a eles escolher a melhor maneira de apresentar, para tais públicos, os temas de interesse da política norte-americana.

2.2. Julius e Ethel Rosenberg: os “espiões atômicos”

*Vocês devem saber meus filhos...
Porque nós deixamos a canção não cantada,
o livro não lido, o trabalho não feito...
Trabalhem e Construam meus filhos, e construam
um monumento ao amor e à alegria,
à dignidade humana, à fé que mantemos
por vocês, meus filhos...*¹²²

If We Die, Ethel Greenglass Rosenberg, janeiro de 1953.

¹²⁰ Do original em inglês: The President's "Atoms for Peace" proposal, the Rio Economic Conference, and the pertinent recommendations of the Milton Eisenhower Report on Latin American all received major attention in planning and output. They provided basic subject matter for two of the three fundamental task on which the Latin America has been concentrated: (a) expounding the free enterprise system and inter-American economic interdependence; (b) exposing the threat of international communism and its machinations in the area; and (c) demonstrating the positive values of democracy as exemplified in American life and culture. Cf: *FRUS, 1955-1957, Vol IX*, Introduction, undated, p. 519.

¹²¹ Ver por exemplo: INTERDEPENDENTES OS INTERESSES ECONÔMICOS DOS ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA LATINA. In: *Correio da Manhã. Op. Cit.*

¹²² Do original em inglês:

*You shall know my sons...
Why we leave the song unsung,
the book unread, the work undone...*

*Work and Build my sons, and build
a monument to love and joy,
to human worth, to faith we kept
for you, my sons...*

Havia, ainda, um noticiário paralelo ao atômico a que se vinha dando ênfase nas publicações brasileiras: o processo movido na justiça dos EUA contra o casal Julius e Ethel Rosenberg, supostos espões, acusados de repassar segredos atômicos dos Estados Unidos à União Soviética.

Julius e Ethel Rosenberg, condenados à morte, depois de um processo que durou vinte meses, no qual foram ambos acusados de passar segredos atômicos dos Estados Unidos para a União Soviética, esgotaram seus recursos, segundo o direito norte-americano, para buscar possível reconsideração do caso. (...) No período de dois anos e quatro meses, desde que foram presos, em 1950, o casal acusado usou os direitos conferidos pela lei, conseguindo três julgamentos separados e quatro apelações. A União Americana de Liberdades Civis anunciou publicamente que a sentença de morte imposta aos Rosenberg não constitui violação de liberdade civil. (...) a União declarou recentemente não ter encontrado provas de que a sentença foi lavrada por motivos políticos ou religiosos. (...) Os crimes pelos quais os acusados respondem começaram em 1944, quando David Greenglass, irmão da sra. Rosenberg, então oficial do exército, foi designado para instalações altamente secretas do governo. Ele não sabia tratar-se de um centro de trabalho para a bomba atômica. Mas sua irmã e seu cunhado, já figuras de destaque numa conspiração para roubar segredos atômicos dos Estados Unidos para a União Soviética, o sabiam e não perderam tempo em tirar vantagem da nomeação de Greenglass. Este, maquinista na vida civil, foi persuadido a entregar aos Rosenberg desenhos e outros materiais descritivos que conseguia em seu trabalho, em Los Alamos, no Novo México. Disseram-lhe que o material era para ser entregue aos russos. O grupo de espionagem ligada a Rosenberg, em Nova York, recebeu informações de Greenglass em 1944 e em várias ocasiões, em 1945. Trabalhavam ainda por outros meios para conseguir informações destinadas aos agentes secretos da União Soviética. Julius Rosenberg foi preso em julho de 1950; Ethel, sua esposa, em agosto do mesmo ano. (...) A leitura de seu processo não deixa dúvida de que a condenação se baseou exclusivamente em fatos¹²³.

Virara o ano de 1952 para 1953 e os oficiais do USIS, no Brasil, veicularam extensa matéria, na primeira página do segundo caderno do *Correio da Manhã*, sobre o caso do casal de “espões”, Julius e Ethel Rosenberg. A matéria, cujo título era “*O processo dos Espões Rosenberg*”, fazia um histórico do caso, em que se ressaltava a validade do julgamento que condenou o casal à pena capital.

O histórico, com destaque à legitimidade do julgamento, tinha seu motivo de ser: a USIA e o círculo superior de poder nos EUA estavam atentos à atuação dos programas de propaganda cultural do governo soviético em relação ao caso dos “espões atômicos”. Tal como se dera no processo movido, no início dos anos 1920, contra os anarquistas italianos Nicola Sacco e Bartolomeu Vanzetti, acusados e, posteriormente, executados pelo homicídio de um contador e de um guarda de uma fábrica de sapatos nos Estados Unidos, no caso dos

¹²³ O PROCESSO DOS ESPIÕES ROSENBERG. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º 18837, 1 de janeiro de 1953, cad. 2, p. 1.

Rosenberg as audiências internacionais vinham sendo mobilizadas pela propaganda cultural organizada pelo Kremlin¹²⁴.

O enfoque de tal propaganda era a organização de uma grande campanha de clemência ao casal: nos jornais ligados ao governo soviético, ou a ele alinhados, fazia-se um apelo dramático à preservação da vida dos acusados, ao mesmo tempo em que um grande número de petições, nesse mesmo sentido, eram enviadas às embaixadas norte-americanas espalhadas pelo mundo, em particular às de Paris e Londres e à de Ottawa, onde se armou um piquete permanente em favor de Julius e Ethel. Projetavam-se produções artísticas e intelectuais, em pinturas, fotografias, poemas, ensaios e cartas, em defesa do casal¹²⁵. O intuito do governo da União Soviética, segundo o secretário de Estado norte-americano, John F. Dulles, era que fosse gerada, nas audiências internacionais, uma simpatia pelos acusados que, por fim, levantasse dúvidas sobre o veredito do processo e sobre a aplicação democrática da lei nos Estados Unidos¹²⁶.

Não seria a primeira vez que se dizia ao público que o governo soviético possuía agentes infiltrados nos serviços de inteligência e de desenvolvimento da bomba atômica de governos ocidentais. Em setembro de 1945, para citar um dos primeiros casos de espionagem revelado, Igor Gouzenko abandonou seu posto como criptógrafo da embaixada soviética em Ottawa com uma porção de documentos secretos escondidos sob a camisa e alguns nomes para apontar como agentes soviéticos infiltrados nos governos do Canadá, dos Estados Unidos e da Inglaterra¹²⁷. Entretanto, o processo contra Julius e Ethel Rosenberg ganhou uma projeção sem precedentes em todo o mundo. Em parte, como vimos, pelas mãos dos programas de propaganda cultural do Kremlin, mas também pelas da USIA, conforme matéria citada, que vinha veiculando o caso em jornais como o *Correio da Manhã*.

¹²⁴ O responsável pela campanha contrária à execução de Sacco e Vanzetti foi Willi Münzenberg, o gestor das campanhas de propaganda cultural mobilizadas pelo Kremlin antes da Segunda Guerra Mundial. Ajudados pela campanha de Münzenberg, em pouco tempo, surgiram protestos no interior dos Estados Unidos e em diversas outras partes do mundo, sobretudo na Europa, incluindo a participação de intelectuais como Dorothy Parker, Edna St. Vincent Millay, Bertrand Russell, John dos Passos, Upton Sinclair, George Bernard Shaw e Herbert G. Wells, contra a sentença de morte aos acusados, proferida pelas autoridades norte-americanas. Apesar dos diversos apelos, pedidos de clemência, inclusive do Papa Pio IX, e da comoção mundial, Sacco e Vanzetti foram executados a 23 de agosto de 1927. Cf: KOCH, Stephen. *Double lives: Stalin, Willi Munzenberg and the seduction of the intellectuals*. New York: Enigma Books, 2004.

¹²⁵ Cf: *FRUS 1952-1954, Vol. 2, Part. 2*, Phillips (Deputy Assistant SoS for Public Affairs) to Bruce (USoS), December 11, 1952, pp. 1640-1641; PROTESTA INOCÊNCIA O CASAL ROSENBERG. In: *Correio da Manhã*, Ano LII, n.º 18841, 6 de janeiro de 1953, cad. 1, p. 1. e COOK, Blanche Wiesen. The Rosenbergs and the Crimes of a Century. In: GARBER, Marjorie & WALKOWITZ, Rebecca L. *Secret Agents. : the Rosenberg case, McCarthyism, and fifties America*. Routledge: New York & London, 1995..

¹²⁶ *FRUS 1952-1954, Vol. 2, Part. 2*, The Secretary of State to certain Diplomatic Posts. June 13, 1953, pp. 1711-1713.

¹²⁷ Sobre o caso Igor Gouzenko conferir KNIGHT, Amy. *Op. Cit.*



Fig.1- Livraria de um posto USIS em Praga; outubro de 1949.(National Archives. Apud CULL, N. J.)

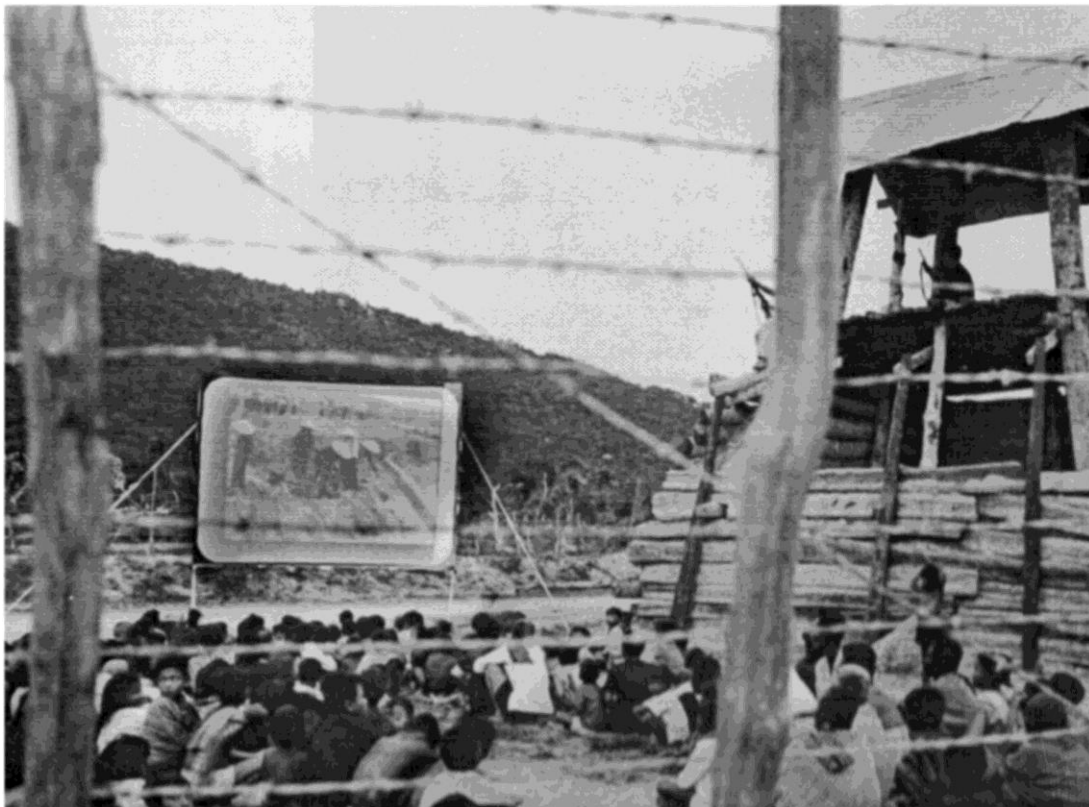


Fig.2- Vietnamitas assistem a um documentário da USIA em campo vizinho a um vilarejo fortificado; 1963. (Time & Life Pictures / Getty Imagens. Apud CULL, N. J.)



Fig.3- Cidadãos de Bogotá, Colômbia, em exposição, promovida pela USIA, da cápsula *Friendship Seven* utilizada pelo astronauta John Glenn; maio de 1962. (National Archives. Apud CULL, N. J.)



Fig.4- Exposição da USIA *Átomos para a Paz*, em South Banke, Londres; junho de 1961. (National Archives. Apud CULL, N. J.)



Fig.5- Ethel e Julius Rosenberg, após a condenação, em um veículo de prisão; março de 1951. (AP/Wide World Photos. Apud GARBER, M. e WALKOWITZ, R. L.)



Fig.6- Ethel e Julius Rosenberg, em desenho de Picasso. O artista integrava o *Movimentos pela Paz* organizados pelos programas de propaganda cultural do Kremlin (AP/Wide World Photos. Apud GARBER, M. e WALKOWITZ, R. L.)



Fig.7- O presidente Dwight D. Eisenhower. (AP/Wide World Photos. Apud GARBER, M. e WALKOWITZ, R. L.)



Fig.8- *Seu famoso Sorriso*, poster de retrato do presidente Eisenhower, criado por Louis Mittelberg em 1952. Cópias foram espalhadas por toda Paris, França. (*Os Rosenbergs: Visões Coletadas de Artistas e Escritores*. AP/Wide World Photos. Apud GARBER, M. e WALKOWITZ, R. L.)



Fig.9- Elizabeth Eckford, uma das nove crianças negras proibidas de entrar na Escola Secundária Central de *Little Rock*, volta para casa; setembro de 1957. (Will Coents, A P., 1957).



Fig.10- Cena da ópera *Porgy and Bess*, de George e Ira Gershwin. (Sem crédito. <http://www.mapsite.net>).



Fig.11- Policial de Los Angeles aborda jovem mexicano *Pachuco*, em trajes *Zoot*. (GOSGROVE, S.)

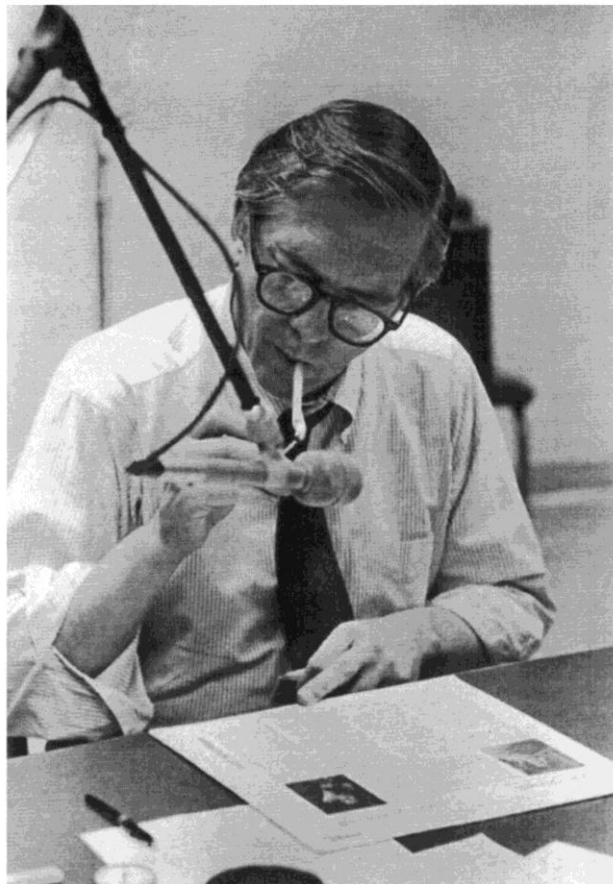


Fig.12- O radialista do *jazz* da VOA, Willis Conover, 1978. (National Archives. Apud CULL, N. J.)

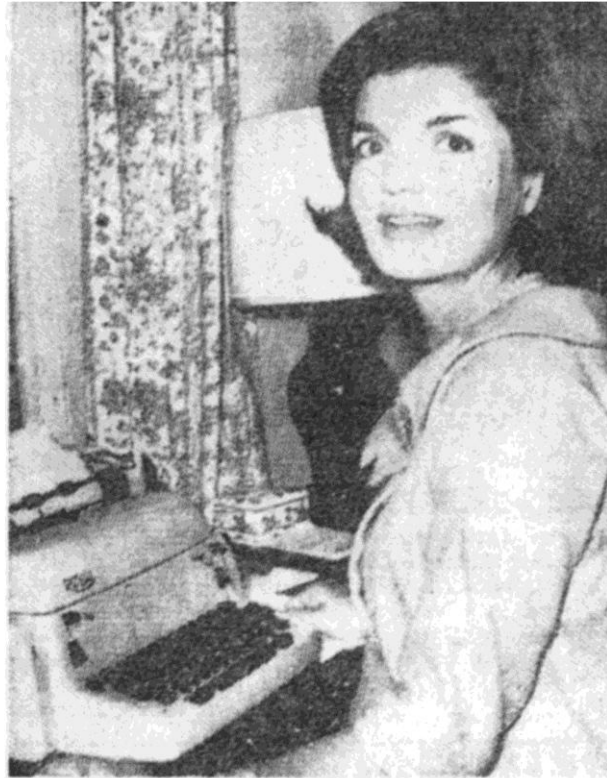


Fig.13- Jacqueline Kennedy e a máquina de datilografia que utilizava para redigir sua coluna semanal *Esposa de Candidato*. A foto foi veiculada pelo USIS do Brasil. (Folha de São Paulo, 10 de novembro de 1960).



Fig.14- Jonh, Jacqueline e Caroline Kennedy. (Diário de S. Paulo, 23 de novembro de 1963).



Fig.15- Caroline beija o pai, John, sob olhar da mãe, Jacqueline. Toda família Kennedy, mas, principalmente, Jacqueline, exercia fascínio nas audiências internacionais, o que não passou despercebido aos oficiais da USIA. (O Estado de S. Paulo, 24 de novembro de 1963).

Inicialmente, a prisão e o processo movido na justiça norte-americana contra Julius e Ethel Rosenberg não geraram considerável interesse entre os oficiais soviéticos responsáveis pelos programas de propaganda cultural da URSS. No final do ano de 1952, porém, o Kremlin voltou-se maciçamente para o caso. Para oficiais do governo dos EUA, esse renovado interesse deu-se, sobretudo, em virtude da reação da opinião pública europeia em relação ao processo e execução do judeu Rudolf Slansky, e de outros líderes comunistas (a maioria deles judeus), e as implicações anti-semitas que teriam tido¹²⁸. Rudolf Slansky, um dos mais importantes membros do Partido Comunista da Tchecoslováquia (PCT), fora, em 1948, o principal articulador do *coup d'état* comunista no país, tornando-se Secretário Geral do Partido e a segunda figura de maior relevo na política tcheca. Entretanto, suas posições passaram a desagradar o alto escalão do governo soviético. Em novembro de 1951, a mando de Stálin, a polícia secreta da Tchecoslováquia (*Statni bezpecnost*) prendeu o Secretário Geral do PCT e outros treze líderes comunistas, dez deles judeus.

A acusação que lhes recaía era de alta traição contra o governo de Praga, espionagem para o Ocidente e sabotagem da economia socialista. Em novembro de 1952, diante do tribunal, os implicados nos referidos crimes confessaram as acusações, descrevendo suas vidas como motivadas pelo ódio ao PCT, lealdade à Gestapo – a polícia da Alemanha Nazista, ao sionismo, aos serviços de inteligência ocidentais e ao capital internacional. Todos exigiram do juiz responsável pelo processo que lhes impusesse a pena de morte¹²⁹.

Em dezembro daquele ano, Slansky e outros dez acusados foram executados. Segundo o historiador Igor Lukes, no trabalho em que rediscute o processo contra o Secretário Geral do PCT, o caso Slansky ocorrera no período imediatamente posterior à separação da Jugoslávia, do Marechal Tito, da União Soviética. Os processos movidos contra líderes comunistas em Praga, na Tchecoslováquia; Varsóvia, na Polônia; Budapeste, na Hungria; e em outras capitais do leste europeu eram uma mensagem do Kremlin aos governos da “cortina de ferro”. Dos catorze acusados no processo de Praga, entretanto, somente os onze judeus foram executados, sendo os demais condenados à prisão perpétua. Segundo Lukes, Stálin escolhera primariamente os judeus porque ele reorientava sua estratégia de alianças em relação ao

¹²⁸ *FRUS 1952-1954, Vol. 2, Part. 2*, Phillips (Deputy Assistant SoS for Public Affairs) to Bruce (USoS), December 11, 1952, pp. 1640-1641. .

¹²⁹ LUKES, Igor. The Rudolf Slansky Affair: New Evidence. *Slavic Review*, Vol. 58, No. 1 (Spring, 1999), pp. 160-187. O texto do historiador Igor Lukes traz, em nota de rodapé, a informação de que Spencer M. King, da embaixada norte-americana, em Praga, julgava que a única explicação razoável para tal reação dos acusados seria o uso de drogas, ou, mais provavelmente, a tortura psicológica e física.

Oriente Médio, aproximando-se dos países Árabes e distanciando-se de Israel¹³⁰. Mas, possivelmente, havia mais em torno do processo de Praga.

Pouco depois da execução de Slansky, apareceu na mídia internacional, o caso do *Complô dos Médicos*, veiculado pela agência de notícia da União Soviética, TASS, a partir de 13 de janeiro de 1953. O caso iniciara-se com a morte por insuficiência cardíaca, em agosto de 1948, de uma das figuras-chaves do regime soviético, Andrei Zhdanov: à morte seguiu-se uma disputa, entre os médicos que o haviam tratado, sobre as verdadeiras causas do óbito, com acusações de negligência. O *Complô dos Médicos*, em 1953, quando foram presos nove médicos na União Soviética, a maioria judeus, aparecia a partir da “revelação” de que Zhdanov fora assassinado por seus médicos como um audacioso plano conspiratório judaico para derrubar a União Soviética.

Em 14 de janeiro de 1953, um dia após as revelações da TASS, a *Tribuna da Imprensa* noticiou, na segunda página, sob o título, em destaque, “*Declaração de Guerra: como os judeus receberam o comunicado russo*”, sobre o “Complô”:

Os judeus receberam como declaração de guerra o comunicado de Moscou sobre a prisão de 9 médicos, quase todos judeus, acusados de terrorismo. Nenhum comunicado oficial até o momento. O cidadão comum, entretanto, sente que já não há nenhuma diferença entre o anti-semitismo nazista e comunista. O Departamento de Estado distribuiu comunicado oficial, que diz: – A prisão de médicos judeus, acusados de sabotagem, parece uma nova etapa da recente campanha russa contra os judeus, como o aspecto anti-sionista levado no julgamento dos acusados. Os soviéticos recorrem de novo a uma velha técnica. Os motivos verdadeiros das atuais acusações ainda não são conhecidos mas a técnica da sabotagem já foi empregada no processo “expurgo” de 1937. Tonar-se cada vez mais evidente que tais alegações (complots sionistas) indicam um desenvolvimento extraordinário do “sentimento de insegurança interna” entre dirigentes russos¹³¹.

O governo norte-americano, conforme correspondência do Secretário de Estado John Foster Dulles para o embaixador na URSS, Charles Bohlen, embora jogando com hipóteses, compreendia que o caso com os médicos judeus era uma tentativa de aumentar a vigilância à população soviética no interior do Bloco ou refletia um problema político no círculo superior de poder em torno de Stálin. A administração Eisenhower acreditava, além disso, que o “Complô” era um factóide criado por Stálin para proceder a uma nova política de expurgo, tal como se dera nos anos 1930, em relação aos judeus¹³².

¹³⁰ Idem.

¹³¹ DECLARAÇÃO DE GUERRA: COMO OS JUDEUS RECEBERAM O COMUNICADO RUSSO. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano V, n.º 934, 14 de janeiro de 1953, cad.1, p. 2.

¹³² *FRUS 1952-1954, Vol. 3, The Secretary of State to the Embassy in the Soviet Union*. Washington, January 26, 1953, pp. 1073-1074.

A esse respeito, Hannah Arendt, em seu *Origens do Totalitarismo*, aproximando as políticas de Stálin e Hitler, considera que:

Tudo o que se sucedeu na Rússia entre 1948 e janeiro de 1953, quando a “conspiração dos médicos” estava sendo “descoberta”, tinha uma notável e ominosa semelhança com os preparos do Grande Expurgo dos anos 1930: a morte de Zhdanov e o expurgo de Leningrado correspondiam à não menos misteriosa morte de Kirov em 1934, que foi imediatamente seguida de uma espécie de expurgo preparatório “de todos os antigos opositores que ainda existiam no Partido”. Além do mais, o próprio conteúdo da absurda acusação contra os médicos – que iriam matar pessoas em posição de destaque em todo o país – deve ter enchido de temerosos presságios todos os que conheciam o método de Stálin, de acusar um inimigo fictício de um crime que ele mesmo ia cometer¹³³.

Nos novos expurgos de Stálin, sob a justificativa de uma “conspiração mundial judaica” – o que, para Arendt, não era efeito de episódios isolados, mas a instituição mesma do terror de que os regimes totalitários lançavam mão de tempos em tempos –, o processo de Slansky e de outros líderes comunistas do Bloco, ainda conforme a pensadora, constituíam-se numa preparação para expurgos de alcance nacional, para cujo cumprimento o *Complô dos Médicos* seria o ponto de partida¹³⁴.

Stálin, na segunda metade dos anos 1940, iniciara o rebaixamento, demissão ou execução de judeus da máquina do Estado, principalmente de uma intelectualidade – *cosmopolita*, em grande medida, de origem judaica – que teria ligações com o ocidente. O líder da União Soviética talvez estivesse receoso do significado das demonstrações populares de apoio à criação do Estado de Israel, o que era evidente, por exemplo, com as homenagens prestadas pelos judeus soviéticos à primeira embaixadora israelense, Golda Meir, na URSS¹³⁵. Além disso e da preocupação com o alinhamento dos líderes comunistas nos países do Bloco Soviético, Stálin, possivelmente, também estava atento à manutenção de sua liderança no interior do Kremlin¹³⁶.

É pouco provável que, no âmbito de tais acontecimentos na URSS, os serviços de informação e propaganda do governo norte-americano não soubessem do conteúdo anti-

¹³³ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo* (trad. Roberto Raposo). São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 352

¹³⁴ Idem., pp. 339-354.

¹³⁵ Lênin, em 1903, já havia assinalado que o nacionalismo judeu era manifestadamente reacionário e conflitante com os interesses do proletariado judaico, posição que Stálin, dez anos depois, seguia num panfleto intitulado *Marxismo e a Questão Nacional*. Cf: Arnold Krammer. *Russian Review*, Vol. 40, n.º 2 (Apr., 1981), pp. 205-206.

¹³⁶ Além do trabalho citado de Hannah Arendt, cf.: GITELMAN, Zvi e RO’I, Yaacov (Ed.). *Revolution, repression, and revival: the Soviet Jewish Experience*. The Rowman e Littlefield Publishing Group., United Kingdom, 2007, pp. 179 e ss.

semita que passara a permear a política soviética. O material veiculado pelo USIS no Brasil e publicado pelo *Correio da Manhã* apontava para essa compreensão:

A Junta Executiva do Congresso das Organizações Industriais consita (sic) aos povos livres de todas as partes a que ergam suas vozes contra o ressurgimento do antisemitismo na União Soviética e países satélites. (...) A junta fala em nome de mais de seis milhões de membros dos 35 sindicatos filiados ao CIO. Eis alguns trechos da resolução. “Em meses recentes, evidências indubitáveis de antisemitismo na União soviética (sic) e nações satélites comunistas romperam a cortina de ferro. Os resultados dessa nova política soviética são tangíveis. “Em Moscou, médicos, judeus foram presos e indubitavelmente serão executados. Na Alemanha Oriental, o punhado de judeus que sobreviveram ao antisemitismo de Hitler estão fugindo do antisemitismo stalinista, para a democrática Berlim Ocidental. (...).

A Comissão de Judeus Americanos informou que a campanha anti-semita dos bolcheviques acaba de ser adotada como política oficial do Kremlin. Revelou que cerca de 600 mil judeus foram, em consequência, recolhidos aos campos de concentração da Rússia e satélites. Revela notar que na Rússia existem aproximadamente 2 milhões de israelitas¹³⁷.

Na *Tribuna da Imprensa*, no mesmo período e de maneira semelhante, em notícia sem atribuição e sob o título de “*Campanha anti-semita na cortina de ferro*”, também se relatava o anti-semitismo do governo soviético.

Foi distribuída à Imprensa a seguinte nota: “A Confederação das Entidades Representativas da Coletividade Israelita do Brasil (...), profundamente consternada e preocupada com as levianas quão tendenciosas insinuações de índole anti-semita, levantadas contra os judeus e o judaísmo em geral e, precipitadamente, contra o movimento sionista e Midinat Israel, no Processo [de Rudolf Slansky] de Praga, assim como com as discriminações antijudaicas surgidas nas manifestações populares nos países por detrás da “cortina de ferro”, vem lavar o seu veemente protesto contra aquelas malignas e infundadas imputações (...)¹³⁸.

¹³⁷ A CIO CONDENA O ANTI-SEMITISMO RUSSO. . In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º 18876, 15 de fevereiro de 1953, cad. 1, p. 10; e INTENSIFICA-SE CAMPANHA ANTI-SEMITA NA RÚSSIA E SATÉLITES. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º 18856, 23 de janeiro de 1953, cad. 1, p. 9. Outro exemplo de notícia veiculada pela USIA é: CONTINUAM OS EXPURGOS NOS PAÍSES SATÉLITES DA RÚSSIA. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º ?, 26 de julho de 1953, cad. ?, p.?

¹³⁸ CAMPANHA ANTI-SEMITA NA CORTINA DE FERRO. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano V, n.º 936, 16 de janeiro de 1953, cad.1, p.7. Outras notícias sobre o anti-semitismo na URSS que apareceram na *Tribuna*, mas veiculadas por agências internacionais de notícias são: AUMENTANDO O EXPURGO: MAIS PRISÕES NA ALEMANHA ORIENTAL. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano V, n.º 936, 16 de janeiro de 1953, cad. 1, p. 2.; JUDEUS NO SETOR RUSSO. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano V, n.º 942, 24-25 de janeiro 1953, cad. 1, p. 5.

Diante do anti-semitismo de Stálin e da repercussão mundial que tiveram casos como o de Slansky e o *Complô dos Médicos*, os serviços de inteligência do governo norte-americano acreditaram possível criar uma cisão no interior do movimento comunista em torno da questão judaica. Um memorando da *Central Intelligence Agency*, de 22 de janeiro de 1953, parece confirmar essa hipótese. Para os oficiais da agência de inteligência,

o casal está idealmente situado para servir como destacados instrumentos de uma campanha psicológica designada a dividir o mundo comunista em torno da questão judaica, criando grupos insatisfeitos entre os membros dos Partidos a serem utilizados em trabalhos, futuros, de infiltração e de inteligência¹³⁹.

Os oficiais da CIA, de fato, prometeram a Julius e Ethel que o processo contra eles seria esquecido caso eles aceitassem “(...) *apelar aos judeus em todos os países a deixarem o movimento comunista e procurassem destruí-lo.*”¹⁴⁰ O motivo para a atenção especial em torno dos Rosenberg era, afinal, em poucas palavras, porque eram judeus.

À contrapartida do que pretendiam a CIA, com os judeus em relação ao comunismo, e a *U. S. Information Agency*, projetando o anti-semitismo da política soviética, o Kremlin vinha articulando a propaganda em torno do caso Rosenberg: o processo movido contra os judeus Julius e Ethel por órgãos oficiais norte-americanos seria uma demonstração de que havia uma política anti-semita velada nos EUA – o que políticos como o democrata John Rankin, um dos articuladores da Comitê de Atividades Antiamericanas do Congresso (HUAC), pareciam confirmar com sua interpretação, por exemplo, de que o movimento pela igualdade racial era uma conspiração judaica¹⁴¹.

Por isso, a questão era tão intrincada: o caso Rosenberg era palco de disputa entre a propaganda do Kremlin e a da Casa Branca em torno do anti-semitismo.

Em dezembro de 1952, no governo norte-americano discutia-se como reagir à vasta propaganda articulada pelo governo soviético. Uma das diretrizes tomadas então foi o fornecimento, aos postos do *United States Information Service*, de material relativo aos trabalhos das instituições envolvidas com o processo (a Suprema Corte, a Corte de Apelação e

¹³⁹“The couple is ideally situated to serve as leading instruments of a psychological warfare campaign designed to split world communism on the Jewish issue, to create disaffected groups within the membership of the Parties, to utilize these groups for further infiltration and for intelligence work.” COOK, Blanche Wiesen. *The Rosenbergs and the Crimes of a Century*. In: GARBNER, Marjorie & WALKOWITZ, Rebecca L. *Secret Agents. Op. Cit.*, p. 25.

¹⁴⁰ Do original em inglês: “appeal to Jews in all countries to get out of the communist movement and seek to destroy it.” Idem.

¹⁴¹ HAYNES, John E. *Red Scare or Red Menace?: American communism and anticommunism in the cold war era*. Chicago: Ivan R. Dee, 1996, pp. 69-70; *FRUS 1952-1954, Vol. 2, Part. 2*, Phillips (Deputy Assistant SoS for Public Affairs) to Bruce (USoS), December 11, 1952, pp. 1640-1641.

a União Americana de Liberdades Civis), a partir do qual os USIS organizariam a informação a ser veiculada nos serviços de comunicação estrangeiros¹⁴².

Correspondendo a essa orientação, num primeiro momento, as notícias dos postos USIS no Brasil, publicadas no *Correio da Manhã*, trabalhavam o respeito às liberdades e aos direitos civis dos acusados, apoiando-se, justamente, nos argumentos daquelas três instituições. No dia 10 de fevereiro, por exemplo, o jornal publicou uma notícia intitulada “Não houve violação das liberdades civis no caso Rosenberg”:

William L. White, membro da Junta de Diretores da União das Liberdades Civis Americanas, em carta ao “New York Times” aludindo ao caso dos espões Ethel e Julius Rosenberg, declara que não houve qualquer violação das liberdades civis no julgamento e condenação dos mesmos. Friza que a campanha bolchevique a favor desses espões não visa os interesses dos casal Rosenberg mas única e exclusivamente os interesses e objetivos do próprio Partido Comunista¹⁴³.

Ainda naquele mês, John F. Dulles, Secretário de Estado do presidente Eisenhower, enviou aos postos diplomáticos uma diretriz mais específica aos trabalhos a serem realizados em torno do caso dos espões Rosenberg, embora não destoasse muito da diretriz anterior. O que o motivou foi, em particular, o anúncio do Presidente, também em fevereiro de 1953, mantendo a sentença à pena capital aos “espões atômicos”, proclamada dois anos antes pelo juiz Kaufman – anúncio que seu antecessor, Harry Truman, postergara até deixar a presidência.

Em suma, Dulles indicava a necessidade de demonstrar a legitimidade da decisão do Presidente, enfatizando o ponto de que estaria calcada nos poderes conferidos ao chefe do Executivo pelas leis do direito norte-americano, de uma sociedade livre e democrática. No que concernia à questão do anti-semitismo, o Secretário de Estado sublinhava que não se deveria estabelecer qualquer ligação entre os processos movidos pelo Kremlin contra os líderes comunistas (vítimas dos novos expurgos de Stálin) e o dos Rosenberg (espões de fato). O Secretário também desejava que se deixasse clara a severidade da pena como algo proporcional à enormidade do crime, deliberado e premeditado, a partir de um princípio de comparação entre a morte do casal e os riscos à segurança do mundo ao fornecer os segredos

¹⁴² *FRUS 1952-1954, Vol. 2, Part. 2, Phillips (Deputy Assistant SoS for Public Affairs) to Bruce (USoS), December 11, 1952, pp. 1640-1641.* No caso Rosenberg, essa diretriz parece ter sido adotada, conforme a notícia da USIA a seguir, em relação também ao público norte-americano, prática que havia sido vetada à agência em sua fundação.

¹⁴³ NÃO HOUVE VIOLAÇÃO DAS LIBERDADES CIVIS NO CASO ROSENBERG. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º 18871, 10 de fevereiro de 1953, cad. 1, p. 10. Ver também: O PROCESSO DOS ESPÕES ROSENBERG. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º 18837, 1 de janeiro de 1953, cad. 2, p. 1.

da bomba aos soviéticos – argumento que o juiz Kaufman vinha enfatizando. Ademais, no tratamento do caso, dever-se-ia concentrar na apresentação factual e num histórico do processo, esclarecendo que todas as revisões do caso falharam em demonstrar qualquer possibilidade de clemência aos acusados¹⁴⁴.

Quanto a essas orientações, é interessante notar que os oficiais do USIS do Brasil, assim como agências internacionais de notícias, como a *Reuters* e a *United Press*, já vinham enfatizando o argumento do juiz Irving Kaufman em sua decisão pela pena capital aos acusados. Em notícia do *United States Information Service*, o crime cometido por Julius e Ethel fora, para o juiz Kaufman, muito pior do que o “*assassinio frio e premeditado*”, uma vez que sua conduta já havia causado “*a agressão comunista na Coréia*”, fazendo com que “*outros milhões de inocentes*” pudessem vir a “*pagar o preço*” de sua “*traição*”¹⁴⁵.

O casal, entretanto, não foi executado em fevereiro, como se previa após o posicionamento de Eisenhower sobre o processo, possivelmente porque o Departamento de Justiça queria ganhar tempo com as investigações em torno de Julius, uma vez que acreditava ser este uma das figuras chave da espionagem soviética para obter segredos atômicos dos Estados Unidos em favor da União Soviética¹⁴⁶.

Os seguidos adiamentos da sentença, no entanto, acabavam por suscitar a desconfiança das audiências internacionais em relação à validade do processo movido contra os Rosenberg¹⁴⁷.

¹⁴⁴ *FRUS 1952-1954, Vol. 2, Part. 2, The Secretary of State to certain diplomatic posts, February 11, 1953, pp. 1668-1970.*

¹⁴⁵ O PROCESSO DOS ESPIÕES ROSENBERG. In: *Correio da Manhã, Op. Cit.* Exemplos de notícias publicadas por agências internacionais de notícias acompanhando o argumento do juiz do processo do casal Rosenberg são: NEGADO O APELO AO CASAL ROSEMBERG. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º 18839, 3 de janeiro de 1953, cad. 1, p. 11.; e SÓ TRUMAN PODERÁ SALVAR OS ESPIÕES ROSEMBERG DA CADEIRA ELÉTRICA. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º 18840, 4 de janeiro de 1953, cad. 4, p. ?.

¹⁴⁶ A captura e o processo de Ethel parecia, nesse sentido, uma maneira de o Departamento de Justiça pressionar Julius a delatar seus contatos, permitindo o desmantelamento da rede de espionagem soviética nos EUA, uma vez que nada havia contra a esposa de Julius a não ser o testemunho de seu irmão, David Greenglass. Quando de sua prisão, Greenglass afirmou que sua irmã, Ethel, não tinha qualquer relação com a espionagem soviética, mas, depois, mudou seu testemunho afirmando que a irmã documentava as informações coletadas por Julius. Décadas depois, David Greenglass afirmou que Ethel, de fato, não tinha qualquer participação com a URSS. Quem, de fato, documentava informações a respeito da bomba era sua própria esposa Ruth, que o recrutara para servir como espião. David implicara sua irmã em função de que em troca de seu testemunho, sua esposa Ruth ficaria em liberdade e poderia cuidar dos dois filhos. Disponível em <<http://www.npr.org/programs/atc/features/2001/oct/011009.rosenbergs.html>>. Acesso em 19 de jan. de 2011. Sobre a ideia do Departamento de Justiça de que Julius era um figura importante na espionagem soviética, ver: ANDERS, Roger M. The Rosenberg Case Revisited: The Greenglass Testimony and the Protection of Atomic Secrets. *The American Historical Review*, Vol. 83, No. 2 (Apr., 1978), pp. 388-400, p. 392.

¹⁴⁷ Os jornais *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*, em material veiculado por agências internacionais de notícias, como a *Reuters* e a *United Press*, noticiaram sistematicamente os adiamentos do processo. Cf: ADIADA A EXECUÇÃO DOS ESPIÕES ROSENBERGS. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º 18981, 18 de junho de 1953, cad. 1, p. 1. Outras notícias publicadas pelo *Correio da Manhã* a esse respeito são: OS

O Secretário de Estado, John F. Dulles, interpretava, pouco antes da execução do casal, que as dificuldades em torno do caso foram motivadas, além da própria propaganda engendrada pelo Kremlin, por uma posição desinformada e emocional da opinião pública, incluindo a de não comunistas, contra a pena de morte. Até mesmo representantes diplomáticos norte-americanos – embora apenas preocupados com os efeitos sobre a opinião pública mundial – apelavam para a “tradição humanista” da democracia norte-americana, opondo-se ao cumprimento da sentença¹⁴⁸. Posição semelhante a que, no Brasil, a Câmara dos Deputados propunha-se a adotar ao discutir a possibilidade de pedir clemência ao casal. Em longa notícia, na página 9 do primeiro caderno do *Correio*, o jornal trouxe a seguinte notícia:

A hora do expediente, ontem, na Câmara dos Deputados, foi quase inteiramente ocupada com o requerimento do Sr. Flores da Cunha, era que solicita o pronunciamento da Câmara em favor do casal Rosenberg, por meio de pedido de clemência a ser dirigido ao presidente Eisenhower. Achando-se o assunto em pauta, falou primeiro o Sr. Samuel Duarte, em nome da Comissão da Justiça que se pronunciou favoravelmente à iniciativa não lhe encontrando qualquer óbice constitucional ou jurídico. (...) Como deputado, [o sr. Artur Santos] subscrevera um telegrama também assinado por outros colegas, com um apelo em favor dos Rosenberg. Mas a Câmara, como órgão legislativo, não poderia fazer a mesma coisa. Assim, apresentou a seguinte emenda ao requerimento do Sr. Flores da Cunha: “A Câmara dos Deputados manifesta a sua confiança em que o presidente da República dos Estados Unidos da América do Norte comute a pena de morte a que foi condenado o casal Rosenberg, certa de que interpreta o pensamento humanitário e cristão do povo brasileiro.”¹⁴⁹

Ainda de acordo com Dulles, as seguidas negativas da justiça norte-americana aos diversos recursos a ela dirigidos pelo advogado do casal levava a crer na motivação política do processo. As próprias notícias publicadas no *Correio da Manhã* e na *Tribuna da Imprensa*, creditadas a agências internacionais de notícias, mostravam-se embebidas do tom emocional em torno do caso e do provável drama vivido pelo casal, apresentando o apelo de intelectuais, como Einstein, e do Papa Pio XII em favor da clemência¹⁵⁰.

ROSENBERG SERIAM PERDOADOS. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º 18960, 24 de maio de 1953, cad. 1, p.1; Acrescente-se o fato de que o próprio presidente Harry Truman parece ter optado por postergar a decisão sobre o caso até sua saída da presidência. Cf: TRUMAN APROVEITARÁ OS ROSENERG PARA SUA GRANDE SAÍDA. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º 18849, 15 de janeiro de 1953, cad. 1, p. 5; e TRUMAN E OS ROSENBERG. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano V, n.º 936, 16 de janeiro de 1953, cad. 1, p. 2.

¹⁴⁸ SAUNDERS, Frances Stonor. *Op. Cit.*, pp. 199 e ss.

¹⁴⁹ DISCUTE-SE NA CÂMARA PEDIDO DE CLEMÊNCIA PARA O CASAL ROSENBERG. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º 18981, 18 de junho de 1953, cad. 1, p. 9.

¹⁵⁰ FRUS 1952-1954, Vol. 2, Part. 2, The Secretary of State to certain Diplomatic Posts. June 13, 1953, pp. 1711-1713. EINSTEIN A FAVOR DOS ROSENBERG. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º 18848, 14 de janeiro de 1953, cad. 1, p. 1; e DISCUTE-SE NA CÂMARA PEDIDO DE CLEMÊNCIA PARA O CASAL ROSENBERG. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º 18981, 18 de junho de 1953, cad. 1, p. 9.

A intervenção do Papa Pio XII, em favor dos esposos Rosenberg, condenados à morte nos Estados Unidos, não se efetuou oficialmente. (...) o Santo Padre interveio em favor dos condenados à morte – como aliás fez outras vezes, tratando-se de salvar vidas humanas, e isto – como diz o “Osservatore Romano” – “em virtude das razões superiores de caridade, que são próprias ao seu Ministério Apostólico.”¹⁵¹

Após o silenciamento da USIA, em relação ao processo dos Rosenberg, no período de fevereiro a junho, a agência voltou a tratar do “*mais sério caso de espionagem da história dos Estados Unidos*”, conforme entendimento dos oficiais do Departamento de Justiça. Haviam se passado alguns dias da execução de Julius e Ethel, em junho, e a agência de informação e propaganda veiculou uma última e longa matéria no *Correio da Manhã* sobre os “espões atômicos”, sob o título “*Histórico do caso Rosenberg*”. A matéria fazia, como indicara a coordenação do Secretário Dulles, uma análise histórica e factual do processo, demonstrando, em resumo, o respeito à constitucionalidade democrática e ao ideal de justiça do mundo livre, todavia com normas rígidas àqueles que atentassem contra elas.

Os Rosenbergs foram condenados à morte em 5 de abril de 1951, por crime de espionagem – entrega de segredos atômicos dos Estados Unidos a uma potência estrangeira. Todos os tribunais recusaram modificar a sentença, sob a alegação de que as provas apresentadas no julgamento de março de 1951 não deixaram dúvida quanto à culpabilidade. O caso Rosenberg vem sendo motivo de intensa campanha de propaganda comunista, desde a prisão do casal, em julho de 1950. (...) O júri deu o veredito em 29 de março de 1951, e a Côte suspendeu a sessão para 5 de abril, para a sentença. (...) No dia seguinte ao da sentença contra os Rosenbergs, 6 de abril, os advogados da defesa apelaram para novo julgamento, o primeiro dos muitos passos concedidos ao casal pela justiça norte-americana. (...). Desde a condenação dos Rosenbergs, as acusações de que aos mesmos fora negado um julgamento leal e imparcial vem sendo refutadas pela imprensa norte-americana, por líderes religiosos e por diversas organizações nacionais. A União Americana de Liberdades Cívicas disse que na sentença de morte imposta aos Rosenbergs não havia a menor violação das liberdades cívicas. (...) O “Christian Science Monitor” disse em editorial que os Rosenbergs tiveram julgamento imparcial e que a decisão acerca dos seus apelos de clemência devia ser tomada levando em consideração “os verdadeiros interesses da civilização, a qual os Rosenbergs, durante anos, tentaram destruir”.¹⁵²

2.3. O Macarthismo: o papel dos “espões” de segredos atômicos

“A decisão de suspender o cientista Robert Oppenheimer deveria ter sido adotada há anos”, declarou ontem à noite, na rádio de Phoenix, o senador Joseph MacCarthy, manifestando-se pela primeira vez, publicamente, a respeito desse caso. “Julgo que o sr. Lewis Strauss deu prova de considerável coragem, tomando a sua decisão contra o pretendo intocável cientista”, acrescentou MacCarthy, esclarecendo

¹⁵¹ PIO XII PEDE CLEMÊNCIA PARA O CASAL ROSEMBERG. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano V, n.º 960, 14-15 de fevereiro de 1953, cad. 1, p. 5.

¹⁵² HISTÓRICO DO CASO ROSENBERG. In: *Correio da Manhã*. Ano LII, n.º ?, 25 de junho de 1953, cad. 2, p. 3.

que somente razões de segurança lhe haviam impedido de manter o público a par dos seus trabalhos a respeito das causas do retardamento da fabricação da bomba de hidrogênio. O senador fez referências a um relatório da subcomissão de inquérito, precisando que Robert Oppenheimer havia organizado reuniões comunistas no seu domicílio e jamais informara as autoridades a respeito das tentativas realizadas pelos agentes inimigos para obter da sua pessoa informações sobre as pesquisas norte-americanas atômicas ou termo-nucleares. Por outro lado, MacCarthy acusou o cientista de ser responsável pela admissão de vários técnicos comunistas nas instalações que trabalham nas questões ultra-secretas dependentes da Comissão de Energia Atômica¹⁵³.

A notícia havia sido publicada na *Tribuna da Imprensa*, em 14 de abril de 1954, sob o título “*O Caso Oppenheimer excita a imaginação de McCarthy*”. O caso em torno do físico teórico, relatado na notícia citada, tinha uma gravidade adicional não apenas porque, desde 1947, ele chefiava a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos (CEA), mas porque Oppenheimer fora responsável pela elaboração do *Candor Project*, que se tornaria, como vimos, o princípio norteador das políticas de Eisenhower no começo de seu mandato. Desde o início dos anos 1950, William Borden, então diretor executivo da Comissão Mista de Energia Atômica, e Lewis Strauss, vice-presidente da CEA, viam o físico com certa desconfiança¹⁵⁴. Em 1953, o *Candor Project*, que propugnava, grosso modo, relatar segredos militares dos EUA e evitar uma postura belicista ante a URSS, não lhes parecia uma elaboração simples ou ingênua de Oppenheimer: para Borden e Strauss era a prova de que o “pai da bomba atômica” era um agente soviético infiltrado, provavelmente o mais importante deles¹⁵⁵.

Com tais desconfianças, o governo norte-americano passou a se preocupar com uma possível fuga de Oppenheimer para o Bloco Comunista, o que se vislumbrava com a visita próxima do físico ao Brasil, em 1953, a partir de onde ele poderia escapar para o leste europeu. A fuga não ocorreu e, no ano seguinte, 1954, Oppenheimer, como tantos outros físicos teóricos acusados de possuir ligações comunistas, foi interrogado pelo Comitê de Atividades Antiamericanas do Congresso (HUAC). Contra ele, entretanto, não se conseguiu provar que possuísse ligações com a União Soviética ou com grupos comunistas no interior dos EUA.

¹⁵³ O CASO OPPENHEIMER EXCITA A IMAGINAÇÃO DE MCCARTHY. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano VI, n.º1308, 14 de abril de 1954, cad. 1, p.5.

¹⁵⁴ Um dos motivos, por exemplo, é que Oppenheimer havia indicado o nome do italiano Enrico Fermi para compor a CEA. O nome de Fermi foi negado porque, no passado, ele havia sido membro de uma organização de esquerda. O curioso é que, em 1953, os oficiais do USIS no Brasil lançaram mão dos argumentos de Fermi para “comprovar” os benefícios do programa “Átomos para a Paz” de Eisenhower.

¹⁵⁵ Cf: HEWLETT, Richard G. e HOLL, Jack M. *Atoms for peace and war, 1953-1961: Eisenhower and the Atomic Energy Commission* (Vol. 3). Berkley, Los Angeles, London. University of California Press, 1989.

Mas, ao tempo das acusações a Robert Oppenheimer, os casos de espionagem como o de Julius e Ethel Rosenberg já ocupavam um espaço de destaque na política norte-americana, integrando agendas anticomunistas no interior do país.

Nesse âmbito é que a atuação de Joseph McCarthy ganhou popularidade, nos Estados Unidos e no exterior, comparável, possivelmente, apenas à do então presidente norte-americano, Dwight D. Eisenhower. O jornal *Tribuna da Imprensa*, fazendo uso de notícias veiculadas por agências internacionais de notícias, aludia ao “barulho” em torno da figura do Senador. Da *United Press*, por exemplo, havia uma matéria, no dia 27 de novembro de 1953, ocupando quase metade da quinta página da *Tribuna* sob o título “*McCarthy (sic) se revela um problema para o prestígio dos EE. UU.*”

O jornal republicano “New York Herald Tribune” disse, em editorial, ontem, que o senador republicano Joseph R. McCarthy “violou todas as normas de decência nos debates políticos”, ao incluir em seu discurso de terça-feira à noite o nome de Dean Acheson [Secretário de Estado do segundo governo Truman] entre os que enganaram e atraíram o país. McCarthy disse, em seu discurso transmitido pela rádio e televisão, a todo o país, que as perdas norte-americanas na Coreia foram resultado dos “enganos” e traições de um governo cuja política exterior foi cuidadosamente preparada pelos Alger Hiss, os Harry Dexter White, os Owen Lattimore, os Dean Acheson e os John Carter Vincent.” (...)

Adlai E. Stevenson, dirigente do Partido Democrata, voltou a pedir ao presidente Eisenhower que aja no sentido de “restabelecer a confiança que perdeu o governo dos Estados Unidos entre os povos do mundo livre” pelas atividades do senador McCarthy. (...) “Tenho a esperança de que o governo agirá com rapidez para corrigir esta atuação”, acrescentou Stevenson¹⁵⁶.

Antes de chegar ao tratamento dispensado pela *United States Information Agency* em relação ao Senador, é preciso compreender como McCarthy alcançara tamanha projeção na mídia norte-americana e do exterior.

Como afirmam historiadores como Elle Schrecker, o que transformara o comunismo numa obsessão nacional nos Estados Unidos foi menos sua plausibilidade, do que o envolvimento direto de órgãos públicos¹⁵⁷. A administração do democrata Harry Truman havia organizado uma retórica manipuladora de tom alarmista que supervalorizava a ameaça comunista no mundo. O Presidente democrata e seus aliados, tendo em vista um Congresso de maioria republicana, julgavam que a sociedade norte-americana, emersa de mais de uma década e meia de depressão econômica e de guerra mundial, pudesse não estar disposta a

¹⁵⁶ MCCARTHY SE REVELA UM PROBLEMA PARA O PRESTÍGIO DOS EE. UU. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano V, n.º 1195, 27 de novembro de 1953, cad.1, p. 5.

¹⁵⁷ SCHRECKER, Ellen. *The Age of McCarthyism: A Brief History With Documents*. Boston: St. Martin's Press, 1994.

sustentar os esforços necessários para conter a expansão soviética e os planos econômicos em curso.

Com efeito, Truman imprimiu, à sua política externa, uma série de medidas de caráter anticomunista, calcadas no princípio de contenção à expansão da União Soviética, tal como propugnado por George Frost Kennan, à época embaixador em Moscou, em seu “*Longo Telegrama*”, de 1946, e em “*The sources of Soviet Conduct*”, de 1947¹⁵⁸. A administração democrata, de fato, não teve dificuldades em obter apoio do Congresso a medidas como, por exemplo, a Doutrina Truman, o *National Security Act* ou o plano de recuperação das economias europeias, o Plano Marshall.

A política externa constituída pelo governo democrata estruturava-se a partir do *new liberalism*, calcado numa economia de tipo mista: um plano de governo para o qual a economia deveria ser estruturada num balanço entre o livre mercado e o planejamento estatal. A partir de tal balanço, ter-se-ia uma base de sustentação para a expansão econômica e para o desenvolvimento da democracia¹⁵⁹.

O relativo consenso que a administração Truman conseguiu granjear entre as forças políticas no interior dos EUA em relação à sua política externa não pôde se repetir no âmbito de sua política interna, em grande medida devido à própria retórica exagerada dos democratas no que concernia à ameaça comunista no mundo. Tal retórica abriu espaço para uma atuação mais sistemática das mais variadas correntes anticomunistas no país, de modo que, pelo fim da década de 1940 e início da de 1950, havia nos EUA uma espécie de amálgama de grupos e instituições anticomunistas com agendas políticas diversas. Entre eles, um grupo de órgãos oficiais¹⁶⁰ ganhava cada vez maior destaque junto à população norte-americana ao proceder a uma verdadeira escalada anticomunista de caráter conservador, a qual os democratas liberais em torno de Truman não souberam, ou não puderam, frear e que abriu caminho para a ascensão da prática persecutória aos membros do Partido Comunista (CPUSA) e a supostos

¹⁵⁸ KENNAN, George. *Op. Cit.*

¹⁵⁹ SCHLESINGER, Arthur. Not Right, Not Left, But a Vital Center. *New York Times Magazine*, Sunday, April 4, 1948. HAYNES, John E. *Op. Cit.* e POWERS, Richard Gid. *Op. Cit.* O *new liberalism* era uma tentativa de revitalização, no pós-guerra, das políticas do *New Deal*, de Franklin Roosevelt, com reformas internas calcadas no planejamento e nas expansões do estado regulador e nos benefícios do “bem-estar” social (*social welfare*).

¹⁶⁰ Órgãos como Comitê de Atividades Antiamericanas do Congresso (HUAC), liderado por J. Parnell Thomas, acompanhado de perto por Richard Nixon, o Subcomitê de Segurança Interna do Senado (SSIS), liderado por Pat McCarran, o Comitê de Operações Governamentais (GOC), liderado por Joseph McCarthy, e o *Federal Bureau of Investigations* (FBI), liderado por John Edgar Hoover.

comunistas dentro e fora de órgãos oficiais nos Estados Unidos, o que ficou conhecido por *macarthismo*¹⁶¹.

O mergulho conservador em busca de elementos subversivos no país, especialmente em órgãos de estado, foi a saída encontrada pelo Partido Republicano para atacar Truman e os “*new dealers*” da Era Roosevelt em torno dele, após a inesperada reeleição do democrata, em 1948¹⁶². Pelos quatro anos seguintes, a acusação republicana de que os democratas eram muito condescendentes com os comunistas dominou a política norte-americana. Nesse cenário, as investigações de supostos casos de espionagem, principalmente aqueles que envolviam físicos teóricos, teriam um papel central.

A questão com os físicos teóricos, como Oppenheimer, sustentava-se na ideia de que muitos deles comporiam uma rede de espionagem soviética infiltrada no governo, inclusive nos principais órgãos de inteligência, ocupada, particularmente, em roubar os segredos atômicos dos Estados Unidos em favor da União Soviética.

Para os grupos conservadores, dominados em grande parte por republicanos, trazer tais casos a público era essencial para evidenciar a suposta fragilidade em que o país se encontrava com Truman e os “*new dealers*” no poder, já que estes eram acusados de engendrar políticas permissivas ao crescimento do comunismo e à sua penetração no país. O apelo que tais casos, paulatinamente, ganhavam junto à opinião pública nos Estados Unidos foi de tal ordem que até mesmo alguns legisladores democratas ligados ao *Americans for Democratic Action (ADA)*¹⁶³, como Humbert Humphrey, votaram a favor de leis como o *McCarran Act*, cuja aplicação se fazia em flagrante desrespeito às liberdades civis¹⁶⁴.

A vitória nas eleições presidenciais de 1952 do candidato pelo Partido Republicano, Dwight D. Eisenhower, com um discurso, aliás, alinhado ao entendimento de que os

¹⁶¹ Cf: SCHRECKER, Ellen. *Op. Cit.* Ademais, parece ter sido em torno da questão do *macarthismo* que o Comitê Americano pela Liberdade da Cultura, a sede norte-americana do CCF, dividiu-se. Alguns membros mais conservadores preferiam abster-se em relação ao senador, enquanto outros, liberais, rejeitavam associar-se a qualquer anticomunista que apoiasse ou não condenasse Joseph McCarthy. Sobre essa divisão e sobre suas consequências sobre a linha política adotada pela Associação Brasileira do Congresso pela Liberdade da Cultura ver, respectivamente: POWERS, Richard Gid. *Op. Cit.* e CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil e os Outros. Op. Cit.*

¹⁶² THEOHARIS, Athan. *The Politics of Scholarship: Liberals, Anti-Communism, and McCarthyism*. Disponível em: <<http://www.writing.upenn.edu/~afilreis/50s/theoharis.html>>. Acesso em: 21 de mar. 2011.

¹⁶³ O grupo do *Americans for Democratic Action (ADA)*, braço do partido Democrata, foi fundado, em 1947, com a intenção de se estabelecer como grupo liberal de destaque na política norte-americana, rompendo de maneira definitiva com os liberais da Frente Popular ao negar qualquer proposição de conciliação com o Kremlin. Cf: POWERS, Richard Gid. *Op. Cit.* e HAYNES, John E. *Op. Cit.*

¹⁶⁴ Idem. *Op. Cit.* A população norte-americana, como afirma o historiador Sidnei Munhoz, vivia um período de verdadeira histeria coletiva. Cf: MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. *Op. Cit.*

democratas pouco haviam feito para conter os comunistas, parecia uma indicação de que haveria um recrudescimento das políticas anticomunistas¹⁶⁵.

No início de seu governo, Eisenhower, além de optar rapidamente pela execução do casal Rosenberg, expandiu o sistema de segurança de funcionários do governo federal, iniciado em 1947, por Truman, sob o argumento de que o programa do democrata era ineficaz. Por efeito dessa medida, muitos funcionários do governo – cerca de 1456 pessoas – foram desligados de suas funções, o que parecia justificar as acusações dos republicanos de que os democratas eram condescendentes com os comunistas¹⁶⁶. O problema para Eisenhower era que o setor mais conservador do Partido Republicano – *old right* – mostrou-se descontente com o conservadorismo moderado do Presidente e, nesse aspecto, o senador republicano Joseph McCarthy teria um papel fundamental¹⁶⁷.

McCarthy, como Richard Nixon, que antes presidira o HUAC, concentrava seus ataques na suposta fragilidade da segurança interna dos Estados Unidos em relação ao comunismo e na também suposta incapacidade da administração Truman de evitar que a China “caísse” sob o regime comunista. Para o Senador, a relutância do Departamento de Estado em ajudar o grupo de Chiang Kai-shek, aliado norte-americano naquele país, devia-se ao fato de que havia comunistas infiltrados no órgão e que o Departamento não soubera removê-los.

O Senador do estado do Wisconsin atuava, em grande medida, de modo a contemplar aquilo que a *old right* reclamava: a exposição e desmoralização dos democratas liberais – defensores do que Arthur Schlesinger nomeara politicamente de *Vital Center*¹⁶⁸ –, que, de acordo com esse setor mais conservador do Partido Republicano, haviam traído os Estados Unidos, um grupo que abarcava os líderes do Partido Democrata, os quais McCarthy incluía em seus mais tórridos discursos. A administração de Dwight Eisenhower, no entanto, não

¹⁶⁵ O vice do general, Richard Nixon, consagrava essa visão em seu tema de campanha, concentrado na tríade “Corrupção, Comunismo e Coreia”. Nixon, aliás, alcançara notoriedade justamente por sua atuação no Comitê de Atividades Antiamericanas do Congresso (HUAC) por meio do qual ele havia podido expor as supostas fragilidades da segurança interna do país, particularmente ao “provar” que Alger Hiss, o arquétipo do “*new dealer*” e um destacado funcionário do Departamento de Estado, era um espião soviético. HAYNES, John E. *Op. Cit.*

¹⁶⁶ Idem, pp. 174 e 175.

¹⁶⁷ A *old right* era uma organização conservadora, cujos membros, em sua grande maioria, eram ligados ao Partido Republicano. A organização calcava sua atuação numa espécie de “libertarismo” e no liberalismo clássico do *Laissez faire*. Opôs-se à entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial e, com veemência, às políticas do *New Deal*, desde sua implementação por Franklin Roosevelt, nos anos 1930. Cf: POWERS, Richard Gid. *Op. Cit.*

¹⁶⁸ O *Vital Center* do historiador Arthur Schlesinger sistematizava o plano de governo, a que nos referimos anteriormente, calcado no balanço entre a livre iniciativa e a intervenção do Estado, a partir do que seria possível alcançar, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico e a democracia. SCHLESINGER, Arthur. *Not Right, Not Left, But a Vital Center. Op. Cit.*

parecia disposta a enveredar sua agenda política por esse caminho de oposição sistemática aos democratas liberais¹⁶⁹.

Em 1953, Eisenhower assumiu a presidência e o Partido Republicano tomou o controle do Congresso, de modo que os líderes republicanos esperavam que o senador McCarthy tivesse uma atuação mais comedida. Na tentativa de conter o Senador, conforme discute o historiador John Haynes no trabalho em que analisa o comunismo e o anticomunismo nos EUA por essa época, o partido ofereceu a McCarthy a chefia do Comitê de Operações Governamentais (COG), responsável pela eficiência de agências ligadas à Casa Branca. McCarthy, possivelmente, esperava pela chefia do Subcomitê de Segurança Interna do Senado (SISS), envolvido diretamente com a questão do comunismo interno. A nomeação ao COG abria-lhe um único e prioritário alvo para suas investigações na administração Eisenhower: o próprio governo¹⁷⁰.

No novo cargo, a primeira incursão de McCarthy contra o governo, e, desse modo, em prejuízo da administração Eisenhower, deu-se em função da nomeação do diplomata de carreira, Charles Bohlen, para a embaixada de Moscou. O Senador exigia que o Presidente retirasse a nomeação, uma vez que Bohlen teria ligações comunistas e, por isso, influíra para que Roosevelt adotasse a postura ingênua que teria tomado ante os soviéticos na Conferência de Yalta. O Presidente, no entanto, recusou-se a atender McCarthy.

O Senador voltou-se, então, para um alvo mais indefeso: a *International Information Agency* (IIA), predecessora da *United States Information Agency*. Os programas de informação não eram vistos com bons olhos por muitos republicanos, particularmente porque a grande maioria dos oficiais da IIA apoiavam as políticas do *New Deal*. McCarthy especificou seu ataque às bibliotecas da agência espalhadas pelo mundo, afirmando serem fontes de propaganda subversiva na medida em que incluíam livros escritos por comunistas ou autores afeitos à causa. Consequentemente, a IIA foi levada a retirar uma porção de títulos das prateleiras de suas bibliotecas, entre eles livros escritos por Arthur Schlesinger – uma das figuras chave da administração Truman – e, no caso de autores brasileiros, por Gilberto Freyre¹⁷¹.

A investida do Senador republicano contra a IIA não apenas feriu a imagem da agência, como, sobretudo, marcou a cisão entre a administração Eisenhower e McCarthy e seus aliados da *old right*.

¹⁶⁹ POWERS, Richard Gid. *Op. Cit.* e HAYNES, John E. *Op. Cit.*

¹⁷⁰ Idem. *Op. Cit.*

¹⁷¹ Títulos repostos após McCarthy voltar-se para outro alvo. HAINES, Gerald K. *Op. Cit.*

Por essa época, formalizava-se uma coalizão de forças políticas cujo intuito era desacreditar o Senador junto à opinião pública. McCarthy, no entanto, aprofundava suas críticas ao governo, passando, então, a direcionar seus ataques ao Exército dos Estados Unidos, sob a alegação de que havia comunistas infiltrados no órgão. Além da coalizão formal que se reunia contra ele, o novo alvo do Senador, não só gozava de enorme prestígio junto ao público norte-americano, como implicava diretamente Eisenhower. O Presidente, que fora um dos grandes responsáveis pelas ações militares dos Estados Unidos na Segunda Guerra, via Joseph McCarthy envolver em suas acusações muitos dos oficiais com os quais servira durante o conflito.

A administração Eisenhower, então, articulou o Exército de modo que não apenas se defendesse das acusações do Senador, mas contra-atacasse. A ação do Exército nesse sentido destruiu a reputação de McCarthy junto à opinião pública norte-americana – o que, pouco depois, em dezembro de 1954, o Senado dos Estados Unidos consagrou, em votação, ao censurá-lo.

Foi por essa época que a *United States Information Agency* passou a veicular notícias e artigos sobre o senador Joseph McCarthy. No dia 12 de dezembro, a agência veiculou um artigo, escrito por Thomas J. Marshall, no *Correio da Manhã*. O artigo, publicado na nona página do segundo caderno, sem grande destaque, tratava das reações de amplos setores da sociedade norte-americana contra o ataque público do Senador do Wisconsin ao Presidente e sua administração.

Quando o senador Joseph McCarthy foi censurado por desacato, na semana passada, e “Condenado” – segundo a linguagem da resolução – por faltar ao respeito à Comissão que recomendou o processo quase todo mundo pensou que o mero testemunha da maioria do Senado não traria maiores conseqüências. Porém uma vez mais os “peritos” se equivocaram.

Embora o próprio senador McCarthy tenha a princípio afirmado que pouco lhe importava a resolução condenatória e que nada interromperia sua pesquisa de comunistas, agora parece que a grande maioria de votos em favor da censura o feriu profundamente, levando-o a adotar represálias políticas. Assim se explica o fato do senador McCarthy haver atacado o presidente Eisenhower, ao cabo de alguns dias, por haver o presidente felicitado dois senadores que figuraram no movimento de censura. O ataque ao presidente, no qual este foi acusado também de “pusilanidade em favor do comunismo interno e externo, provocou uma onda imediata de reputação por parte da Secretaria da casa Branca. (...)

Um dos resultados imediatos foi a abrumadora reação dos jornais contra o senador McCarthy, até entre os periódicos que geralmente o defendem e elogiam seus editoriais. Muitos legisladores reagiram do mesmo modo. O “Washington Post and Times Herald”, e os republicanos em geral, se manifestaram indignados pela

intensidade do ataque ao presidente. (...) – o caso parece uma divisão irreparável nas fileiras do Partido Republicano¹⁷².

Por um aspecto, possivelmente, era importante dar publicidade ao ataque de McCarthy a Eisenhower e ao Departamento de Estado, na medida em que essa postura elucidaria o distanciamento entre o Senador e a administração do general. O próprio título do artigo de Thomas Marshall da USIA maneja o entendimento de que o Senador estava isolado: “*Reação geral dos Estados Unidos contra o ataque do senador McCarthy ao presidente Eisenhower.* (grifo nosso)”

Em maio de 1954, num mesmo dia, o *Correio da Manhã* publicou outras duas notícias sobre McCarthy, dessa vez veiculadas pela *United Press* (UP) e pela *France Presse* (FP). As duas notícias publicadas na primeira página do periódico faziam tratamento similar ao dispensado pela *United States Information Agency*, no artigo de dezembro, escrito por Marshall. É possível inferir, acompanhando o que foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho, que a cobertura realizada pelas agências internacionais de notícias, no caso a UP e a FP, satisfazia o entendimento dos oficiais da agência de informação e propaganda em relação a McCarthy. Isto é, produziam o entendimento de que havia um afastamento entre as práticas do presidente Dwight Eisenhower e as do senador Joseph McCarthy. Ao ataque “irracional” de McCarthy a Eisenhower, este respondia, conforme as notícias, com uma “admirável” postura de apenas orientar os funcionários do governo a não responderem ao Senador do Wisconsin. “*Sua ordem*”, como dizia a notícia, “*fora tão somente ditada pela preocupação de preservar a separação constitucional entre o poder executivo e o legislativo.*”¹⁷³

Esse aspecto da abordagem do tema “McCarthy”, isto é, a ênfase positiva à maneira como se atuava na vida política nos EUA – como a postura do presidente Eisenhower ante o ataque de McCarthy parece elucidar – ficou mais evidente com uma outra notícia veiculada pela USIA no *Correio da Manhã*. Publicada na página 4 do primeiro caderno desse jornal, a notícia relatava que o escritor norte-americano William Faulkner, após sua breve visita à cidade de São Paulo, onde participou de um Congresso de Escritores, em 1954, havia dito que “*as perguntas mais correntes [sobre a vida nos Estados Unidos feitas a ele pela população brasileira] referiam-se à segregação [racial] e ao senador Mac Carthy (sic): representa ele verdadeiramente os Estados Unidos? Na negativa, por que ele desempenha esse papel?*”.

¹⁷² MARSHALL, Thomas J. Reação geral dos Estados Unidos contra o ataque do senador McCarthy ao presidente Eisenhower. In: *Correio da Manhã*. Ano LIII, n.º ?, 12 de dezembro de 1954, cad. 2, p. 9.

¹⁷³ MCCARTHY ACUSA EISENHOWER. In : *Correio da Manhã*. Ano LIII, n.º ?, 25 de maio de 1954, cad. 1, p. 1. e EISENHOWER E MAC CARTHY. In : *Correio da Manhã*. Ano LIII, n.º ?, 25 de maio de 1954, cad. 1, p. 1.

Perguntas que o próprio escritor respondeu, afirmando que “(...) *era possível um Mac Carthy (sic) nos Estados Unidos porque todas as pessoas em nosso país têm a liberdade de dizer o que pensam.*”¹⁷⁴

Com os relatos de Faulkner, a agência tentava evidenciar que McCarthy não representava os Estados Unidos, distanciando-o do governo Eisenhower, mas que era-lhe possível expressar suas opiniões em virtude de que no país vivia-se sob a égide da liberdade.

Após a passagem de William Faulkner por São Paulo, o USIS no Brasil deu o assunto “McCarthy” por encerrado – ao menos nos jornais *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa* –, sem, afinal, esclarecer porque essa mesma liberdade não era garantida, por exemplo, aos vários intelectuais e artistas norte-americanos acusados de promover práticas subversivas no país. Num certo sentido, tanto nos Estados Unidos, com o macarthismo, como na União Soviética, com a reconstrução, após a Segunda Guerra, do aparelho repressor de Stálin, o conflito de Guerra Fria serviu como justificativa para reprimir e controlar as populações dos dois países¹⁷⁵ – prática que o governo brasileiro, à sua maneira, também engendrou¹⁷⁶. Permeava tais estratégias, a manipulação do duplo aspecto do átomo: o lampejo de seu potencial de mover os maquinários das indústrias e acender as lâmpadas das casas e a nuvem em forma de cogumelo que segue a explosão dos projéteis atômicos. Os “dois escorpiões presos em uma garrafa”, de Oppenheimer, parecem elucidar em torno de qual aspecto do átomo pautaram-se as políticas no cenário de Guerra Fria.

¹⁷⁴ IMPRESSÕES DE WILLIAM FALKNER SOBRE O BRASIL. In: *Correio da Manhã*. Ano LIII, n.º ?, 22 de outubro de 1954, cad. 1, p. 4.

¹⁷⁵ MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Org.). *O Século sombrio: uma história geral do século XX. Op. Cit.*

¹⁷⁶ MUNHOZ, Sidnei. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). *Diálogos* (Maringá), v. 6, pp. 41-59, 2002 e LEVINE, Robert. Brazil's Jews during the Vargas Era and After. *Luso-Brazilian Review*. Vol. 5, n.º 1 (Summer, 1968), pp. 45-58.

CAPÍTULO 3

3.ÉBANO E MARFIM: AS RELAÇÕES RACIAIS NOS ESTADOS UNIDOS E A ATUAÇÃO DA *UNITED STATES INFORMATION AGENCY*

*Todas as raças e religiões, isso é a América para mim*¹⁷⁷.

Frank Sinatra, no filme ganhador do Oscar de 1945, *The House Live In*.

Ele tocava com os olhos fechados, deixando fluir daquele espaço interior da música coisas que nunca haviam existido. Ele foi o primeiro gênio que eu vi. É impossível exagerar o que significa para um garoto sulista de 16 anos ver um gênio pela primeira vez num negro. Nunca víamos negros que não fossem serviçais. Louis [Armstrong] abriu meus olhos e me ofereceu uma escolha. Dizia-se que os negros eram toleráveis em seus devidos lugares. Mas qual seria o “lugar” para tal homem e para as pessoas de sua raça?

Charlie Bloch, aos 16 anos¹⁷⁸.

No momento em que escrevo estas palavras, primavera de 1958, não há provavelmente nenhuma grande cidade no mundo onde não esteja tocando um disco de Louis Armstrong, Charlie Parker, ou de algum músico influenciado por esses artistas (...).

Eric Hobsbawn, *História Social do Jazz*, p. 28.

Encenada pela primeira vez em 1728, a balada satírica *Ópera dos Mendigos* (*The Beggar's Opera*), do autor inglês John Gay, foi uma das peças de teatro de maior sucesso popular do século XVIII. A peça baseava-se no argumento de que os ladrões e tipos tais que habitavam a prisão de Newgate, na Inglaterra, espaço em que o enredo se desenvolve, eram iguais às pessoas que se podiam encontrar nos altos postos de governo; a natureza humana seria, pois, a mesma em qualquer parte. A personagem principal é Macheath, um tipo heróico, o barão da ralé, caçado pelos pais de duas mulheres que disputam seu amor.

Dois séculos depois, em 1927, o dramaturgo Bertolt Brecht começou a retrabalhar o texto da peça de John Gay, a partir da tradução para o alemão feita por sua secretária, Elisabeth Hauptmann. Reescrita como *Ópera dos Três Vinténs* (*Dreigroschenoper*), a peça de Brecht muito pouco se assemelhava à original, embora ambas buscassem uma forma de arte não elitista e socialmente relevante¹⁷⁹.

A mudança mais sensível entre as duas peças far-se-ia sentir na personagem principal, Macheath, que em Brecht passava a ser Mackie Messier, ou Mack the Knife: um anti-herói, um gangster que se refere a si mesmo como um “homem de negócios” – na realidade apenas

¹⁷⁷ Do original em inglês: *All races and religions, that's America to me*.

¹⁷⁸ Anos depois de assistir a apresentação de Louis Armstrong, tornar-se-ia professor renomado de Lei Constitucional na Universidade de Yale e atuaria, em 1954, como voluntário, na equipe de advogados que viria a convencer a Suprema Corte no caso “Brown”.

¹⁷⁹ CHAMBERLAIN, Jane H. Threepenny politics in translation. In: *The Newsletter of Literary Division*. n.º 45, Summer 2009.

um seu jamais alcançado desejo, não apenas pelas possibilidades de lucro, mas, sobretudo, para ter sua ação legitimada num mundo que se fechava, cada vez mais, para as práticas do “malandro”, que ele, representativamente, encenava.

Para Mack,

nós artesãos de classe média baixa que trabalhamos com singelos pés-de-cabra nas caixas registradoras de pequenos lojistas, estamos sendo arruinados por grandes empresas apoiadas por bancos. O que é uma gazua para um cofre de banco? O que é um assalto de um banco para a fundação de um banco? O que é o assassinato de um homem perto do emprego de um homem?¹⁸⁰

Brecht não fazia, pois, o nivelamento da natureza dos homens como John Gay. A questão, para ele, não era essa. A personagem principal do dramaturgo alemão não era imoral, como Macheath de Gay, mas amoral. Mack the Knife não deseja poder, mas um meio de sustento. Era como se Brecht dissesse que não é possível falar de moralidade sem haver condições de sobrevivência.

Era uma mudança de entendimento fundamental em relação à peça de Gay e não sem motivo. De acordo com o próprio Brecht,

A Ópera dos Três Vinténs apresenta certas concepções burguesas, não somente como tema – pelo simples fato de apresentá-las no teatro – mas também na maneira de apresentar este tema. É uma espécie de relatório do que o espectador deseja ver da vida no teatro. Como porém o espectador vê coisas que não desejaria ver, como vê seus desejos não apenas saciados mas criticados (vê-se não tanto como sujeito, mas como objeto), ele encontra-se teoricamente capaz de atribuir ao teatro uma nova função¹⁸¹.

O texto de Brecht, nesse sentido, estava atravessado por uma crítica ao capitalismo, isto é, por uma compreensão de que, em uma sociedade produtora de desigualdades e estados de miséria, como a capitalista, não poderia haver moralidade. "*Coma primeiro, a moralidade vem depois*", dizia Mack. Sob certo ponto de vista, havia aí um acolhimento das ações de Mack the Knife, um elogio ao seu tipo “malandro” – entendimento que, anos depois, Chico Buarque de Hollanda imprimiria à sua *Ópera do Malandro*, a partir de uma releitura dos trabalhos de Brecht e de Gay.

¹⁸⁰ Do original em inglês: We artisans of the lower middle classes who work with honest jimmies on the cash boxes of small shopkeepers, are being ruined by large concerns backed by the banks. What is a picklock to a bank share? What is the burgling of a bank to the founding of a bank? What is the murder of a man to the employment of a man?

¹⁸¹ BRECHT, Bertolt. “Notas sobre ‘A ópera dos três vinténs’”. In: *Teatro dialético*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967, p. 67.

A música mais famosa da *Ópera dos Três Vinténs* – cujo sucesso extrapolaria o da peça – era *The Ballad of Mack the Knife*, ou, simplesmente, *Mack the Knife*. Escrita pelo próprio Brecht, a música apresentava quem era a personagem principal, Macheath – agora Mack the Knife – seus crimes e o ambiente de desigualdade social em que estava inserida, sugerida na contraposição entre “Darkness” (escuridão) e “Light” (luz), nas duas estrofes finais¹⁸²:

And the shark, he has teeth
And he wears them in his face
And Macheath, he has a knife
But the knife you don't see

On a beautiful blue Sunday
Lies a dead man on the Strand
And a man goes around the corner
Whom they call Mack the Knife

And Schmul Meier stays missing
As do some rich man
And his money has Mack the Knife,
On whom they can't pin anything.

Jenny Towler was found
With a knife in her chest
And on the wharf walks Mack the Knife,
Who knows nothing about all this.

And the minor-aged widow,
Whose name everyone knows,
Woke up and was violated
Mack, what was your price?

And some are in the darkness
And the others in the light
But you only see those in the light
Those in the darkness you don't see

But you only see those in the light
Those in the darkness you don't see

E o tubarão, ele tem dentes
E os usa em seu rosto
E Macheath, ele tem uma faca
Mas a faca você não vê

Em um belo domingo azul
Jaz um homem morto na rua*
E um homem vai virando a esquina
A quem chamam Mack the Knife

E Schmul Meier permanece desaparecido
Assim como algum homem rico
E seu dinheiro tem Mack the Knife
A quem eles não podem acusar de nada

Jenny Twoler foi encontrada
Com uma faca no peito
E pelo cais caminha Mack the Knife,
Que nada sabe sobre tudo isso

E a viúva menor de idade,
Cujo nome todos conhecem,
Acordou e foi violada
Mack, qual era seu preço?

E alguns estão na escuridão
E outros estão na luz
Mas você só vê aqueles na luz
Aqueles na escuridão você não vê

Mas você só vê aqueles na luz
Aqueles na escuridão você não vê.

*Strand é o nome de uma rua de Londres.

Em 1950, auge da Guerra Fria, o dramaturgo norte-americano Marc Blitzstein, ex-comunista desde 1949, começou a trabalhar uma tradução para o inglês da peça de Brecht e, subsequentemente, na tradução da canção *Mack the Knife*. Nela, com a tradução de Blitzstein,

¹⁸² CHAMBERLAIN, Jane H. *Op. Cit.*

os crimes cometidos pela personagem ficam apenas sugeridos e contrapostos a uma repetição da palavra “dear” (querida). O dramaturgo norte-americano banalizou a versão de Brecht, reconhecendo apenas sutilmente a tensão entre *Darkness* (escuridão) e *Light* (luz) que, em sua versão, foi suprimida¹⁸³. A balada *Mack the Knife* era romantizada e reinscrita como diversão, quando foi eliminada a tensão social que Brecht enfatizara na música e na peça encenada pela primeira vez em 1928.

Oh the shark has pretty teeth, dear
And he shows them pearly white
Just a jack knife has MacHeath, dear
And he keeps it out of sight

Oh, o tubarão tem dentes lindos, querida
E ele os mostra, branco pérola
Apenas um canivete, tem Macheath, querida
E ele o mantém fora de vista

When the shark bites with his teeth, dear
Scarlet billows start to spread
Fancy gloves though wears MacHeath, dear
So there's not a trace of red

Quando o tubarão morde, com seus dentes, querida
Ondas escarlates começam a se espalhar
Luvas de fantasia, porém, veste Macheath
Então não há um traço de vermelho

On the sidewalk, Sunday morning
Lies a body oozing life
Someone's sneaking round the corner
Is the someone Mack the knife?

Sobre a calçada, Domingo de manhã,
Jaz um corpo escorrendo vida
Alguém esgueirando-se pela esquina
É esse alguém, Mack the Knife?

From a tug boat by the river
A cement bag's dropping down
The cement's just for the weight, dear
Bet you Mack is back in town

De um rebocador, junto ao rio, um saco de cimento
Inclinando-se para baixo
Yeah, o cimento é apenas para o peso, querida
Aposto com você que Mack está de volta à cidade

Louie Miller disappeared, dear
After drawing out his cash
And MacHeath spends like a sailor
Did our boy do something rash?

Veja aqui Louie Miller, desaparecido, querida
Após o desenho, sumiu seu dinheiro
E Macheath gasta, como um marinheiro
Faz o nosso menino alguma coisa precipitada?

Sukey Tawdry, Jenny Diver
Polly Peachum, Lucy Brown
Oh the line forms on the right, dear
Now that Mack is back in town.

Sukey Tawdry, Jenny Diver,
Lotte Lenya, a doce Lucy Brown
Oh, os vultos se formam, querida
Agora que Mack está de volta à cidade.

Pouco depois, em 1956, o trompetista Louis Armstrong, uma das figuras de maior relevo da cultura norte-americana do século XX, imortalizou a música de Bertolt Brecht no ritmo sincopado do jazz. Mas o fez na versão traduzida de Marc Blitzstein. Depois de Armstrong, Bobby Darin, Ella Fitzgerald e Frank Sinatra integraram *Mack the Knife* a seus repertórios, escolhendo, tal como o trompetista, a versão norte-americana e, cada qual, pouco

¹⁸³ Idem.

a pouco, foi aprofundando o processo de diluição da tensão social impressa pelo dramaturgo alemão na original¹⁸⁴. A música de Brecht de uma crítica ao capitalismo ganhou novo sentido.

A trajetória da canção *Mack the Knife* é uma metáfora dos processos de reinscrição das ideias, o que envolve posições políticas que, por vezes, estão associadas ou próximas a leituras de mundo por grupos partidários, como é o caso da reescrita da peça de Gay por Brecht, que, em 1929, ingressou no Partido Comunista. Processo semelhante ocorreu em relação à cultura dos negros norte-americanos nos Estados Unidos, particularmente no que diz respeito ao jazz, no pós-Segunda Guerra.

O jazz, de fato, teve seu próprio desenvolvimento e ramificação no interior do país e fora dele, isto é, a música de jazz espalhou-se independentemente de qualquer atuação de governo¹⁸⁵. Mas é interessante pensar o seu uso, sua exaltação, exportação e sua reinscrição como vitrine da cultura norte-americana pelos serviços de inteligência do governo dos EUA e pela *United States Information Agency*, nos anos de Guerra Fria.

Neste terceiro capítulo, nossa intenção é discutir como, nesse período, a *United States Information Agency*, ao lado do Departamento de Estado, lidou com a questão da segregação racial no interior dos Estados Unidos. Ou seja, analisar como esses órgãos conduziram o entendimento sobre o problema pelo argumento de que nos EUA havia mobilidade social; isto é, o sistema capitalista norte-americano engendraria a superação do problema da segregação e, por isso, era preciso avaliá-lo numa base factual e no contexto de constante melhoria da vida dos negros no país. Exaltar o negro, sua cultura, sua participação nos meios artísticos, intelectuais e esportivos foi uma das mais importantes estratégias de que a agência de informação e propaganda lançou mão.

Nosso objetivo é pensar como a USIA trabalhou a questão nos jornais brasileiros *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*. Há que se notar, no entanto, que as matérias publicadas nesses jornais acerca do tema não foram creditadas nominalmente à agência. Nosso entendimento, conforme discutido no primeiro capítulo deste trabalho, é o de que a *United States Information Agency* fez-se presente em notícias sem atribuição e que, para ela, o tratamento dispensado ao problema da segregação pelas agências internacionais de notícias,

¹⁸⁴ Essa diluição fica evidente principalmente na apresentação de *Mack The Knife* por Ella Fitzgerald, a propósito a primeira mulher a cantar a canção. “Ao vivo”, Ella esqueceu-se da letra, mas, bem humorada, improvisou e ainda elogiou Louis Armstrong. Depois de Ella Fitzgerald, Frank Sinatra também deixou sua marca de reinvenção, embora tomasse emprestada a mesma “fórmula” de Ella. A versão dos dois cantores pode ser ouvida em: <<http://www.youtube.com/watch?v=-feal-JIG8o>>. Acesso em: 04 de mai. 2011; e <<http://www.youtube.com/watch?v=mhwrB9XqVeE>>. Acesso em: 04 de mai. 2011.

¹⁸⁵ Cf. HOBSBAWN, Eric. *Op. Cit.*

cujos artigos, notícias e fotos foram veiculados nos referidos jornais, não fugia da estratégia pretendida pela agência.



"ZOOT", JAZZ E LINDA...
Correio da Manhã - 4 de janeiro de 1953

No início dos anos 1940, em plena Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos estavam profundamente envolvidos no esforço de guerra contra as forças do Eixo (Alemanha, Japão e Itália). Uma das consequências desse envolvimento foi a restituição da imagem de terra de oportunidades para o país, ao colocar um ponto final na Grande Depressão que o assolara desde os anos 1930. Nessa época, um grande número de mexicanos havia se mudado para o país, atraídos pelo sonho de bem-estar e prosperidade que seria possível alcançar nas terras ao Norte. Lá fixados, grande parte dos jovens mexicanos homens distinguiam-se assumindo uma identidade pelo uso dos trajes *Zoot*¹⁸⁶: chapéus de abas largas, paletós que se alongavam até os joelhos e de ombros largos, calças de cintura alta e sapatos.

Os trajes *Zoot* não haviam surgido com esses jovens, embora eles fossem, ao lado de filipinos e outros “latinos”, os típicos usuários da vestimenta. Nos bares dos subúrbios das grandes cidades norte-americanas, como Los Angeles, Chicago e Nova York, onde se tocava e se dançava a música de jazz e reinava a cultura negra, o *Zoot* vinha a se somar: indumentária, dança e música expressavam não apenas uma escolha de estilo, mas uma identidade grupal e uma afirmação de si. Com o *Zoot*, que se desprendia dos “civilizados ternos”, jovens dos subúrbios urbanos norte-americanos desejavam declarar não serem mais crianças, sem isso significar que haviam se “enquadrado” ao que o *establishment* esperaria de um adulto. Era, afinal, um posicionamento político. Conforme expressou o poeta e jornalista

¹⁸⁶ “Quanto à palavra ‘Zoot’, é simplesmente uma forma corrupta de ‘terno’. *New Yorker*, 19 June, 1946, p. 14. Zoot: super exagerado, aplicado à roupa. *The New Cab Calloway Hipster's Dictionary*, 1946.” Apud DANIELS, Douglas Henry. Los Angeles Zoot: Race "Riot," the Pachuco, and Black Music Culture. In: *The Journal of African American History*, Vol. 87, The Past before Us (Winter, 2002), p. 98.

Frank Marshall Davis, o *Zoot suit* era uma maneira de protestar que refletia o fato de que os órgãos oficiais nos Estados Unidos negavam aos negros, mexicanos e filipinos e outras minorias reprimidas residentes no país o direito à igualdade¹⁸⁷.

Em Los Angeles, para soldados e marinheiros das forças armadas norte-americanas e para uma grande parte dos residentes “brancos”, os trajes *Zoot* eram vistos como uma ameaça à segurança dos habitantes da cidade. A grande parcela de “brancos” de Los Angeles criou, por isso, uma atmosfera que encorajava a vigilância e punição dos norte-americanos de origem mexicana sob a justificativa de que estes teriam molestado as mulheres e namoradas “brancas” de soldados, por usarem trajes que violavam os códigos de conduta dos tempos de guerra (o estilo *Zoot* “sobrava pano” que faltaria aos uniformes dos soldados) e por serem mais agressivos do que uma minoria “*Black*” e “*Brown*” tinha o direito de ser¹⁸⁸. Era, em suma, uma assertiva da segregação racial no interior dos EUA.

Poucos anos depois, no início de janeiro de 1953, o jornal brasileiro *Correio da Manhã* trouxe uma notícia tratando dos trajes *Zoot* e da “cultura jazz” do Harlem nova-iorquino. Na notícia, constatava-se, de maneira a exaltar a produção cultural das “minorias” “*Black*” e “*Brown*”, que os jovens russos, encantados pela música de jazz, copiavam os hábitos de conduta dos negros e dos estudantes norte-americanos¹⁸⁹.

A matéria inseria-se, como veremos, na estratégia de recondução dos entendimentos da opinião pública mundial acerca do problema das relações raciais nos Estados Unidos. Tal estratégia, cuja intenção era evitar prejuízos à imagem do país no exterior, foi assumida, sobretudo, pela *United States Information Agency* em suas atividades junto às audiências internacionais.

No interior dos postos do *United States Information Service* havia um serviço especializado na coleta de informações junto às audiências internacionais (*Office of Research and Intelligence* – ORI). Uma das práticas de maior importância nesse trabalho eram as pesquisas de opinião pública, as quais tentavam cobrir, principalmente, reações a eventos específicos, o que permitiria aos serviços de inteligência do governo norte-americano

¹⁸⁷ DANIELS, Douglas Henry. *Op. Cit.*, pp. 99 e 105-107; e COSGROVE, Stuart. The Zoot-Suit and Style Warfare. *History Workshop Journal*. Vol. 18 (Autumn 1984) pp. 77-91.

¹⁸⁸ *Idem.*, p. 100.

¹⁸⁹ “ZOOT”, JAZZ E LINDA... OS ESTUDANTES RUSSOS ESTÃO COPIANDO HÁBITOS E GOSTOS DOS NEGROS E ESTUDANTES NORTE-AMERICANOS. In: *Correio da Manhã*. 4 de janeiro de 1953. Ano LII, n.º 18840, cad. 4, p. 11. Em janeiro de 1957, a United States Information Agency parecia conhecer o gosto dos jovens russos pelo Jazz. Cf: S-20-57 Jazz Has Firm Foothold in USSR. In: *Records of the U.S. Information Agency Part 1: Cold War Era Special Reports*, Series A: 1953–1963.

redefinir ou aprofundar estratégias de propaganda cultural e políticas domésticas e internacionais.

Atento ao fato de que as relações raciais no interior do país poderiam afetar sua imagem no exterior, o governo norte-americano solicitou à agência a realização de uma pesquisa a respeito do assunto. Foi assim que, em outubro de 1957, a USIA fez saber, entre os círculos superiores de inteligência do governo dos EUA, que os povos estrangeiros, até mesmo aqueles mais afeitos ao *American Way of Life*, como os da Noruega e da Grã-Bretanha, tinham uma opinião negativa quanto ao tratamento dispensado aos negros norte-americanos no interior do país¹⁹⁰.

Do ponto de vista governamental, a questão era ainda mais delicada, pois o Kremlin engendrara em seus programas de propaganda cultural um considerável esforço para explorar a ideia de que a segregação racial comprovava o argumento de que o capitalismo era responsável pela produção de desigualdades e estados de miséria. A segregação e a pobreza dos negros, no interior da maior potência capitalista, os EUA, particularmente no sul, o evidenciaria: a democracia funcionaria, enfim, apenas para alguns.

A União Soviética vinha tentando explorar o tema das relações raciais no interior dos EUA desde que o Comitê Executivo do Comintern¹⁹¹ fixou suas resoluções de 1928 e de 1930. Esta última, em particular, uma vez que deixou ainda mais clara a posição do Comitê em relação ao assunto. Compreendendo haver, no interior dos próprios Estados Unidos, uma nação oprimida (um *Cinturão Negro*) do ponto de vista racial e social, o Comintern estabelecia uma base de lutas em três pontos:

- 1- Confisco das propriedades de terra dos fazendeiros e capitalistas “brancos” em benefício dos fazendeiros negros;
- 2- Estabelecimento da União Estatal do *Black Belt*;
- 3- Direito de se auto-determinar¹⁹².

¹⁹⁰ HEGGER, Kenneth. W. *Race Relations in the United States and American Cultural and Informational Programs in Ghana, 1957-1966*. Disponível em: <<http://www.archives.gov/publications/prologue/1999/winter/us-and-ghana-1957-1966-2.html>>. Acesso em: 05 de fev. 2010.

¹⁹¹ A Terceira Internacional Comunista (*Comintern*), organização internacional fundada em 1919, em Moscou, tinha por objetivo derrubar a burguesia internacional e criar uma república soviética internacional como uma fase de transição até que fosse possível abolir completamente o Estado.

¹⁹² *The 1928 and 1930 Comintern Resolutions on The Black National Question In The United States*. Disponível em: <www.marx2mao.com/Other/CR75.html>. Acesso em: 4 de jan. 2010.

Não nos parece sem motivo, nesse sentido, que Bertolt Brecht – um membro do Partido Comunista –, após um período na região da Escandinávia e na União Soviética, tenha chegado, em 1942, aos Estados Unidos, com a ideia de encenar, em Nova York, a *Ópera dos Três Vinténs* com um elenco inteiro de artistas negros¹⁹³. Nos palcos, se a peça fosse encenada, oportunamente, apareceriam juntas as misérias de sujeitos como Mack the Knife e do negro norte-americano, ambas resultado, conforme a propaganda cultural do Kremlin, do sistema capitalista.

As questões do preconceito e da discriminação raciais ganharam importância tamanha nas décadas de 1950 e 1960 porque vieram a afetar, profundamente, a imagem dos EUA no exterior. Os serviços de inteligência do governo dos Estados Unidos reconheciam o fato de que a habilidade do país de promover, ou prometer, a democracia a todos os países sob sua influência ficava seriamente embaraçada em face da discriminação e segregação raciais no país¹⁹⁴. E essa era uma questão importante, uma vez que os processos de modernização da América Latina e descolonização da África e da Ásia, por essa época, reposicionavam essas regiões no mapa da batalha política da Guerra Fria. Num período de aproximadamente quinze anos, de 1945 a 1960, um quarto da população mundial (cerca de 800 milhões de pessoas) viria a reorganizar-se politicamente e a fazer peso na balança das relações internacionais¹⁹⁵.

À *United States Information Agency* coube, nesse processo, a incumbência de redimensionar a história das relações raciais nos Estados Unidos. A agência propunha que se reconhecesse o problema, mas no interior de um argumento que afirmasse, acima de tudo, a história norte-americana como símbolo da democracia. O tratamento dispensado pela USIA ao material que veiculava no exterior deveria, portanto, colocar o problema da segregação numa base factual, fornecendo às mídias internacionais informações, declarações oficiais e sugerindo aos editores estrangeiros amigáveis à causa norte-americana que indicassem em suas publicações o progresso em direção à integração racial no país¹⁹⁶.

O *Correio da Manhã*, em 20 de maio de 1953, por exemplo, publicou uma nota que tratava do posicionamento do presidente norte-americano, o republicano Dwight D. Eisenhower, diante do problema do preconceito racial. A nota, de título com letras garrafais:

¹⁹³ CHAMBERLAIN, Jane H. *Op. Cit.*

¹⁹⁴ Cf: DUDZIAK, Mary. L. *Cold War Civil Rights: race and the image of American democracy*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2000.

¹⁹⁵ DIZARD, Wilson P. *Op. Cit.*

¹⁹⁶ DUDZIAK, Mary. L. *Op. Cit.*, pp. 49 e 142. A agência lançou mão, também, da produção e exibição de filmes e da programação da *Voice of America* para tratar da questão.

“*Eisenhower é Anti-racista*”, destacava um discurso proferido pelo Presidente num jantar cujo propósito era arrecadar verbas para a construção de uma escola para crianças negras:

Eisenhower presidiu hoje ao jantar organizado nesta cidade [, Washington,] para angariar fundos para a construção de colégios para pessoas de raça negra, nos Estados Unidos. Tomando a palavra, afirmou que não podia haver nos Estados Unidos, ‘cidadãos de segunda categoria’. Somos todos filhos de Deus, apesar dos fatores sem importância sobre os quais não possuímos qualquer controle, acrescentou o Presidente. Concluiu afirmando que fora sempre contra a ‘teoria’ que estabelece distinções de raça, cor e credo religioso¹⁹⁷.

Por essa época, a questão da integração racial nas escolas era debatida na Suprema Corte dos Estados Unidos, no processo “Brown contra o Conselho de Educação”. Em 1954, no “foro” decidiu-se pela integração entre brancos e negros nos estabelecimentos de ensino público norte-americanos, o que se reconheceu como um importante movimento pelo fim da divisão entre cidadãos de “primeira e de segunda categoria”. A partir daquele maio de 1954, tornava-se inconstitucional a segregação racial nas escolas públicas dos Estados Unidos. A decisão da Suprema Corte teve o impacto positivo esperado pelos serviços de inteligência do governo norte-americano nas audiências internacionais: para citar um exemplo, o presidente do Conselho Municipal da cidade de Santos, no Brasil, enviou uma carta à embaixada norte-americana, ainda em maio de 1954, celebrando a decisão da Suprema Corte no caso Brown¹⁹⁸.

Internamente, no entanto, a inconstitucionalidade da segregação nas escolas, votada pela Suprema Corte, encontrou resistências importantes; o próprio presidente Eisenhower recusou-se a mostrar publicamente apoio à decisão. Os casos de segregação nas escolas permaneceriam, de fato, com grande força, especialmente nos estados do sul dos Estados Unidos. No estado do Alabama, por exemplo, um legislador reagiu enfaticamente à decisão da Suprema Corte ao afirmar que “*nós manteremos cada tijolo de nossa segregação intactos*”¹⁹⁹. Tal posição em relação à segregação ficaria ainda mais evidente com os acontecimentos em Little Rock, no estado do Arkansas.

Em 4 setembro de 1957, nove crianças negras, em que pese o fato de que se asseguravam numa decisão da Corte de Distrito de Arkansas, foram impedidas de entrar na Escola Secundária Central de Little Rock – reservada, até então, exclusivamente para estudantes brancos. Dois dias antes do ocorrido, o governador do estado, o democrata Orval

¹⁹⁷ EISENHOWER É ANTI-RACISTA. In: *Correio da Manhã*, Ano LII, n.º 18956, 20 de maio de 1953, cad. 1, p. ?.

¹⁹⁸ DUDZIAK, Mary L. *Op. Cit.*

¹⁹⁹ Idem, 110.

Faubus, havia declarado estado de emergência na cidade, alegando que, com a admissão das crianças negras na escola, era iminente o perigo de tumultos, protestos e violências a pessoas e propriedades. Barradas pela Guarda Nacional do estado, as crianças voltaram para casa escorraçadas por jovens e adultos brancos.

Seguiu-se uma cobertura mundial pela mídia em artigos e notícias, acompanhados de fotografias de crianças negras sendo impedidas de estudar por homens brancos, armados com rifles. Para desapontamento dos oficiais da USIA, o que se noticiava em tal cobertura – extensamente utilizada pela propaganda anti-americana do Kremlin – assombrou as audiências internacionais em relação ao que se passava com os negros nos Estados Unidos. Quando, após o ocorrido e toda sua repercussão no mundo, o governador Orval Faubus manteve sua posição quanto à segregação, a pequena Little Rock parecia estar pronta para novas demonstrações de racismo. Antes disso, Eisenhower enviou tropas federais à cidade para solucionar o problema, atento, sobretudo, à opinião pública internacional. Ele próprio reconhecia, no entanto, a dificuldade de se “*mudar o coração das pessoas meramente através de leis*” – a decisão da Suprema Corte, três anos antes, causara, “*dificuldades emocionais*” para ambos os lados (negros e brancos). Para o Presidente, ademais, os segregacionistas não eram maus: “*Tudo com que eles se preocupam é ver suas doces garotinhas sendo obrigadas a se sentarem ao lado de algum negro super-crescido.*”²⁰⁰. Possivelmente por isso, o Presidente preferisse arrecadar verbas para construir escolas voltadas exclusivamente para estudantes negros e não tenha se pronunciado quanto à decisão da Suprema Corte no caso Brown.

Em face de suas atribuições, a USIA, entretanto, não podia redimensionar o problema da segregação unicamente na defesa da construção de escolas para negros – o que, a seu modo, evidenciaria a necessidade de separação entre brancos e negros. A agência respondeu aos acontecimentos em Little Rock, ainda em setembro de 1957, em acordo com um memorando entregue para o Presidente no dia 24 daquele mês:

Como os propagandistas soviéticos baseiam seus ataques sobre o “terror racial” nos Estados Unidos, seguindo os desenvolvimentos recentes em Little Rock, o serviço de mídia da USIA vem tentando minimizar os danos sumarizando os eventos anti-integração numa base factual, fornecendo fatos, sempre que possível, para balancear itens sensacionalistas adversos, citando editoriais e declarações oficiais que indicam um determinado progresso em direção da integração, e informalmente sugerindo a editores amigáveis que procedam a um tratamento construtivo em relação ao tema²⁰¹.

²⁰⁰ Idem, 120 e 130.

²⁰¹ Do original em inglês: As the Soviet propagandists set up their attacks on 'racial terror' in the United States following recent developments in Little Rock, USIA media are attempting to minimize the damage by summarizing anti-integration events on a factual basis, supplying facts whenever possible to balance adverse

O jornal *Tribuna da Imprensa* procedeu a um tratamento ambíguo do tema das relações raciais nos EUA, veiculado na mídia impressa de todo mundo pelas principais agências internacionais de notícias.

Sob o título “*Novas Violências nos Estados Unidos*”, a *Tribuna* publicou com destaque, na quinta página do primeiro caderno da edição do fim de semana dos dias 28 e 29 de setembro, um conjunto de notícias, enfatizando aspectos do preconceito racial naquele país. Agressões contra negros no ensino superior e a resistência de jovens brancos a dividirem salas com negros, em Welch, na Virgínia. Little Rock não era, pois, evento isolado no desafio da integração das escolas públicas norte-americanas. Ademais, apresentou o argumento do Secretário de Defesa, Charles E. Wilson, de que as tropas federais não seriam necessárias por muito tempo na cidade do Arkansas, evidenciando que, aos poucos, as coisas caminhariam para uma “normalidade”, mas deixava entender que havia a necessidade de se impor a integração pela força.

Um incêndio destruiu hoje uma parte da Universidade para negros desta cidade [, Albany, Georgia]. (...) Os bombeiros e a polícia viram diversas pessoas sair correndo do edifício no momento em que o fogo irrompia e as autoridades municipais parecem certas de que o fogo foi ateadado propositalmente. (...) O Secretário de Defesa, Charles E. Wilson, declarou hoje confiar em que as tropas federais não permanecerão por muito tempo em Little Rock. (...) O Secretário de Defesa não ocultou seu desagrado pelo curso que tomaram os acontecimentos em Little Rock e comentou: “Não é coisa para deixar-nos alegres.” Cerca de 400 estudantes da Escola Secundária de Welch [,Virgínia,] recusaram-se, hoje, a assistir aulas em companhia de oito jovens negros e desfilaram pelo setor comercial da cidade conduzindo cartazes com a legenda “Apoiamos Little Rock”.²⁰²

No dia 1.º de outubro de 1957, quando ainda não havia completado um mês do ocorrido em Little Rock, o jornal dedicou toda uma página de seu primeiro caderno à discussão sobre a segregação racial no Estados Unidos, publicando seis notícias e duas fotografias.

As notícias e fotografias seguiam argumento semelhante àquele defendido por Eisenhower, embora demonstrassem a fragilização da imagem do Presidente ante o problema.

sensational items, quoting editorials and official statements which indicate steady determined progress toward integration, and informally suggesting to friendly editors possible constructive treatment. Idem, p. 142.

²⁰² NOVAS VIOLÊNCIAS NOS ESTADOS UNIDOS. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano IX, n.º 2352, 28-29 de setembro de 1957, cad. 1, p. 5. Outro exemplo de tal tratamento pode ser encontrado em: LUTA RACIAL PREVISTA EM NOVA ORLEANS. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano XII, n.º 2292, 11 de novembro de 1960, cad. 1, p. 6.; MENINO APUNHALADO PORQUE ERA NEGRO. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano XII, n.º 2296, 17 de novembro de 1960, cad. 1, p. 6.; BRANCOS DO ALABAMA DÃO NOS PRETOS. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano XIII, n.º 2448, 22 de maio de 1961, cad. 2, p. 5.; AGRAVA-SE A LUTA RACISTA NOS EUA. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano XIV, n.º 3008, 28 de março de 1963, cad. 1, p. 4.

Justificavam as dificuldades com a integração nas escolas em virtude de que o emprego da legislação estava se fazendo de maneira muito acelerada; não se respeitava, pois, o tempo necessário para que os brancos e negros se “acostumassem” com a nova situação, a qual alguns jovens brancos já se mostrariam abertos.



As tropas federais garantiram a integração dos negros na escola de Nashville

O CASO DE LITTLE ROCK.

Tribuna da Imprensa - 1 de outubro de 1957

(...) Foi o Supremo Tribunal quem decidiu, resolvendo mandado de segurança, que os pretos tinham direito a freqüentar qualquer escola, mesmo aquelas ‘exclusivas’, só para brancos. As tentativas de alguns pretos resultaram em pancadaria, greves e atentados. As escolas passaram a desconhecer a decisão, para evitar qualquer incidente. (...) Há um mês o congresso americano aprovou a (...) “Lei dos Direitos Civis”, estabelecendo, definitivamente, que os direitos dos pretos são iguais aos dos brancos do voto à freqüência nas escolas. Evidentemente, não se pensava em executar a lei imediatamente, com todo o seu rigor. Isso traria choques inevitáveis (...).²⁰³ (grifo nosso)

De Little Rock à Birmingham, as notícias dos incidentes mostram centenas e centenas de jovens envolvidos. (...) Mas a verdade é que os jovens do sul vinham aceitando a integração. Seus pais, muitas vezes, foram os responsáveis pela atitude dos rapazes contra seus colegas pretos. Quando os adultos saíram às ruas para agredir rapazolas pretos, a juventude transviada se sentiu no direito de fazer o mesmo. (...) Mas os que se comportaram com mais violência, e que por isso foram presos, já eram arruaceiros antes da integração, como provou a Polícia. Em Little Rock, por exemplo, de 1.400 estudantes só 10 tomaram parte ativa nas violências. Nenhum era bom estudante e todos tinham estado envolvidos em questões disciplinares. (...) Um inquérito do “Atlanta” diz que, em dez rapazes brancos, seis ‘não tem nada contra a integração’; três são contra por influência dos pais; e um é contra “porque não gosta de preto” (...). Mas todos os dez são contra as violências²⁰⁴. (grifo nosso)

Entretanto, o material publicado pelo jornal, sem qualquer atribuição – à exceção de um artigo escrito por Luiz Garcia, de Nova York –, estava investido de um “tom” pejorativo,

²⁰³ O CASO DE LITTLE ROCK. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano IX, n.º 2354, 1 de outubro de 1957, cad. 1, p. 6.

²⁰⁴ A JUVENTUDE TRANSVIADA. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano IX, n.º 2354, 1 de outubro de 1957, cad. 1, p. 6.

não apenas ao empregar o termo “preto” para designar os negros norte-americanos, mas também ao se abster de analisar evidências do tratamento desigual dado aos negros em relação aos brancos no interior dos Estados Unidos.

Um grupo de brancos atacou sete rapazes negros que pretendiam entrar numa escola exclusivamente para brancos. Aos gritos, usando paus, pedras, garrafas e pedaços de metal, caíram sobre os “negros sujos” – como chamavam aos pretos – quase os massacrando. A polícia interferiu, prendendo os brancos e um fotógrafo preto, que tentava fazer o flagrante. O fotógrafo teve sua máquina quebrada por um dos policiais.²⁰⁵ (grifo nosso)

Naquele ano de 1957, o *Correio da Manhã*, ao contrário da *Tribuna*, silenciou sobre os acontecimentos na pequena cidade do estado do Arkansas e outros casos de racismo nos Estados Unidos. Um ano após o ocorrido em Little Rock, o jornal veio a publicar uma notícia de destaque na primeira página da edição de 21 de setembro de 1958. A notícia, de título “*Estudantes aceitam a integração racial: pedida a reabertura das escolas ao governador Faubus*”, enfatizava, tal como procedera a *Tribuna da Imprensa*, que os estudantes brancos de Little Rock aceitavam a integração racial nas escolas pelo “*interesse de nossa cidade*”.

Um grupo de estudantes de Lycee Hall de Little Rock, informou numa petição dirigida ao governador Faubus seu desejo de reiniciarem seus cursos, “mesmo se estudantes negros qualificados” fossem admitidos no Liceu. “(...) Achamos que o nosso interesse e o interesse de nossa cidade pedem a reabertura imediata de nosso liceu, como estabelecimento público.” – declara a petição dos estudantes²⁰⁶.

Após um novo silêncio, o *Correio da Manhã* voltou a publicar notícia sobre o tema das relações raciais no caso “Little Rock”, em vista, especialmente, da passagem, pelo Brasil, do sociólogo norte-americano e presidente da Comissão de Direitos Cívicos do Congresso dos EUA, John A. Hannan.

A notícia sobre a visita de Hannan ao Brasil, com menor destaque, afirmava que, para o sociólogo, era injustificável a situação de alguns negros nos Estados Unidos, especialmente no sul do país. Era, ainda assim, possível explicá-la: o caso de Little Rock, por exemplo, teria ocorrido por efeito da organização federalista do país, a partir da qual competia a cada estado as diretrizes do sistema de educação de sua região: “(...) *esse culto da flexibilidade institucional, que torna as instituições muito mais duradouras, tem seu preço na lentidão com que se obtêm resultados.*”

²⁰⁵ O CASO DE LITTLE ROCK. In: *Tribuna da Imprensa. Op. Cit.*

²⁰⁶ ESTUDANTES ACEITAM A INTEGRAÇÃO RACIAL. In: *Correio da Manhã*. Ano LVII, n.º ?, 21 de setembro de 1958, cad. 1, p. 1.

Dito de outro modo, Hannan, conforme a notícia do *Correio*, reconhecia o problema, acreditava ser necessário fazê-lo, mas o situava num entendimento de que, se era verdade que a organização política norte-americana fosse responsável pelo problema da segregação racial, era também verdade que essa mesma organização garantia segurança institucional e a resolução do problema, ainda que lentamente. Ou seja, o sociólogo, conforme descrevia o referido jornal, defendia argumento semelhante àquele proposto pela *U. S. Information Agency*, da redenção da história norte-americana e do constante e perceptível progresso no sentido da integração racial no país²⁰⁷.

Anos antes, o redator chefe do *Correio da Manhã*, Pedro da Costa Rego²⁰⁸, tratara do tema das relações raciais nos Estados Unidos. Num artigo em seu espaço de costume, de destaque no jornal – a página 4 do primeiro caderno, que Getúlio Vargas teria dito “não conseguir ficar sem ler”²⁰⁹ – o jornalista afirmara que os negros, nos Estados Unidos, somavam um total de 15 milhões de habitantes; poucos, afinal, dizia, “(...) *mas bastantes para agravar o problema de sua presença e prolongá-lo com a intensidade prolífica da gente.*” A questão que colocara era que o aumento da população negra deveria fazer o branco aumentar seu ódio ao negro, mas isso não aconteceu. Ao contrário, esse ódio diminuía. “(...) *Em um quinquênio, de 1945 a 1950, houve só treze negros vítimas do furor coletivo que, antes, os sacrificava em número muitas vezes maior.*”²¹⁰ Os treze casos eram, nesse sentido e de acordo com o argumento do jornalista, fatos isolados numa história que deveria ser vista em uma perspectiva mais ampla, atentando-se às iniciativas do poder público nos Estados Unidos no que concernia a uma legislação igualitária para brancos e negros. “*Basta assinalar*”, Costa Rego afirmava,

que, há cinquenta anos, um terço da população negra era de analfabetos. Hoje, o índice é tão insignificante que não há praticamente analfabetismo entre os negros. Calculam-se em 130.000 os negros matriculados nas universidades, tanto quanto eram os universitários brancos há setenta anos.

E o jornalista prosseguia,

²⁰⁷ O NEGRO NOS ESTADOS UNIDOS. In: *Correio da Manhã*. Ano LIX, n.º ?, 21 de fevereiro de 1960, cad. 1, p. 6.

²⁰⁸ Além de jornalista, foi governador de Alagoas (1924-1928) e senador (1929-1930 e 1935-1937).

²⁰⁹ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. 6.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1988, p.139.

²¹⁰ REGO, Costa. O ódio de raça. In: *Correio da Manhã*, Ano LII, n.º?, 15 de julho de 1953, cad. 1, p. 4.

“existem negros no desempenho de altos cargos administrativos, no exercício da magistratura e nas funções de política – negros, enfim, que afirmam e representam a autoridade.” Para concluir, o editor chefe do *Correio da Manhã* esclareceu:

Tudo isto são provas de uma nova mentalidade com respeito ao problema da raça, ou um sinal de que esse problema deixou de angustiar o povo americano (...) Os negros estão crescendo em número, educação, hábitos e riquezas, mas, ainda assim, constituem uma parte mínima da população total. (...) [E], seja como for, a eliminação do ódio de raça completa nos Estados Unidos, por uma homenagem à dignidade humana, a grandeza material do país²¹¹.

No início de janeiro de 1956 – antes, portanto, de Little Rock –, o *Correio da Manhã* publicou, sob o título “*Setenta e dois estudantes negros americanos absolvidos: os resultados positivos do combate à segregação racial – igualdade quase completa entre brancos e negros*”, duas notícias veiculadas pela *France Presse* e pela *United Press*. As notícias traziam o relato de que jovens negros de Nova Orleans haviam sido presos por desrespeitarem a legislação local que institucionalizava a segregação no transporte público. Otimistas, as notícias destacavam a libertação dos jovens e o caminho em direção à igualdade entre as “raças” no interior dos Estados Unidos.

Foram absolvidos ontem os 72 estudantes negros que haviam sido presos no dia anterior por se terem recusado a obedecer às ordens locais que obrigam as “pessoas de cor” a sentarem-se na parte traseira dos veículos de transporte comum, porque o motorista do ônibus e os passageiros de raça branca que se encontravam no veículo no momento do incidente recusaram-se a prestar depoimento contra os jovens estudantes. (...).

Os negros que combatem a segregação racial no país escolheram agora a segregação na habitação e na Guarda Nacional para utilizá-la como sua principal arma legal durante o ano que se inicia. (...) Na maioria dos outros campos, como o social, o econômico e o político, os negros já ganharam a sua partida, no sentido de que o governo deve abolir a segregação em todas as partes. (...) ²¹²

A menção implícita à desobediência civil vinha ao encontro da estratégia, adotada pelo governo norte-americano, de combater o problema da segregação racial de maneira prática. Isto é, havia, por parte do serviço de inteligência norte-americano, um incentivo ao movimento pelas liberdades civis, desde que calcados na não violência.

De maneira mais clara, esse entendimento foi discutido, em 1968, num artigo escrito por Martin Luther King para a revista *Aproximações*. Lançada pela USIA no final da década

²¹¹ Idem.

²¹² SETENTA E DOIS ESTUDANTES NEGROS AMERICANOS ABSOLVIDOS. OS RESULTADOS POSITIVOS DO COMBATE À SEGREGAÇÃO RACIAL. In: *Correio da Manhã*. 7 de janeiro de 1956. Ano LV, n.º ?, cad. ?, p. ?.

de 1960, a revista, cujo conteúdo era mais sofisticado se comparado ao material da agência publicado nos jornais, propunha-se ao “diálogo aberto com uma audiência mundial interessada em idéias e problemas sociais.” De fato, como disse o editor da revista, Nathan Glick, *Diálogo*, nome que, depois, *Aproximações* viria a adotar, “dirige-se ao que recentemente um escritor chamou de ‘público intelectual’, aqueles leitores que têm grande interesse por idéias, problemas sociais, literatura e arte.”²¹³ No artigo de King, o líder religioso e de movimentos pelas liberdades civis afirmava que a resistência sem violência era a conciliação entre as verdades de dois opostos ante o desafio da integração: a aquiescência e a violência.

(...) [O] princípio da resistência não-violenta procura reconciliar as verdades de dois opostos – a aquiescência e a violência – ao mesmo tempo que evita extremos e as imoralidades de ambos. (...) Através da resistência não-violenta, nenhum indivíduo ou grupo precisa submeter-se a qualquer mal, e nem ninguém precisa lançar mão da violência para pôr cobro a um mal. (...) Parece-me que é este o método que deve guiar as ações do Negro na presente crise nas relações raciais. Pela resistência não-violenta o Negro poderá elevar-se à nobre altura de opor-se ao sistema injusto, amando ao mesmo tempo os criadores desse mesmo sistema²¹⁴.

Nos programas da *Voice of America*, o serviço de rádio da USIA, a agência reportava-se ao tema por meio de proeminentes figuras do movimento pelos direitos civis nos EUA, como Roy Wilkins, da Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor (NAACP), e James Farmer, Diretor Nacional do Congresso para Igualdade Racial (CORE). O serviço radiofônico da agência destacava o movimento e luta de grupos específicos como consequência do suporte federal às ações pelos direitos civis, calcando-se no argumento de que tal legislação seria, pois, uma expressão do espírito da democracia norte-americana²¹⁵.

Além das publicações e de seu serviço de rádio, a *Voice of America*, a *United States Information Agency* também trabalhou a questão racial em filmes produzidos pela divisão *Motion Picture* que funcionava no interior da agência. Entre eles, um dos de maior destaque

²¹³ A revista foi publicada em francês, espanhol, português, grego, polonês e russo, a partir da adaptação da edição em inglês. Cópias da revista eram distribuídas gratuitamente no estrangeiro pelos postos do *United States Information Service* em mais de cem países. Entre os trabalhos publicados por *Dialogue* contavam-se artigos de Kenneth Clark, John Kenneth Galbraith, Randall Jarrell, George F. Kennan, Clark Kerr, Irving Kristol, Seymour Martin Lipset, Robert Lowell e David Riesman. Cf: ACKERMAN, Martin. Ao Leitor. In: *Diálogo*. Outubro-Novembro-Dezembro, 1968, Vol. I, Número III, p. 3. e GLICK, Nathan. “USIA’s ‘Little Magazine’,” *Cultural Affairs* 12 (fall 1970). Apud RICHMOND, Yale. *Op. Cit.*, pp. 151-152.

²¹⁴ KING, Martin Luther. A significação da Não-violência. In: *Aproximações*. Vol. I, n.º II, 1968, p. 6. Vale notar que, sob os auspícios do governo dos Estados Unidos, foram realizados, na esteira dessa estratégia, seminários, congressos e outras atividades que tomaram como objeto de discussão a questão racial. Cf.: CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil e os Outros*. *Op. Cit.*, p. 170.

²¹⁵ CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency*. *Op. Cit.*, p. 212.

foi o documentário *The March* (A Marcha), de 1964, dirigido por James Blue. O filme retrata a grande marcha dos anti-segregacionistas pelos direitos civis ocorrida em Washington, em agosto do ano anterior, 1963²¹⁶.

A *Tribuna da Imprensa*, sob o título de “*Negros vão marchar sobre Washington*”, referiu-se ao evento, um mês antes da mobilização:

Os (...) pormenores da **Marcha Para Washington** que deve ser efetuada dentro em breve por mais de 100.000 anti-segregacionistas serão examinados durante uma reunião à (sic) portas fechadas a se realizar em Nova York – declarou, pela televisão, o rev. Martin Luther King, um dos líderes integracionistas negros. O reverendo King declarou que ele se associava plenamente a esta manifestação destinada a contrabalancear as manobras de obstrução que não deixarão de se produzir no Congresso, durante discussão da lei sobre os direitos cívicos apresentada pelo presidente Kennedy. (...) O sr. [Robert] Kennedy [, ministro da Justiça da administração Kennedy,] salientou o fato de que se o Congresso não aprovar as disposições propostas, “teremos de enfrentar, nos EUA, as maiores dificuldades.”²¹⁷

Vale notar que, pouco depois, ainda em julho de 1963, o jornal publicou uma outra notícia, assim como a anterior, na página 7 do primeiro caderno, destacando a resistência dos segregacionistas à lei de direitos civis proposta pelo presidente John Kennedy.

“Um Presidente que propõe uma legislação como a Lei dos Direitos Cívicos deve ser deposto de suas funções. Os EUA estão à beira de uma guerra civil: somos uma nação conturbada pelas desordens e violências, graças à pouca habilidade com que o presidente Kennedy tem tratado o problema racial”, afirmou, ontem, o governador do Estado de Alabama, George Wallace. Agravou-se a tensão racial nos EUA. Houve manifestações em várias cidades e todas as igrejas de Nova York leram, no domingo, uma carta do cardeal Spellmann denunciando a discriminação racial e proclamando “urgente necessidade de justiça e igualdade para com os negros norte-americanos.”²¹⁸

Evitando o conflito de interesse da política norte-americana em relação ao tema da integração e aquilo a que, segundo Martin Luther King, se destinava a marcha, o documentário, *The March*, com trinta e quatro minutos e vinte e oito segundos de duração, uma notável peça de propaganda, enfatizava o tratamento usual pretendido pela *United States Information Agency* no que se referia à legislação dos direitos civis e ao redimensionamento das relações raciais no interior dos Estados Unidos. Também nesse sentido, o convite de George Stevens Jr., diretor da divisão *Motion Picture* da USIA, à James Blue não parece sem

²¹⁶ O filme pode ser visto em: <http://www.youtube.com/watch?v=jidABYf_nLU>. Acesso em: 22 de fev. de 2011.

²¹⁷ NEGROS VÃO MARCHAR SOBRE WASHINGTON. *Tribuna da Imprensa*. Ano XIV, n.º 3087, 2 de julho de 1963, cad. 1, p. 7.

²¹⁸ EUA: RASCISTAS RECHAÇAM PROJETO DE KENNEDY. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano XIV, n.º 3099, 16 de julho de 1963, cad. 1, p. 7.

motivo: o diretor era conhecido por seu trabalho no chamado “terceiro mundo” e, como afirma Nicholas J. Cull, em artigo que analisa os principais filmes da agência de informação e propaganda do início dos anos 1960, o filme pretendia encenar duplamente “(...) a sensibilidade de Blue a temas de ‘raça’ e diferença e uma analogia inconsciente entre o ‘mundo em desenvolvimento’ e as condições dos negros norte-americanos.” Ambas as situações, o “mundo em desenvolvimento” e a condição dos negros norte-americanos, permeadas pela ideia de que a democracia era o meio possível de superar tais dificuldades²¹⁹.

O filme inicia-se com uma imagem formal: o então diretor da USIA Carl T. Rowan (a propósito, o primeiro negro a alcançar um cargo de importância na estrutura de governo dos Estados Unidos) aparece sentado a uma mesa. Após um breve silêncio, Rowan começa o que pode ser entendido como uma espécie de explicação do documentário:

Senhoras e Senhores, eu sou Carl T. Rowan. Como novo diretor da *United States Information Agency*, eu tenho o privilégio de vos apresentar dramático documento sobre a contínua busca dos homens pela dignidade. Este é um filme sobre a grande marcha dos direitos civis em Washington. Um sonoro exercício de um dos mais prezados direitos de uma sociedade livre: o direito de protestar pacificamente. Eu acredito que esta demonstração de ambos, brancos e negros, apoiada pelo governo federal, e pelo presidente Johnson e pelo ex-presidente Kennedy, é um exemplo profundo dos procedimentos usados pelos homens destemidos para ampliar os horizontes da liberdade e aprofundar o significado da liberdade pessoal²²⁰.

Após o início com o diretor da USIA, o filme corta para cenas que exibem os preparativos da grande marcha: um automóvel, tipo *van*, percorre a cidade de Washington convocando os cidadãos a participarem do movimento e brancos e negros formando uma multidão corajosa e otimista cantando uma mesma canção.

James Blue recorre, então, por meio da fala de um narrador onipresente, e esse parece o momento chave do documentário, ao histórico das experiências dos negros nos Estados Unidos, enfatizando outros dois aspectos caros à propaganda engendrada pela USIA: de que a

²¹⁹ Do original em inglês: One is tempted to assume that this displays both an awareness of Blue's sensitivity in issue so f race and difference and an unconscious analogy between the developing world and the condition of African Americans. Ver: CULL, Nicholas J. *Auteurs of Ideology: USIA Documentary Film Propaganda in the Kennedy Era as Seen in Bruce Herschensohn's "The Five Cities of June" (1963) and James Blue's "The March" (1964)*. *Film History*, Vol. 10, n.º 3, *The Cold War and the Movies* (1998), p. 302.

²²⁰ Do original em inglês: Ladies and Gentlemen, I'm Carl T. Rowan. As the new director of the *United States Information Agency*, I have the privilege to present you a dramatic document, a men's continuing search for dignity. this is a film about the great civil rights' march in Washington. A moving exercise of one of the most cherish rights in a free society. The right of peaceful protest. I believe that this demonstration of both white and negroes, supported by the federal government, and by both president Johnson and the late president Kennedy, is a profound example of the procedures unfettered men use to broaden the horizons of freedom and deepen the meaning of personal liberty.

luta pela integração deveria ser levada a cabo também por brancos (o que fica explicitado pela presença de brancos junto aos negros na multidão) e que tal luta deveria assentar-se sob o signo do pacifismo. O narrador afirma, enquanto ao espectador são lançadas imagens de dignos jovens negros:

A constituição dos Estados Unidos garante a todo norte-americano o direito de protestar pacificamente. Duzentos mil norte-americanos então iam usar esse direito. Trezentos e cinquenta anos atrás o homem branco veio para a América. Trezentos e cinquenta anos atrás o Negro veio para a América. O primeiro veio como senhor, e o outro veio como escravo. Cem anos atrás Abraham Lincoln declarou como Presidente dos Estados Unidos que todos os escravos fossem colocados, a partir dali, em liberdade. Agora, norte-americanos brancos e negros estariam se preparando para marchar para dizer que um século depois o homem negro ainda continuava não completamente livre. Se eu não sou livre, você não é livre. Se um homem sob a Terra é, em parte, escravizado, o mundo não é completamente livre. Era o dever de todo homem, portanto, ajudar todos os outros homens²²¹.

3.1. A diplomacia cultural e os negros: o caso do jazz, outras artes e apresentações



Mesmo fora de cena, o sucesso de Armstrong em Buenos Aires foi absoluto. Para isso concorreram suas audições em local adequado: o "Teatro Ópera", que, apesar d'esse nome, é um teatro popular, onde o povo se sentiu à vontade para aplaudir o "Satchmo". O teatro (150 pesos a poltrona), esteve chelissimo durante toda a temporada

Música – Armstrong em Buenos Aires
19 de dezembro de 1957

²²¹ Do original em inglês: The Constitution of the United States guarantees every American the right to protest peaceably. Two-hundred-thousand Americans then were going to use this right. Three-hundred-and-fifty years ago the white man came to America. Three-hundred-and-fifty years ago the Negro came to America. The one came as master, the other came as slave. One-hundred years ago Abraham Lincoln declared as President of the United States that all slaves would henceforth be set free. Now both white and black Americans were preparing to march to say that a century later the black man still was not completely free. If I am not free, you are not free. If one man on earth is partly enslaved, the world is not completely free. It was everyman's duty then to help every other man. Cf. CULL, Nicholas J. *Auteurs of Ideology. Op. Cit.*, pp. 303-304.



Entrevista por tabela com NAT 'King' Cole"
Tribuna da Imprensa - 4-5 de abril de 1959



ARMSTRONG

História do Mundo do Jazz
Tribuna da Imprensa - 4-5 de abril de 1959



HARRY JAMES DISSE ADEUS AO CARIOCA COM UM SAMBA-RUMBA.
Tribuna da Imprensa - 18 de novembro de 1960



ELLA FITZGERALD
Se as pessoas não me vêem, se enamoram de mim

CANSADA DE SER FEIA, ELLA REFUGIA-SE NA VOZ.

Tribuna da Imprensa - 19 de maio de 1961

Em meados da década de 1950, a direção da *United States Information Agency* considerava necessário fortalecer os programas culturais por ela trabalhados. Com tais programas, a agência tinha o objetivo de ganhar o respeito de pessoas, como artistas, escritores e educadores, que exercessem papel de liderança em países estrangeiros, de modo que se alinhassem à liderança do governo norte-americano nos assuntos internacionais e aos princípios do chamado “Mundo Livre”²²².

O que, principalmente, conseguiu colocar os programas culturais num lugar de destaque no trabalho da agência foi o *Fundo de Emergência do Presidente para Assuntos Internacionais*, cuja função deveria ser a de estabelecer uma “diplomacia da cultura” como ferramenta da política externa norte-americana. Criada no início do segundo semestre de 1954, na esteira do *New Look* de Eisenhower, a coordenação do Fundo, que funcionava sob a jurisdição do *Operations Coordinating Board*, ficou a cargo do então diretor da USIA, Theodore Streibert. A tarefa da agência era assegurar aos vários projetos de diplomacia da cultura publicidade e impacto psicológico adequados. Entre tais projetos estavam as apresentações, no exterior, de artistas, intelectuais e atletas negros das mais variadas áreas: teatro dramático e comédia musical, dança, música, palestras, seminários e conferências e atividades ligadas a modalidades esportivas. Em 30 de junho de 1955, o Grupo de Trabalho em Atividades Culturais do OCB, do qual a USIA tomava parte ativa, havia aprovado trinta e três (33) projetos culturais, parte dos quais de artistas negros dos Estados Unidos²²³.

Na nova estratégia de diplomacia cultural, o principal, porque tinha maior apelo junto às audiências internacionais, eram as apresentações de artistas do jazz, estilo que nascera no seio das comunidades negras pobres e segregadas do sul dos Estados Unidos – nos *saloons* de Nova Orleans, para ser mais preciso. Saídos das piores condições de pobreza do país, regiões em que não apenas as práticas, mas as leis afirmavam a segregação e a discriminação raciais, as estrelas jazzísticas, como Louis Armstrong e Duke Ellington, encenavam não apenas o

²²² *FRUS, 1955-1957, Vol IX*, Introduction, undated, p. 505.

²²³ Num primeiro momento, em 6 de julho de 1954, o então diretor da agência, Theodore Streibert, enviou uma mensagem de coordenação aos postos do *United States Information Agency* para que seus oficiais procurassem enfatizar o lado cultural do Programa de Informação. *FRUS, 1955-1957, Vol IX*, Introduction, undated, p. 508.; TAYLOR, John Harper. *Ambassador of Arts: an analysis of the Eisenhower administration's incorporation of Porgy and Bess into its Cold War foreign policy*. Dissertation presented in partial Fulfillment of the Requirements for the Degree Doctor of Philosophy in the Graduated School of The Ohio State University, 1994; HEGER, Kenneth W. *Op. Cit.* e SAUNDERS, Frances Stonor. *Op. Cit.*, p. 316. A agência de informação e propaganda também produziu e exibiu filmes, ao longo dos anos 1950 e 1960, que tratavam da vida de celebridades afro-americanas, com o intuito de evidenciar que os negros eram, não só bem tratados, como celebrados nos Estados Unidos. Cf: SCHWENK, Melissa. *M. Negro Star and the USIA'S Portrait of Democracy*. Disponível em: <<http://list.msu.edu/cgi-bin/wa?A3=ind9909b&L=AEJMC&E=7BIT&P=178358&B=--&T=TEXT%2FPLAIN;%20charset=US-ASCII>>. Acesso em: 05 de fev. 2010.

espetáculo de sua arte, mas a mobilidade social do sistema norte-americano e a superação do problema da segregação racial. Mais do que isso, a própria arte dos negros, o jazz, especificamente, seria uma vitrine dos valores e da vida nos Estados Unidos. Conforme disse o radialista da *Voice of America*, Willis Conover, uma das mais conhecidas vozes entre os povos do leste europeu:

Jazz é um cruzamento entre completa disciplina e anarquia. Os músicos concordam sobre a estrutura do tempo, afinação e estrutura dos acordes mas, para além disso, cada um é livre para se expressar individualmente. Isso é o jazz. E isso é a América. É isso que dá validade a essa música. É uma reflexão musical de como as coisas acontecem na América²²⁴.

É notável, no entanto, a romantização dessa leitura – e não nos referimos à representação de que a América, ou melhor, os Estados Unidos da América fossem um lugar em que a “anarquia” e a “disciplina” encontrar-se-iam em harmonia. Em primeiro lugar, o jazz deve sua fundação a uma mistura mais ou menos imprecisa, entre o fim do século XIX e início do XX, de elementos da cultura nativa norte-americana e de africanismos. Ou seja, em parte, a música é tributária da instituição da escravidão nos EUA. A esse respeito, deve-se notar que os negros africanos trazidos à América do Norte foram não apenas privados de seus instrumentos musicais, mas também proibidos de realizarem suas tradicionais cerimônias. Foi a sobrevivência, pela resistência do negro na condição de escravo, e, depois, livre, de sua cultura que possibilitou o surgimento do jazz nos Estados Unidos: tais elementos estão na base de fundação da música do jazz²²⁵.

Na esteira dessa repressão à cultura negra, o jazz e seus artistas permaneceram perseguidos pelo *establishment* norte-americano mesmo após décadas do fim da escravidão no país, em 1863. Basta, para isso, observar que o estilo, quando de seu surgimento, em fins do século XIX e início do XX, era detestado, estando sujeito aos ataques mais violentos, em particular porque perturbava e emocionava mais do que a música ligeira que o precedera. Ou mesmo porque a música negra atacava “*a moral da juventude branca dos Estados Unidos*”, conforme destacava um cartaz, do período pós Segunda Guerra, que pedia a colaboração de

²²⁴ Do original em inglês: Jazz is a cross between total discipline and anarchy. The musicians agree on tempo, key, and chord structure but beyond this everyone is free to express himself. This is jazz. And this is America. That's what gives this music validity. It's a musical reflection of the way things happen in America. RICHMOND, Yale. *Op. Cit.*, p. 207.

²²⁵ Nas palavras do historiador, “*não há grandes discussões entre os experts a respeito da origem africana do jazz. (...) O arrebanhamento do negro como escravo e sua posterior segregação explicam a força e a extensão dos africanismos originais. Mas isso não faz do jazz uma 'música africana'*. (...) [A] *música negra rapidamente passou a se fundir com componentes brancos, e a evolução do jazz é o resultado dessa fusão.*” HOBBSBAWN, Eric. *Op. Cit.*, pp. 51, 52 e 53.

todos nessa luta ainda viva, no sentido de que não comprassem ou ouvissem a música dos negros.

AVISO!

PARE

Ajude a Salvar a Juventude da América

NÃO COMPRE DISCOS DE NEGROS

(Se você não quer servir negros em seu estabelecimento comercial, então não tenha discos de negros em sua Juke Box ou ouça a discos de negros no rádio.)

Os gritos, letras idiotas e a música selvagem dessas gravações estão minando a moral de nossa juventude branca na América.

Ligue para os publicitários das estações de rádio que tocam esse tipo de música e reclamem para eles!

Não Deixe Seu Filho Comprar, ou Ouvir A Esses Discos De Negros

Para cópias adicionais deste circular, escreva para

CITIZENS' COUNCIL OF GREATER NEW ORLEANS, INC.²²¹

A oposição ao jazz, de fato, não envolvia apenas uma questão musical. Em suma, de acordo com Eric Hobsbawn, em seu “História Social do Jazz”, porque “(...) *o jazz não é simplesmente música comum, ligeira ou séria, mas também uma música de protesto e rebelião. (...) É uma música para expressar fortes sentimentos e antipatias.*”²²⁷

Em segundo lugar, tomava-se, entre uma gama de tipos, uma corrente específica de jazz, o *swing*, como representante de todo o movimento, de toda cultura jazz; e a questão, para sermos precisos, era que nem todo o jazz servia de argumento ou de vitrine da vida nos Estados Unidos. O jazz moderno, o *bebop*, por exemplo, nascido nos anos 1940, era uma reinscrição da música não apenas em sua maneira mais complexa de tocá-la ou pela modificação da postura do artista no palco; ou melhor, tais modificações expressavam uma

²²⁶ Cartaz do grupo racista Citizens` Council Of Greater New Orleans. Retirado de OLIVER, Paul. *The Story of The Blues*. Boston: Northeastern University Press, 1997.

²²⁷ HOBBSAWN, Eric. *Op. Cit.*, pp. 272 e 273.

mudança do entendimento da arte do jazz pelo artista e, mais do que isso, era a aposta em ato de um conjunto de ideias sociais, o que, em certos aspectos, estava permeado por argumentos políticos contrários ao *establishment* norte-americano, inclusive, ou principalmente, no que toca à questão racial no interior do país.

No início dos anos 1940, o *swing*, estilo alegre, expansivo, emotivo e dançante que dominara a cena da música de jazz nas décadas de 1920 e 1930, dava claros sinais de desgaste: a comercialização excessiva desse estilo específico de jazz e a estrutura rígida das grandes orquestras davam pouco espaço de criação aos músicos que se viam, enfim, não tão livres. Por isso, passaram a se encontrar nas *jam sessions* (“J.A.M. como abreviatura de “jazz after midnight”, isto é, “jazz após a meia-noite”): sessões de improvisação nas quais experimentavam novas formas e conteúdos para sua música. O músico de jazz aprendeu, pois, a viver em dois mundos: um em que garantia sua sobrevivência e outro, posterior ao primeiro, pelo qual esperava avidamente e no qual podia prestar-se a inventividades de todo tipo em sua música – as *jam sessions*.

Mas essa coexistência tornara-se, afinal, impossível, tendo em vista que o público “consumidor” do jazz exigia do artista, ao mesmo tempo, uma música espontânea e a apresentação dos grandes *standarts* do estilo, cumprindo e repentinando exaustivamente um repertório – o que, obviamente, limitava-lhe os experimentos, a espontaneidade e a liberdade de criação, assentando, intencionalmente ou não, sua arte sob o comercialismo. Tornara-se premente para os jovens negros de vinte e poucos anos do *bebop* a necessidade de inovar criando um estilo que pouca gente – devendo ser negros esses poucos – pudesse tocar:

Não era mais necessário bajular os brancos. E se fosse, para o inferno com isso. (...) O bop era, no sentido exato da palavra, um revolução musical. Esses homens viraram o mundo do jazz de cabeça para baixo e sentaram em cima desacatando os mais velhos, diminuídos do outro lado²²⁸.

Enquanto o artista do jazz dos anos 1920 e 1930 apresentava-se como *entertainer*, como, proeminentemente, encontrava-se a figura de Louis Armstrong a divertir o público com suas caretas e o lenço pendente sobre a mão que tocava o trompete, ou os colarinhos brancos da orquestra de Duke Ellington, ou, ainda, a gardênia nos cabelos de Billie Holiday, os *beboppers* do jazz moderno adotavam uma postura *cool* (fria). Vestiam-se como um corretor

²²⁸ COLLIER, James L. *The Making of Jazz: A Comprehensive History*. Boston, Houghton Mifflin, 1978. Apud CALADO, Carlos. *O Jazz como Espetáculo*. São Paulo: Perspectiva: Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 152.

da bolsa, falavam como professor universitário e esquivavam-se, tanto quanto possível, de qualquer emocionalismo. O avesso do expansivo, por motivos muito claros a eles mesmos: por um lado, negavam-se a desempenhar o papel do negro *entertainer flamboyant*, a quem os brancos “detinham” para sua diversão – os quais, acrescentando-se, concentravam grande parte dos lucros da arte dos negros – e, por outro, procediam a uma espécie de paródia do que concebiam como sendo a vida “certinha” dos brancos²²⁹.

O artista do jazz *cool*, em oposição ao *swing*, era, ademais, uma demonstração de que o negro não era mais aquele “catador de algodão” do sul do país, pobre, ignorante e instrumento dos brancos. Era, então, um intelectual, capaz de engendrar sua própria postura política e cuja arte, então tornada complexa, não podia ser tocada por qualquer um a não ser por ele próprio, detentor daquela linguagem.

Ademais, os jovens negros *beboppers*, como John Birks (Dizzy) Gillespie e Thelonius Monk, reclamavam em sua música, ainda que de maneira mal definida, a igualdade para o negro. A revolução *bebop* era tão musical quanto política:

A sua música seria tão boa quanto a dos brancos, até mesmo em termos de música de arte, porém fundamentada na cultura negra. Elas também expressavam, porém, o ressentimento e a insegurança dos negros que tinham tentando a velha receita da igualdade (...) e que acabaram descobrindo que quanto mais se afastavam do mundo do “Pai Tomás” mais longe estavam de um mundo onde não haveria negros e brancos ou mestiços, mas apenas cidadãos americanos (sic)²³⁰.

Não era, portanto, a todo jazz que Willis Conover referia-se, pois que o jazz era depósito da multiplicidade, do desassossego, pletora de movimentos estilísticos, muitas vezes carregados de questões políticas e, por isso, possivelmente, de difícil determinação.

Havia ainda o problema, do ponto de vista das intenções da propaganda governamental dos Estados Unidos, de que o jazz moderno não ficou confinado a poucos intelectuais negros ou brancos no interior do país. Tornara-se um movimento de uma massa de jovens europeus, atraídos pela música e por seu caráter anticomercial, que, em alguns casos, particularmente na Áustria e na Inglaterra, tinham ligações com a esquerda do cenário político. Como consequência disso, o jazz podia ser ouvido nos festivais da juventude, nas passeatas contra as armas nucleares e outras expressões contrárias ao *establishment* ocidental,

²²⁹ CALADO, Carlos. *Op. Cit.*

²³⁰ HOBSBAWN, Eric J. *Op. Cit.*, p. 99.

movimentos organizados pelo pessoal do serviço de propaganda cultural da União Soviética e calcados numa crítica ao capitalismo, notavelmente ao norte-americano²³¹.

Ainda assim, claro está, foi possível lançar mão de uma imagem do jazz como representante dos valores norte-americanos, o que pode ser observado nos festivais da juventude. O governo soviético vinha dando atenção especial para a juventude em seus programas de propaganda cultural. A aposta do Kremlin – que tinha em vista o fato de que países como o Egito, Índia, Indonésia, Paquistão e Brasil possuíam dois terços de suas populações com idade inferior a trinta anos – era em uma estratégia de arregimentação dos jovens em associações ligadas à esquerda política, especialmente no movimento estudantil, e na organização de eventos de caráter cultural e político que os aproximasse da vida e dos valores encenados pela União Soviética. O Kremlin, para tanto, organizou, por exemplo, os *Festivais da Juventude*, onde jovens de todo o mundo periodicamente se reuniam e cujas viagens eram subsidiadas pelo governo soviético²³².

O primeiro *Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes* aconteceu em Praga, em 1947, e trouxe como tema geral do encontro o apelo pela paz – *Juventude Unida por uma Paz Duradoura* – o que correspondia às lutas pelas “paz” engendradas pela propaganda do governo de Moscou em seus *Movimentos pela Paz*²³³.

Tais festivais eram organizados, também, localmente. No Brasil, por exemplo, foi realizado, em 1951, o *I Festival Brasileiro da Juventude Brasileira*, com o tema *Pela vida e pela alegria*, cuja comissão organizadora era composta pelos intelectuais e artistas engajados ao Partido Comunista, Arnaldo Estrela, Carlos Schiar, Mario Lago, José Frejat, Lúcio de Abreu, Genival Souto, Aristides Saldanha, Yolandino Maia e Israel Pedrosa. O Festival contou com o apoio de organizações de jovens e estudantes, como a União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES), fundada pouco antes, de suas filiais²³⁴ e do poeta Pablo Neruda.

²³¹ RICHMOND, Yale. *Op. Cit.*

²³² Idem.

²³³ O segundo encontro aconteceu em Budapeste, em 1949, e teve como lema *Juventude Unida por Paz Duradoura, Democracia, Independência Nacional e um Futuro Melhor Para os Povos*; o terceiro aconteceu em Berlim, em 1951, e teve como lema *Pela paz, pela Amizade, Contra as Armas Nucleares*; o quarto, em Bucareste, em 1953, com o lema *Por Paz e Amizade*; o quinto, em Varsóvia, em 1955, com o lema *Por Paz e Amizade – Contra os Agressivos Pactos Militares Imperialistas*. O sexto, em Moscou, em 1957, com o lema *Por Paz e Amizade*; o sétimo, em Viena, em 1959, com o lema *Por Paz, Amizade e uma Coexistência Pacífica*; o oitavo, em Helsinque, em 1962, com o lema *Por Paz e Amizade*. Os Festivais Mundiais da Juventude, em 2001, estavam em sua 15.^a edição. Cf: RICHMOND, Yale. *Op. Cit.* e o sítio oficial na internet dos Festivais da Juventude disponível em: <<http://www.wfdy.org/festivals/>>. Acesso em: 5 de mar. 2010.

²³⁴ Como a Associação Municipal dos Estudantes Secundários (AMES), do Rio de Janeiro. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: DPS, Notação: 542, Caixa: 2452. Boletim Reservado n.º 52 de 21 de março de 1951.

Em maio de 1951, o poeta chileno, em face da realização do evento, saudou “*o Brasil e sua esplêndida juventude (...)[,] a grande esperança do Continente Latino-americano. (...) Hoje sua causa é a paz mundial e a liberdade para os povos latino-americanos.*”²³⁵

Os grupos anticomunistas locais estavam, como é de se imaginar, em oposição a esse tipo de organização. Em 1959, o jornal *Correio da Manhã*, por exemplo, publicou uma notícia de destaque, na primeira página da edição do dia 26 de julho daquele ano, sobre o Sétimo Festival Juvenil Mundial.

O Sétimo Festival Juvenil Mundial (comunista), que se celebra pela primeira vez no mundo livre, será inaugurado amanhã nesta Capital [Viena,] entre crescentes indícios de que a gigantesca demonstração de propaganda pode resultar contraproducente. Espera-se que compareça a metade dos delegados que assistiram ao último festival, celebrado em Moscou em 1957. O embaixador russo na Áustria, Sergei Lapin, já protestou contra uma série de atos anticomunistas que celebrarão as organizações juvenis austríacas enquanto durar o festival, particularmente por uma missa extraordinária organizada para hoje, véspera da inauguração, “em homenagem aos católicos perseguidos em todo o mundo”. (...) As entidades juvenis austríacas se negaram a participar do festival, tendo em vista que não podem aceitar os auspícios nem os objetivos comunistas. Em consequência, organizaram um programa de informação com o propósito de dizer aos visitantes estrangeiros a verdade sobre a Áustria e o Mundo Ocidental²³⁶.

O vaticínio concernente ao fracasso do festival, por ser uma peça de propaganda mentirosa do Kremlin, apresentado na notícia publicada pelo *Correio* parece, em alguma medida, ter-se cumprido. De acordo com Yale Richmond, num estudo sobre os intercâmbios artísticos e intelectuais entre Estados Unidos e União Soviética, ao longo da Guerra Fria, já no sexto festival da juventude, ocorrido em Moscou, as dezenas de milhares de jovens russos presentes foram surpreendidos pela profusão sedutora de calças jeans, dos trajes *Zoot* e dos sons animados do *rock and roll* e sua guitarra elétrica e do jazz que davam o “tom” dos jeitos, das gírias e dos hábitos daqueles jovens ocidentais com quem se encontravam. Durante duas semanas entre o final de julho e começo de agosto de 1957, os trinta e quatro mil estrangeiros e os sessenta mil soviéticos reuniram-se numa pletera de carnavais, festas, conferências e jogos e “(...) a União Soviética nunca mais foi a mesma.” Era impossível a seu governo controlar a onda de música ocidental, de Beatles ao jazz *boggie-woogie*, que espantava e criava admiradores de um canto a outro do Bloco Soviético²³⁷.

²³⁵ Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: DPS, Notação: 542, Caixa: 2452. Boletim Reservado n.º 47 de 14 de março de 1951. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: DPS, Notação: 542, Caixa: 2452, Imprensa Popular de 20 de maio de 1951.

²³⁶ FESTIVAL DOS COMUNISTAS NA ÁUSTRIA FRACASSARÁ. In: *Correio da Manhã*, Ano LVIII, n.º?, 26 de julho de 1959, cad.?, pp. 1 e 11.

²³⁷ RICHMOND, Yale. *Op. Cit.*, p. 11.

Quando Willis Conover significou o jazz como vitrine da vida nos Estados Unidos, era essa enorme sedução que o estilo exercia nas audiências internacionais, principalmente nos jovens, que ele, como oficial da USIA também responsável pela diplomacia da cultura, tinha em vista. Por esse motivo, era melhor não atrapalhar esse “efeito de propaganda” da música de jazz com as questões de protesto político que, sobretudo, o estilo *cool* de um Miles Davis reclamava e com as críticas ao *swing* animado de Louis Armstrong. Ao jazz e ao seu artista um lugar: prova viva aos públicos do exterior das conquistas e progressos alcançados pelos negros sob o sistema democrático norte-americano.

A despeito do que ocorrera no Festival da Juventude de 1957, havia a dificuldade de entrada dessa cultura na União Soviética. O jazz era oficialmente proibido na União Soviética porque o Kremlin entendia, desde os anos 1930, que ele seria um fenômeno da decadência burguesa. Além disso, os serviços ocidentais de radiodifusão, ligados a governos, como a *Voice of America*, ou não, voltados para o Bloco Soviético, sofriam com a prática do *jamming*²³⁸ por parte do governo da URSS.

De maneira geral, havia mesmo uma dificuldade de penetração da cultura ocidental no Bloco Soviético. A música de jazz parece, no entanto, ter superado, em grande medida, essa dificuldade, nem tanto por uma estratégia governamental norte-americana, mas pelo poder inerente do estilo de atrair adeptos²³⁹. Havia, de fato, como dissemos, uma diretriz do Kremlin que proibia a execução do jazz na União Soviética, mas, em muitos casos, tal diretriz era relevada por governos e organizações comunistas do interior do Bloco: interpretava-se que a proibição era efeito de que Stálin ignorava o estilo ou de condições locais, restritas e condizentes à Rússia e não a todo o Bloco²⁴⁰.

A esse respeito, a morte de Stálin permitiria à administração Eisenhower ampliar as práticas de trocas culturais para os países comunistas por meio do reativamento dos intercâmbios artísticos e intelectuais entre a União Soviética e os Estados Unidos. Sob a liderança de Joseph Stálin, apenas num curto período durante a Segunda Guerra Mundial – quando, vale lembrar, os dois países lutavam juntos contra as forças do Eixo – houve trocas

²³⁸ O *jamming* era uma prática de lançar ruídos nas frequências de rádio norte-americanas. Cf: CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency*. *Op. Cit.*

²³⁹ É curioso notar a esse respeito, por exemplo, que um tenente do exército alemão passava parte de seu tempo de descanso, durante a ocupação alemã na França, na Segunda Guerra Mundial, trabalhando numa edição de um trabalho sobre o jazz (“Hot Discography”, de Delaunay) e que, quando de sua captura pelas forças aliadas, interrompeu as negociações sobre os destinos da guerra para questionar se alguém colecionava discos de Benny Goodman. Cf: HOBBSAWNS, Eric. *Op. Cit.*

²⁴⁰ *Idem.*

com esse caráter²⁴¹. Em 1953, após a morte do líder soviético, um intercâmbio cultural de bases mais amplas entre os dois países começou a se desenhar, particularmente após a Conferência de Genebra, realizada, em julho de 1955, entre Estados Unidos, União Soviética, França e Grã Bretanha. Nesse ano, por exemplo, a programação do serviço de rádio da *United States Information Agency*, a *Voice of America*, passou a contar com o *Music USA* que alcançava o público do Bloco Soviético. Comandado por Willis Conover, o programa era executado diariamente por duas horas (45 minutos de música *pop* e 45 minutos de jazz, ambos precedidos por um noticiário de 15 minutos), seis dias por semana, alcançando uma das maiores audiências entre os programas internacionais de rádio no período.

O Kremlin também permitiu turnês de artistas norte-americanos em seu território, como, por exemplo, o *swing* de Benny Goodman e sua “*jazz band*”, aguardados em Moscou, segundo informava o jornal *Correio da Manhã*, para o final de abril de 1962, devendo permanecer em território soviético por cinco semanas. Em contrapartida, o pianista Emil Gilels e os violinistas David Oistrakh e Leonid Kogan, artistas do Bloco Soviético, puderam apresentar-se nos Estados Unidos²⁴².

O intercâmbio cultural tornava-se, pois, parte relevante da estratégia adotada pela administração de Dwight D. Eisenhower em sua política externa; tal estratégia, como vimos, não tinha apenas o intuito de manter “boas relações” com o Kremlin e com o restante do mundo – inclusive no que dizia respeito ao problema da segregação e da discriminação raciais nos Estados Unidos –, mas também o de facilitar ou permitir a consecução dos objetivos do governo norte americano na Guerra Fria.

O Presidente, de fato, ainda em 1954, considerava essencial que o governo tomasse uma “(...) *imediate e vigorosa ação para demonstrar a superioridade dos produtos e dos valores culturais de nosso sistema de livre empresa*”²⁴³.

Eisenhower fundou, então, em 1954, o Fundo de Emergência do Presidente para Assuntos Internacionais no intuito de levar a cabo a estratégia da diplomacia cultural como

²⁴¹ Em 1943, o embaixador Averell Harriman dirigiu ao Ministro das Relações Exteriores da União Soviética, Vyacheslav Molotov, uma proposta que incluía o contato direto com editores de notícias do Bloco, a distribuição de filmes e duas revistas bimensais, cujo objetivo era esclarecer o público daquele país acerca do esforço de guerra e da vida nos Estados Unidos. O líder da URSS, no entanto, resistira ao contato amplo, permitindo apenas a circulação da revista *Amerika* em solo soviético, enquanto os norte-americanos permitiram, em contrapartida, a entrada da revista “*Soviet Life*” nos EUA. Com o fim da guerra e o recrudescimento das tensões entre os dois países, os acordos de intercâmbio cultural foram extintos. Cf: RICHMOND, Yale. *Op. Cit.*

²⁴² BENNY GOODMAN IRÁ À RÚSSIA. In: *Correio da Manhã*. 18 de abril de 1962. Ano LXI, n.º ?, cad. 1, p. 1.

²⁴³ Do original em inglês: “I consider it essential that we take immediate and vigorous action to demonstrate the superiority of the products and cultural values of our system of free enterprise.” TAYLOR, John Harper. *Op. Cit.*, p. 21.

ferramenta da política externa norte-americana. Os novos acordos de intercâmbio com a União Soviética permitiriam que se realizasse, do ponto de vista dos oficiais da *United States Information Agency*, o mais notável projeto cultural realizado com os recursos do Fundo: o apoio à ópera *Porgy and Bess*.

Composta em 1935, por George Gershwin, em co-autoria com seu irmão Ira, *Porgy and Bess* sofreu, inicialmente, com a resistência do público norte-americano a seus personagens ordinários, pouco gloriosos, diferentemente do que se via em outras peças de escritores europeus, e ao elenco composto por artistas negros. Ambientada nos anos 1930, a ópera, na qual os irmãos Gershwin conseguiram fusionar elementos do jazz e da música erudita, pretendia-se um retrato da vida de uma comunidade negra paupérrima do sul dos Estados Unidos. Conta a trágica história de amor do mendigo aleijado, Porgy, por uma mulher de vida complicada, Bess, que, embora lhe correspondesse o sentimento, não conseguia desvencilhar-se de seu amante opressor e dos cortejos de um traficante de drogas²⁴⁴.

Foi pelas mãos do diretor e produtor Robert Breen que *Porgy and Bess* começou a ser vista em palcos fora dos Estados Unidos. A ideia de trabalhar a peça no estrangeiro veio quando Breen estava na Europa, onde, com frequência, ouvia, nas ruas e restaurantes, pessoas cantarolando e assobiando canções da ópera. Essa “presença” da ópera, no Velho Mundo, teria convencido o produtor de que havia um mercado internacional para *Porgy and Bess*. A partir do início dos anos 1950, Breen, que por essa época conseguiu patrocínio da *American National Theatre and Academy* (ANTA)²⁴⁵ a um outro projeto, passou a fazer constantes investidas junto ao Departamento de Estado e a legisladores para que reconhecessem e subvencionassem turnês da ópera no exterior²⁴⁶.

Em 1952, quando viajou para Viena e Berlim, a ópera foi primeiramente patrocinada pelo Departamento de Estado por meio da ANTA. Sob Eisenhower, que, no início de seu mandato, reconhecia a “(...) *real contribuição* [da ópera] *ao tipo de compreensão entre os povos que sozinha pode oferecer respeito mútuo e confiança*”²⁴⁷, *Porgy and Bess* faria duas grandes turnês subvencionadas pelo governo. Num primeiro momento, entre 11 de dezembro de 1954 e 13 de fevereiro de 1955, a ópera percorreu a antiga Jugoslávia, Egito, Grécia,

²⁴⁴ GERSHWIN, George; RAVEL, Maurice; DEBUSSY, Claude. [Royal Philharmonic Orchestra. Mediasat Group S.A.; texto e documentação musical Eduardo Rincón]; (trad. Eliana Rocha). São Paulo: Publifolha, 2005, pp. 8-17.

²⁴⁵ A ANTA foi criada, em 1935, com o intuito de representar oficialmente o teatro nos Estados Unidos. Veio a servir ao Departamento de Estado como agente para seleção de artistas que realizariam turnês no exterior.

²⁴⁶ TAYLOR, John Harper. *Op. Cit.*, pp. 75-76

²⁴⁷ Do original em inglês: *real contribution to the kind of understanding between peoples that alone can bring mutual respect and trust*. Idem, p. 25.

Israel, Casablanca e Espanha. Num segundo momento, entre 7 de julho e 25 de outubro de 1955, percorreu o continente americano: Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Colômbia, Venezuela, Panamá e México.

Tendo em vista seus objetivos com a diplomacia cultural, não bastava ao círculo superior de poder norte-americano “apenas” patrocinar a ópera. Era preciso promovê-la, estender seu “efeitos psicológicos” positivos sobre as audiências internacionais, função que cabia à *United States Information Agency*. Segundo um relatório, de 31 de agosto de 1955, elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional e pela USIA, as atividades da agência em relação à passagem de *Porgy and Bess* pela Grécia, Yugoslávia e Oriente Médio haviam alcançado considerável sucesso, enfatizando como demonstrativo o que um correspondente do jornal *New York Times* escreveu, em dezembro de 1954: “*O povo da Yugoslávia reagiu à Porgy and Bess, conforme um oficial de governo, ‘com a observação de que somente um povo psicologicamente maduro poderia haver colocado isso [, a peça,] no palco.*”²⁴⁸

A questão em torno da ópera *Porgy and Bess*, que excursionara durante duzentas e oito (208) semanas no exterior, era que o governo dos Estados Unidos considerava-a um veículo da política externa do país que ajudaria a dissolver os “mitos” em torno da questão racial no país. A ópera, de fato, não apenas tinha uma temática negra, envolvendo a vida dos negros nos Estados Unidos, mas era encenada por oitenta e cinco artistas negros. Embora alguns jornais estrangeiros, a partir do que se podia ver, em *Porgy and Bess*, da vida dos negros nos Estados Unidos, tenham criticado a política norte-americana no que concernia às relações raciais no interior do país, acreditava-se, acima de tudo, que os artistas negros da ópera, educados e muito bem treinados, representavam eles próprios uma outra realidade sobre os negros nos EUA. Conforme veio a indicar um estudo da *United States Information Agency* sobre as reações das audiências internacionais em relação a *Porgy and Bess*:

Outras reações públicas no estrangeiro demonstraram, repetidamente, os erros em se considerar que esse espetáculo funcionará contra a política norte-americana. Um fator que nem sempre se leva em conta nessas considerações é de que o próprio elenco, quando fora dos palcos, adota uma tal postura de maneira a desmentir a propaganda comunista acerca de uma discriminação racial e dos maus tratos dispensados aos negros²⁴⁹.

²⁴⁸ *FRUS, 1955-1957, Vol IX*, Introduction, undated, p. 508.

²⁴⁹ Do original em inglês: Other Public reactions abroad have repeatedly demonstrated the errors in predicting that this show will work against U.S. policy. One factor not often considered in such predictions is that the cast itself, when off the stage, deports itself in such a manner as to belie Communist propaganda of racial discrimination and maltreatment of negroes. TAYLOR, John Harper. *Op. Cit.*, pp. 27-28.

A estratégia de diplomacia cultural da administração Eisenhower fez outras importantes incursões, o que os jornais *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa* noticiaram ao longo de toda década de 1950 e início dos anos 1960.

Não escapou ao primeiro, numa notícia de junho de 1953, que a “miss” Tóquio, Izumi Yukimura, aos 16 anos, conquistava o Japão cantando o jazz norte-americano, música que, naquele ano, já havia “invadido” o país. Os “GI”, soldados do exército norte-americano, trouxeram a música de seu país para a terra do sol nascente, ainda em 1945, quando desceram vitoriosos na ilha. Mas não foi, provavelmente, apenas por meio deles, dos GIs, que o Japão veio a afeiçoar-se ao jazz. Em 1952, Gene Kupra Trio e o “rei da rumba”, Xavier Cugat, juntamente com sua orquestra, passaram por Tóquio entusiasmando o público e formando adeptos, cuja paixão podia ser dividida e trabalhada em uma escola de jazz da cidade que completava seu primeiro aniversário²⁵⁰.

O jazz, como ocorreu a *Porgy and Bess*, era levado a todo lugar do mundo através de turnês de artistas, em sua grande maioria negros. O estilo ia sendo canonizado, o que podia ser acompanhando, em parte, nas páginas do jornal. Em agosto de 1960, o *Correio da Manhã* informava que quando Gene Kelly trouxe “*um ballet dinâmico, audacioso e alegre*” para o repertório da Ópera “Passos de Deusas”, de Paris, o jazz entrava “*num dos últimos redutos teatrais do mundo, que ainda mantinha fechadas suas portas à música sincopada.*” O jazz, de fato, pouco a pouco, era levado para o interior de instituições de elite nos Estados Unidos como *Smithsonian Institution*, *Carnegie Hall* e *Lincoln Center*²⁵¹.

Na esteira desse processo de expansão e canonização, a música de jazz, tal como a ópera dos irmãos Gershwin, veio a ser apresentada nos países da América do Sul. Foi Louis Armstrong, expansivo e com aquela mensagem de que “no fim as coisas se acertam”, o embaixador cultural dos EUA, que, em 1957, a exibiu em sua excursão pela região, a começar por Buenos Aires, no Teatro de Ópera. “*Um sucesso*”, afirmou uma matéria da *Tribuna da*

²⁵⁰ “JAZZ” NO JAPÃO. In: *Correio da Manhã*. 11 de junho de 1953. Ano LII, n.º ?, cad. 1, p. 11. Dez anos antes, Xavier Cugat gravou *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso. Também em 1942, a mesma música serviu, ao lado de *Tico-tico no fubá*, de Zéquinha de Abreu, como trilha sonora para a charmosa animação *Saludo Amigos*, em que Walt Disney apresentou o personagem José Carioca e o Rio de Janeiro, ao lado do entusiasmado norte-americano Donald Duck, o Pato Donald. O vídeo de *Saludo Amigos* está disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=U8p5yncfvDU>>. Acesso em: 21 de ago. de 2010.

²⁵¹ ENTRA O JAZZ COM GENE KELLY NA ÓPERA DE PARIS. In: *Correio da Manhã*. 24 de agosto de 1960. Ano LIX, n.º, cad. 2, p. 3. Cf: THOMAS, Gregory V. The canonization of jazz and Afro-american literature. In: *Callaloo*, Vol. 25, n.º 1, Jazz Poetics: A Special Issue (Winter, 2002), pp. 288-308. Não se quer com isso afirmar que a canonização deveu-se a uma estratégia oficial articulada pelo governo norte-americano. De um modo ou de outro, o jazz, que em seu nascimento era expressão dos negros pobres do sul, passou, pouco a pouco, a ser considerado como uma arte superior, sofisticada, digna de apressado como arte superior.

Imprensa sobre a ida de “Satchmo” à Argentina²⁵², impressão corroborada pelo argumento do embaixador norte-americano no Rio de Janeiro de que “*um Satchmo Armstrong vale cinco exposições de arte.*”²⁵³

Não fazia muito tempo que o trompetista voltara de sua turnê pela União Soviética, interrompida abruptamente pelo Departamento de Estado, e, talvez, ele desejasse retomar a condição de embaixador da cultura norte-americana. Louis Armstrong, quando de suas exposições pelo Bloco Comunista, ao ser questionado sobre o que pensava dos casos de discriminação racial em seu país, no “calor” dos acontecimentos em Little Rock, possivelmente potencializados pela propaganda do governo da URSS, onde se encontrava, respondeu: “*da forma que meu povo tem sido tratado no sul, o governo [dos Estados Unidos] pode ir para o inferno.*” A resposta de Armstrong, que não escapou à *Tribuna da Imprensa*²⁵⁴, colocava em risco toda estratégia de diplomacia da cultura da administração Eisenhower e, em especial, da USIA, que buscava, em suas atividades, redimensionar o problema do preconceito e da discriminação racial nos EUA.

Há que se notar, no entanto, que não foram, afinal, apenas os artistas do jazz do *swing*, do negro *entertainer*, que o Departamento de Estado e a USIA promoveram no intuito de que encenassem a existência de uma democracia racial nos Estados Unidos (embora o “acesso” a tais artistas se mostrasse mais fácil do que com outros). Dizzie Gillespie, um *bebopper* de postura *cool*, tornou-se, tal como Louis Armstrong, um embaixador cultural dos EUA, tendo suas viagens realizadas graças aos auspícios do Departamento de Estado e com a propaganda articulada pelos oficiais das dezenas de postos do *United States Information Service* espalhados pelo mundo.

Num certo sentido, esses usos do jazz e de seus artistas por parte do governo norte-americano ganhavam força pela própria demanda de consumo do estilo: o comercialismo, em sua lógica de funcionamento, fez também do revolucionário estilo *bebop* um produto de mercado, como ocorrera, antes, com a música de Bertold Brecht, *Mack the Knife*, que, a certo

²⁵² LOUIS ARMSTRONG EXCURSIONARÁ PELA AMÉRICA LATINA. In: *Correio da Manhã*. Ano LVI, n.º?, 15 de junho de 1957, cad. 1, p. 3. CABRAL, M. Música: Louis Armstrong em Buenos Aires. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano IX, n.º 2420, 19 de dezembro de 1957, cad. 2, p. 5. Vale a referência de que Armstrong, no começo da carreira, criara um personagem para seus *shows*, o Reverendo Satchelmouth, do qual, depois, se extraiu o apelido *Satchmo*. A criação teatral de Louis Armstrong não era criação isolada, pois que o jazz, em seu início, tomou, de fato, por empréstimo elementos do teatro. Cf: CALADO, Carlos. *Op. Cit.*

²⁵³ CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency. Op. Cit.*, p. 140.

²⁵⁴ A TRAGÉDIA RACISTA NOS ESTADOS UNIDOS. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano IX, n.º 2354, 1 de outubro de 1957, cad. 1, p. 6.

tempo, muito depois, tornar-se-ia peça publicitária de uma grande rede norte-americana de *fast food*²⁵⁵.

Quanto aos intercâmbios culturais, devemos notar também, como dissemos anteriormente, que não foram apenas os artistas negros que emprestaram sentido ao argumento da *United States Information Agency* em sua tentativa de reconduzir os entendimentos das audiências internacionais acerca da questão negra no interior dos Estados Unidos. Lideranças, intelectuais e atletas negros de destaque também viajaram o mundo numa tentativa da USIA de demonstrar os progressos do sistema democrático norte-americano no âmbito das relações raciais.

Além do sociólogo norte-americano John A. Hannan, sobre quem falamos anteriormente, o líder trabalhista negro, Hilton Hanna, veio, em 1953, ao Brasil, onde discursou em português e pôde responder com “facilidade” às perguntas sobre as relações raciais em seu país, relatando, para regozijo do pessoal do Departamento de Estado, a vida de sucesso de outros líderes negros em todo lugar nos EUA²⁵⁶.

Em 1956, para tratar de outro exemplo da estratégia articulada pela USIA, a cidade de São Paulo aguardava a visita de Jesse Owens, o negro que ousou ganhar quatro medalhas de ouro nas olimpíadas de Berlim, em 1936, para profundo desapontamento do Führer, Adolf Hitler. Segundo uma notícia sem atribuição, publicada pelo *Correio da Manhã*, Owens vinha ao Brasil integrando a equipe de basquete do *Harlem Globetrotter*. No show, os negros mágicos do *Harlem* enfrentariam o time do *Texas Cowboys*, os brancos “quadrados” e “sem malícia”, e, presumivelmente, sairiam vitoriosos²⁵⁷.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que os jornais *Tribuna da Imprensa* e *Correio da Manhã*, este em particular, produziram um tratamento acerca da segregação e da discriminação raciais no interior dos Estados Unidos que, em grande medida, afeiçoava-se à produção de sentidos pretendida pela *United States Information Agency* na recondução dos entendimentos acerca do problema – ainda que não o tenha feito sempre em um tom conciliatório. A aproximação a tais entendimentos da USIA é, sem dúvida, mais evidente no material trabalhado localmente pelos jornalistas de ambos os periódicos e em notícias sobre os artistas, lideranças, intelectuais e atletas negros em viagem pelo mundo. A USIA trabalhava a

²⁵⁵ Na década de 1980, a rede *McDonalds* lançou uma campanha publicitária em torno do *McTonight*, homônimo ao *Mack the Knife*, de Marc Blitzstein. Outros exemplos de artistas negros que viajaram o mundo subsidiados pelo governo norte-americano foram, no jazz, Duke Ellington; na ópera, Leontyne Price, William Warfield e Marian Anderson e na dança, a companhia de Martha Graham. HEGER, K. W. *Op. Cit.* e SAUNDERS, Frances Stonor. *Op. Cit.*, p. 316.

²⁵⁶ HAINES, Gerald K. *Op. Cit.*, pp. 165-166.

²⁵⁷ JESS OWENS NO BASQUETEBOL. In: *Correio da Manhã*. Ano LV, n.º ?, 10 de abril de 1956, cad. 2, p. ?.

estratégia de que os casos de discriminação e segregação raciais nos Estados Unidos deveriam ser analisados no interior do processo de integração e crescente melhoria das condições de vida dos negros, indicando tais casos como sendo mais ou menos dispersos e meramente factuais. O sistema norte-americano possuiria, enfim, mobilidade social: sob sua égide todos poderiam gozar de bem-estar e segurança.

E, por isso, foi fundamental readequar o valor da cultura negra – o jazz especialmente por seu alcance “natural” a todos os cantos do mundo; ela era uma demonstração da crescente melhoria da vida dos negros, que alcançavam não apenas o “sonho americano” de bem estar e segurança, mas até o estrelato. Para encená-lo, lá estavam, entre outros, Louis Armstrong e Jesse Owens. O sentido da “estrela negra” recalrava outros pensares sobre o significado da exclusão dos negros da vida política e, de quando em quando, de sua escusa no discurso, explodiam numa crise de violência e protesto, com se assistiu em Little Rock e com a Marcha para Washington, e que, embora de maneira eclipsada, pôde-se acompanhar nas páginas dos jornais *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*.

De certo modo, naqueles anos 1950 e 1960, não era o caso de os negros não participarem da vida política norte-americana – espaço da liberdade, do pensar e atuar para transformar, para lembrar Hannah Arendt²⁵⁸. Segundo os argumentos da USIA, todos os acontecimentos de então eram explicáveis por um erro histórico, ou por um processo de libertação incompleto que a história dos Estados Unidos, enquanto redentora, corrigiria. O lugar reconhecido para eles, no *American Way*, era mesmo o de não cidadãos, naquele sentido que ainda prevalece de “*africans-americans*” e não outro, menos discriminatório, de que brancos e negros são, afinal, “norte-americanos” e dividem, por isso, o mesmo espaço na esfera pública.

²⁵⁸ ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo, Perspectiva, 1979.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mês do golpe que derrubou, no Brasil, o governo de João Goulart, março de 1964, a *Tribuna da Imprensa* publicou uma notícia tratando da investida do governo dos Estados Unidos no Vietnam:

As operações militares se intensificam no Vietnam do Sul, segundo as declarações norte-americanas mostrando a decisão de prosseguir a luta contra os rebeldes vietnamitas. Assim, ontem, [4 de março de 1964], um capitão norte-americano foi morto e um coronel vietnamita ferido durante um ataque a um posto. As perdas dos rebeldes chegaram a 150, enquanto as forças governamentais sofreram 15 baixas, segundo um relatório norte-americano.

A operação ocorreu a 150 Km a oeste de Saigon, numa região próxima da fronteira de Camboja, que protestou recentemente contra a insegurança que reina em suas fronteiras, devido à luta no Vietnam. Outro oficial norte-americano pereceu ontem, numa emboscada ao norte. (...)

Fonte autorizada informa que além da referida operação da terça-feira passada houve ainda mais 30 combates entre governamentais ou Vietcong. As perdas rebeldes se elevaram a 30 mortos e 70 prisioneiros. Os governamentais tiveram três mortos²⁵⁹.

Em agosto de 1964, Lyndon Johnson, que assumira a Casa Branca após o assassinato do presidente John Kennedy, em novembro de 1963, tentou convencer o Congresso dos Estados Unidos a adotar a resolução “Golfo de Tonkin”: na prática, uma medida legislativa que daria um “cheque em branco” para as operações de guerra do país no Vietnam. Na esteira dessa mobilização, dobrou o número de oficiais da USIA no Vietnam do Sul, e a eles somaram-se 200 militares e mais um pessoal de apoio que viria a trabalhar com propaganda sob a coordenação da agência²⁶⁰.

Após uma visita à região, em 1965, Carl T. Rowan, então diretor da USIA, produziu um relatório para o presidente Johnson em que defendia a ideia de que os Estados Unidos deveriam revigorar a propaganda no Vietnam do Sul, incluindo atividades para rádio e televisão e a formação de um grande grupo de especialistas em atividades secretas de contra-insurgência. Em abril de 1965, o Conselho de Segurança Nacional aprovou as propostas de Rowan. Três meses depois, em julho, o governo norte-americano fundaria o *Joint United States Public Affairs Office* (JUSPAO), uma combinação de escritórios com funções de imprensa e de táticas psicológicas de guerra que absorvia atividades e o pessoal das forças

²⁵⁹ EUA LANÇAM OFENSIVA NO VIETNAM. In: *Tribuna da Imprensa*. Ano XV, n.º 4292, 5 de março de 1964, cad. 2, p. 2.

²⁶⁰ CULL, Nicholas J. *The Cold War and the United States Information Agency*. Op. Cit, p. 247.

armadas norte-americanas, da CIA e da USIA. Tal era a proporção e atenção do governo dos EUA e, por extensão, da USIA para com o Vietnã²⁶¹.

A partir desse período, a agência passaria a dar menos atenção aos temas que, até então, haviam centralizado o seu trabalho junto às audiências internacionais, como, para citar um exemplo, os programas e avanços da tecnologia atômica ou mesmo a questão racial. O militarismo norte-americano era o novo elemento que causava prejuízo à imagem do país no exterior²⁶². Além disso, Fidel Castro e o alinhamento de Cuba à União Soviética passavam a ocupar espaço cada vez maior nos jornais. Na edição do dia 26 de julho de 1963, para citar um exemplo, o *Correio da Manhã* publicou uma notícia de destaque, veiculada pela USIA, na primeira página:

Fontes diplomáticas de Nova York acham que o premier soviético Nikita Kruchev assistirá, em Havana, às comemorações do 26 de julho, como convidado do premier Fidel Castro. Em Washington, os deputados republicanos na Câmara Federal apresentaram um projeto-de-lei pedindo a aplicação da Doutrina Monroe (“a América para os Americanos”) no caso de Cuba. O projeto (...) propõe que se acabe com a intervenção soviética em Cuba e com a subversão comunista, a sabotagem e o sistema de guerrilhas no Hemisfério Ocidental e que se estabeleçam em Cuba as condições que permitam ao povo cubano exercer livremente seu direito à autodeterminação²⁶³.

No cenário nacional, em março de 1962, as dificuldades econômicas da *Tribuna da Imprensa* tornaram-se insuportáveis, levando Carlos Lacerda a vender o jornal para Hélio Fernandes. Tanto a *Tribuna* como o *Correio da Manhã* mostravam uma sistemática oposição ao governo de João Goulart, o que se coadunava às medidas adotadas pelo governo norte-americano em relação aos serviços de mídia brasileiros, na medida em que utilizou-se de seu lastro junto a tais serviços para veicular propaganda sobre a ameaça comunista representada por Goulart²⁶⁴. Ambos os periódicos viriam a dar apoio ao golpe civil-militar de 31 de março de 1964 que, novamente, poria fim a um período democrático no Brasil, inaugurando uma nova era política e de engajamento intelectual²⁶⁵.

²⁶¹ Idem, pp. 251 e ss.

²⁶² DUDZIAK, Mary L. *Op. Cit.*, p. 208.

²⁶³ KRUSHEV ESTARÁ EM CUBA PARA O 26 DE JULHO. In: *Correio da Manhã*. Ano LXII, n.º 21541, 26 de junho de 1963, cad. 1, p. 1.

²⁶⁴ Verbete Temático – *Correio da Manhã* em Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV/CPDOC). *Op. Cit.*; Verbete Temático – *Tribuna da Imprensa* em Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (FGV/CPDOC). *Op. Cit.*; e BLACK, Jan K. *Op. Cit.*, p. 110.

²⁶⁵ Sobre o apoio ao golpe civil-militar de 1964, no Brasil, por parte da inteligência afinada à proposta de combate ao modelo soviético no mundo vide: CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil e os Outros*. *Op. Cit.*; e DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 5 ed., 1987. Realizei uma análise comparada dos debates sobre o papel das Forças Armadas e suas

Com tais mudanças no cenário internacional e na política brasileira, o trabalho da USIA seguiria outros rumos.

Esta dissertação discutiu a atuação da *United States Information Agency* no Brasil, entre os anos de 1953 e 1964, pela análise de notícias veiculadas em dois importantes órgãos da mídia impressa do país, o *Correio da Manhã* e a *Tribuna da Imprensa*.

Precisar a extensão das operações da agência no país é difícil, uma vez que ela lançou mão, como vimos, de ações secretas e encobertas. No entanto, a análise do material publicado pelos dois jornais demonstra a qualidade dessa atuação, sempre coordenada com as diretrizes da sucursal de Washington e dos demais órgãos que compunham a estrutura decisória da política externa nos Estados Unidos.

Com isso, não se quer afirmar que os oficiais da agência no Brasil não tivessem autonomia para desenvolver projetos locais e concernentes à peculiaridade da opinião pública nacional. Esse tipo de atuação constituía parte importante do trabalho da agência e foi, inclusive, essa aproximação às audiências internacionais pelos oficiais do USIS, estabelecidos em diversos países pelo mundo, que sugeriu, pela primeira vez, a ideia de a agência veicular material sem atribuição.

Para a consecução de seu objetivo de moldar a opinião pública brasileira, ou parte importante dela, a agência foi reticente em relação a determinadas questões – como a profundidade do fenômeno do *macarthismo* no interior dos Estados Unidos – e enfática em relação a outras que lhe pareciam concorrer para uma percepção “adequada” da vida e dos valores norte-americanos. Foi o caso do programa *Átomos para a Paz*, da administração Eisenhower (uma das diversas exposições, organizadas pela agência, em todo o mundo, foi realizada em São Paulo, entre agosto e dezembro de 1955, recebendo um público de 300 mil pessoas)²⁶⁶.

Tudo foi feito em nome das liberdades de discurso e escolha, ou seja, em nome da democracia, mas ante a resistência da opinião pública, como aquela, por vezes, demonstrada no Brasil, a USIA não vacilou em lançar mão de operações secretas. Estendia sobre ela, silenciosamente, o seu estandarte.

intervenções na vida política de Brasil e Argentina, veiculados em duas revistas do Congresso pela Liberdade da Cultura, *Cuadernos e Cadernos Brasileiros*, entre 1964 e 1965. Cf: CATTAL, Júlio Barnez P. *Brasil e Argentina na Guerra Fria Cultural norte-americana: uma análise comparada dos debates sobre o papel das Forças Armadas no Brasil e na Argentina, veiculados nas revistas Cuadernos e Cadernos Brasileiros, entre 1964 e 1965*. Trabalho entregue como parte das exigências da disciplina “Tópicos Especiais em História: História Social”, ministrada pelo Prof. Dr. Michael M. Hall, IFCH-Unicamp, 1º semestre de 2008.

²⁶⁶ *FRUS, 1955-1957, Vol IX*, Introduction, undated, p. 520.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

AGEE, Philip. *Inside the company: CIA diary*. New York: Bantam Books, 1975.

_____. and WOLF, Louis. (ed). *Dirty Work: the CIA in Western Europe*. (Secoucus, N. J.: Lyle Stuart, 1978.)

ANDERS, Roger M. The Rosenberg Case Revisited: The Greenglass Testimony and the Protection of Atomic Secrets. *The American Historical Review*, Vol. 83, n.º 2 (Apr., 1978), pp. 388-400.

ANDERTON, Lillian D. U.S.I.S. Libraries: a Branch of U.S.I.A. *Peabody Journal of Education*, Vol. 45, N.º 2, (Sep., 1967), pp. 114-120.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

_____. *Origens do totalitarismo* (trad. Roberto Raposo). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARON, Raymond. *O ópio dos intelectuais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1980.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BACIU, Stefan. *Lavradio, 98. Histórias de um jornal de oposição: a Tribuna da Imprensa ao tempo de Carlos Lacerda*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

_____. *Manuel Bandeira de corpo inteiro*. Rio de Janeiro, José Olympio, col. Documentos Brasileiros, 1966.

BAILEY, Norman. (ed). Organization and operation of neoliberalism n Latin American. In: *Latin American: politics, economics, and hemispheric security*. New York, Praeger, 1965.

BARDOS, Arthur A. *Public Diplomacy: An Old Art, A New Profession*. Disponível em: <<http://www.vqronline.org/articles/2001/summer/bardos-public-diplomacy/>>. Acesso em: 25 de mar. 2008.

BERGHE, Kristine Von. *Intelectuales y anticomunismo: la revista "Cadernos Brasileiros" (1959-1970)*. Leuven, Leuven University Press, 1997.

BERMAN, Edward H. *The Ideology of Philanthropy*. 1983. Disponível em: <<http://www.icdc.com/~paulwolf/oss/ideologyofphilanthropy.htm>>. Acesso em: 11 de set. 2008.

BERTONHA, João Fábio. Divulgando o Duce e o fascismo em terra brasileira: a propaganda italiana no Brasil, 1922-1943. Disponível em: <[http://www.eventos.uepg.br/ojs2_revistas/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path\[\]=159&path\[\]=90](http://www.eventos.uepg.br/ojs2_revistas/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path[]=159&path[]=90)>. Acesso em: 2 de fev. 2010.

BLACK, Jan K. *United States Penetration of Brazil*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1977.

BLUME, Norman. *Pressure groups and decision-making in Brazil*. Studies in comparative international development. St. Louis, Missouri, Washington Univ., 3(11), 1967/1968 (série de monografias).

BOBBIO, Norbert. *Os Intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. (Trad. Marco Aurélio Nogueira). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOGART, Leo. *Premises for Propaganda: the United States Information Agency's Operating Assumptions in the Cold War*. The Free Press, New York; Colier Macmillan Publishers, London, 1976.

BRANDS, H. W. *The Devil We Knew: America and the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

BRECHT, Bertolt. "Notas sobre 'A ópera dos três vinténs'". In: *Teatro dialético*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.

BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. *Memória e (re)sentimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

CALADO, Carlos. *O Jazz como Espetáculo*. São Paulo: Perspectiva: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

CANCELLI, Elizabeth. Intelectualidade e Poder: inconformidade na Guerra Fria. In: Revista do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia – *ArtCultura*. Uberlândia, n.º 9, jul-dez de 2004.

_____. *O Brasil e os Outros: estranhamento, humilhação, memória e política*. (Mímeo/USP), 2008.

_____. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. 2.^a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. 2.^a ed. São Paulo: Ateliê Editorial – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP, FAPESP, 2002.

CARONE, Edgar. *O P.C.B.: 1943 a 1964*. São Paulo: Difel, 1982.

CHAMBERLAIN, Jane H. Threepenny politics in translation. In: *The Newsletter of Literary Division*. n.º 45, Summer 2009.

CHERNUS, Ira. *Eisenhower's atoms for peace*. (Library of Presidential Rhetoric). Texas A&M University Press: College Station, 2002.

CHESTER, Eric Thomas. *The Ford Foundation*. Disponível em: <<http://www.icdc.com/~paulwolf/oss/fordfoundation.htm>>. Acesso em: 15 de dez. 2007.

CIA Report. *Origins of The Congress For Cultural Freedom*. Disponível em: <www.cia.gov/csi/studies/95sunclass/warner.html/>. Acesso em: 18 de jan. 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. (Org.) *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Xamã: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, 1995.

COLEMAN, Peter. *The Liberal Conspiracy: the Congress for Cultural Freedom and the Struggle for the Mind of Post War Europe*. NY, The Free Press/Macmillan, 1989.

CUADERNOS. *Expresión del pensamiento contemporáneo*. Buenos Aires: Sur, 1965.

CULL, Nicholas J. Auteurs of Ideology: USIA Documentary Film Propaganda in the Kennedy Era as Seen in Bruce Herschensohn's "The Five Cities of June" (1963) and James Blue's "The March" (1964). *Film History*, Vol. 10, n.º 3, The Cold War and the Movies (1998).

_____. *The Cold War and the United States Information Agency: American Propaganda and Public Diplomacy, 1945-1989*. Cambridge Studies in the History of Mass Communication. Cambridge University Press, 2008.

DANIELS, Douglas Henry. Los Angeles Zoot: Race "Riot," the Pachuco, and Black Music Culture. In: *The Journal of African American History*, Vol. 87, The Past before Us (Winter, 2002).

DIZARD, Wilson P. *Inventing public diplomacy: the story of the U. S. Information Agency*. Lynne Rienner Publishers, Boulder, London, 2004.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 5 ed., 1987.

DUDZIAK, Mary L. *Cold War Civil Rights: race and the image of American Democracy*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2000.

DULLES, John W. F. *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. *Unrest in Brazil: Social Protest and Military Crises*. University of Texas Press, 1970.

EUZÉBIO, Eliane. *O Poder das Idéias: as traduções com objetivo político de Carlos Lacerda*. Dissertação de Mestrado. Área de Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês, FFLCH/USP, 2007.

FENWICK, Charles G. Novos aspectos do sistema de segurança coletiva. *Revista Forense*, out. de 1946, pp. 167-170.

_____. Security and Understanding Lead toward World Peace. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 114, America and the Post-War European Situation (Jul., 1924), pp. 153-154

_____. The progress of international law during the past forty years. (*Recueil des cours de l'Académie de droit international*). Paris, Sirey, 1951, 8 Vol., p . 5-7.

FOLHA DE S. PAULO. *Primeira Página: Folha de S. Paulo*. 5.^a Edição. São Paulo: Publifolha, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. (Trad. Luiz Felipe B. Neves). 7.^a Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FREEMAN, Alwyn V. Charles Ghequiere Fenwick: 1880-1973. *The American Journal of International Law*, Vol. 67, No. 3 (Jul., 1973), pp. 501-504.

FRENK, Susan F. Two Cultural Journals of the 1960s: Casa de las Americas and Mundo Nuevo. In: *Bulletin of Latin American Research*, Vol. 3, n.º 2., pp. 83-93, 1984.

GADDIS, John Lewis. *The United States and the Origins of the Cold War, 1941–1947*. (1972; 2nd. ed., 2000).

_____. *We Now Know: Rethinking Cold War*. New York, Oxford University Press, 1997.

GALDIOLI, Andreza da Silva. *A Cultura Norte-americana como um Instrumento do Soft Power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a Política da Boa Vizinhança*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), 2008

GARBER, Marjorie & WALKOWITZ, Rebecca L. *Secret Agents: the Rosenberg case, McCarthyism, and fifties America*. Routledge: New York & London, 1995.

GERSHWIN, George; RAVEL, Maurice; DEBUSSY, Claude. [Royal Philharmonic Orchestra. Mediasat Group S.A.; texto e documentação musical Eduardo Rincón]; (trad. Eliana Rocha). São Paulo: Publifolha, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. (trad. Carlos N. Coutinho). Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 6.^a edição, s/d.

GRÉMION, Pierre. *Intelligence de l'anticommunisme: Le Congrès pour la liberté de la culture à Paris (1950-1975)*. Paris: Fayard, 1995.

GUILBAUT, Serge. *How New York Stole The Idea of Modern Art: Abstract Expressionism, Freedom, and the Cold War*. (trad. Arthur Goldhammer). Chicago: University of Chicago Press, 1983.

HAINES, Gerald K. *The Americanization of Brazil: A Study of U.S. Cold War Diplomacy in the Third World (1945-1954)*. Wilmington: SR Books, 1989.

HAYNES, John E. *Red Scare or Red Menace?: American communism and anticommunism in the cold war era*. Chicago: Ivan R. Dee, 1996.

HENDERSON, John. W. *The United States Information Agency*. Frederick A. Praeger, Publisher, New York, Washington, London, 1969.

HEWLETT, Richard G. e HOLL, Jack M. *Atoms for peace and war, 1953-1961: Eisenhower and the Atomic Energy Commission*, Vol. 3. Berkley, Los Angeles, London. University of California Press, 1989.

HEGER, Kenneth. W. *Race Relations in the United States and American Cultural and Informational Programs in Ghana, 1957-1966*. Disponível em: <<http://www.archives.gov/publications/prologue/1999/winter/us-and-ghana-1957-1966-2.html>>. Acesso em: 05 de fev. 2010.

HOBSBAWN, Eric. *História Social do Jazz*. (trad. Angela Noronha). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOK, Sidney. *Os paradoxos da liberdade*. (trad. Álvaro Cabral). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

Institutional News Source: Latin American Research Review, Vol. 3, n.º 4, (Autumn, 1968), pp. 113-124. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2502328>>. Acesso em: 13 de ago. de 2008.

JDANOV, Andre. *Rapport d'André Jdanov sur la situation internationale* (Présenté à la Conférence d'information des neuf partis communistes qui s'est tenue en Pologne à la fin du mois de septembre 1947). 8.º éd. Paris: Imp. Maréchal, 1947.

JUMONVILLE, Neil (ed.). *The New York intellectuals reader*. Routledge: New York, London, 2007.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande: imaginando a América Latina em 'Seleções': Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

_____. Representações políticas do território latino-americano na revista Seleções. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n.º 42, pp. 323-342, 2001.

KAISER, Davi. Review. *Isis*, Vol. 93, n.º 3. (Sep., 2002), pp. 540-541.

_____. The Atomic Secret in Red Hands? American Suspicions of Theoretical Physicists during the Early Cold War. In: *Representations*, n.º 90 (Spring, 2005), pp. 28-60.

KARABELL, Zachary. *Architects of Intervention: The United States, The Third World, and the Cold War, 1946-1962*. Eisenhower Center Studies on War and Peace. Louisiana State University Press, 1999.

KENNAN, George. *The sources of soviet conduct*. Disponível em: <<http://www.historyguide.org/europe/kennan.html>>. Acesso em: 11 de fev. 2009.

KNIGHT, Amy. *Como começou a Guerra Fria: o caso Igor Gouzenko e a caçada aos espiões soviéticos*. (trad. Carlos Duarte e Ana Duarte). Rio de Janeiro: Record, 2008.

KOCH, Stephen. *Double lives: Stalin, Willi Munzenberg and the seduction of the intellectuals*. New York: Enigma Books, 2004.

KRAMMER, Arnold. In: *Russian Review*, Vol. 40, n.º 2 (Apr., 1981), pp. 205-206.

LAFEBER, Walter. *America, Russia, and the Cold War, 1945-1996*. Eighth Edition. Cornell University, 1997.

LEVINE, Robert M. Brazil's Jews during the Vargas Era and After. *Luso-Brazilian Review*. Vol. 5, n.º 1 (Summer, 1968), pp. 45-58.

_____. *Pai dos Pobres?: o Brasil e a era Vargas*. (Trad. Anna Olga de Barros Barreto). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIPSET, S. M. & SOLARI, A.E. (compiladores). *Elites y desarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1971 (2.ª ed.).

LUCAS, Scott. Campaigns of Truth: The Psychological Strategy Board and American Ideology, 1951-1953. In: *The International History Review*, Vol. 18, No. 2 (May, 1996).

LUKES, Igor. The Rudolf Slansky Affair: New Evidence. *Slavic Review*, Vol. 58, No. 1 (Spring, 1999), pp. 160-187.

MAIO, Marcos Chor. O projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil nos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14, n.º 41. São Paulo: out. 1999. Disponível em: <www.sieco/br.ph?pid>. Acesso em: 13 de jun. 2007.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Unicamp, 1998.

MICELI, Sérgio. *A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo, Editora Sumaré, 1990.

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

_____. (org). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo, Fapesp/Editora Sumaré, 1993.

MISKULIN, Sílvia César. *Cultura ilhada: imprensa e revolução cubana, 1959-1961*. São Paulo: Xamã, 2003.

MOTOYAMA, Shozo (Org.) *O Almirante e o Novo Prometeu*. São Paulo: EDUNESP, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva, Fapesp, 2002.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MUDROVICIC, Maria Eugênia. *Mundo Nuevo: cultura y Guerra Fría en la década del 60*. Rosario, Beatriz Viterbo Editora, 1997.

MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). *Diálogos* (Maringá), v. 6, p. 41-59, 2002.

OLIVER, Paul. *The Story of The Blues*. Boston: Northeastern University Press, 1997.

O'REILLY, Kenneth. *Hoover and the Un-Americans*. Disponível em: <<http://www.writing.upenn.edu/~afilreis/50s/hoover.html>>. Acesso em: 21 de mar. 2011.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. (trad. Maria Júlia Goldwasser). São Paulo: Editora Ática S.A., 1990.

POWERS, Richard Gid. *Not Without Honor: the History of American Anticommunism*. Yale, Yale University Press, 1998.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. In: *Revista USP*. São Paulo – n.º 26, p. 52-61, junho-agosto de 1995.

_____. e CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia: o jornal o Estado de São Paulo*. 1. ed. SAO PAULO: ALFA-OMEGA, 1980.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*. n.º 31, 2003.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. Os “inimigos da paz”: estado, imprensa e a repressão ao movimento dos “partidários da paz” no Brasil (1950-1956). In: *Saeculum – Revista de História*, n.º 17. João Pessoa, jul/dez. 2007, pp.63-78.

RICHARDS, Pamela Spence. Information for the Allies: Office of War Information Libraries in Australia, New Zealand, and South Africa. *The Library Quarterly*. Vol. 52, n.º 4 (Oct., 1982), pp. 325-347.

RICHMOND, Yale. *Cultural Exchange & The Cold War: Raising the Iron Curtain*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2003.

ROJAS, Robinson. *Estados Unidos en Brasil, 1965*. Disponível em:

<<http://www.rrojasdatabank.info/bras0000/brasch34.pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2008.

ROSE, R. S. *The Unpast: Elite violence and social control in Brazil, 1954-2000*. Ohio University Research in International Studies – Latin America Series n.º 44. Ohio University Press, 2005.

ROSZAK, Theodore. *The Dissenting Academy*. New York, Vintage Books, s/d.

SAUNDERS, Frances Stonor. *Quem Pagou a Conta?*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHLEE, Andrey Rosenthal e DONATO, Lila *A Praça do maquis*. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%207%20pdfs/001.pdf>>. Acesso em: 22 de out. de 2008.

SCHLESINGER Jr, Arthur M. Not Right, Not Left, But a Vital Center. *New York Times Magazine*, Sunday, April 4, 1948.

_____. *The Vital Center. The Politics of Freedom*. USA, DaCapo, 1988.

SCHRECKER, Ellen. *The Age of McCarthyism: A Brief History With Documents*. Boston: St. Martin's Press, 1994.

SCHWENK, Melinda M. *Negro Star and the USIA'S Portrait of Democracy*. Disponível em: <www.aejmc.org/_events/convention/abstracts/1999/viscom.php>. Acesso em: 19 de jun. 2007.

SCOTT-SMITH, Giles. *The Politics of Apolitical Culture: the Congress for Cultural Freedom, the CIA and Post-War American Hegemony*. University of Manchester, 2002.

SIMPSON, Christopher (org.). *University and Empire: Money and Politics in the Social Sciences During the Cold War*. New York, New Press, 1998.

SNOW, Nancy. *Propaganda Inc.: selling America's culture to the world*. Seven Stories Press, New York, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4.ªed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TAYLOR, John Harper. *Ambassador of Arts: an analysis of the Eisenhower administration's incorporation of Porgy and Bess into its Cold War foreign policy*. Dissertation presented in partial Fulfillment of the Requirements for the Degree Doctor of Philosophy in the Graduated School of The Ohio State University, 1994.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (Org.). *O Século sombrio: uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Campus-Elsevier, 2004.

THEOHARIS, Athan. *The Politics of Scholarship: Liberals, Anti-Communism, and McCarthyism*. Disponível em: <<http://www.writing.upenn.edu/~afilreis/50s/theoharis.html>>. Acesso em: 21 de mar. 2011.

THOMAS, Gregory V. The canonization of jazz and Afro-american literature. In: *Callaloo*, Vol. 25, n.º 1, Jazz Poetics: A Special Issue (Winter, 2002), pp. 288-308.

THOREAU, David H. *A desobediência civil*. 1848. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2249> Acesso em: 28 de abr. de 2009.

TOTA, Antônio Pedro. Cultura e dominação: relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Guerra Fria In: *Perspectivas*, São Paulo, n.º 27, 2005.

_____. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VALIN, Alexandre B. *Imagens vigiadas: uma história social do cinema no alvorecer da Guerra Fria, 1945-1954*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2006.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. 6.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.

WHITFIELD, Stephen J. *The Culture of the Cold War (The American Moment)*. Maryland, The Johns Hopkins University Press, 2.ª ed., 1996.

WILFORD, Hugh. *The Mighty Wurlitzer: how CIA played America*. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, London, England, 2008.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Abreu, Lúcio de	130.
Acheson, Dean	94.
Alberto, Álvaro	64.
Arendt, Hannah	86, 139.
Armstrong, Louis	22, 103, 106, 122, 125, 128, 132, 136, 137, 139.
Auto, José	25.
Baciu, Stefan	24, 25, 26.
Beatles, The	131.
Benton, William	29, 32.
Bittencourt, Edmundo	24.
Bittencourt, Paulo	40.
Blitzstein, Marc	105, 106.
Bloch, Charlie	103.
Blue, James	120, 121.
Bohlen, Charles	85, 98.
Borden, William	93.
Bradley, Gal.	60.
Brecht, Bertold	103, 104, 105, 106, 107, 111, 137.
Breen, Robert	134.
Brown, <i>caso</i>	112, 113.
Carneiro, Pereira	40.
Castro, Fidel	20, 41, 142.
Chateaubriand, Assis	40.
Cole, Nat ‘King’	123.
Conover, Willis	81, 126, 129, 132, 133.
Creel, George	27.
Crossman, Richard	24, 50.
Cugat, Xavier	136.
Cull, Nicholas J.	121.
Cunha, Flores da	91.
Darin, Bobby	106.
Davis, Elmer	27, 29, 31, 39.
Davis, Miles	132.
Davis, Frank Marshall	109.
Donovan, William	29, 31.
Duarte, Samuel	91.
Dulles, John Foster	38, 75, 85, 89, 91, 92.
Dutra, Eurico G.	64.
Eckford, Elizabeth	80.
Einstein, Albert	16, 17, 18, 91.
Eisenhower, Dwight D.	17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 29, 36, 37, 38, 39, 41, 45, 47,

	53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 79, 85, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 111, 112, 113, 114, 125, 132, 133, 134, 136, 137, 143.
Eisenhower, Milton	58, 72, 73.
Ellington, Duke	125, 128.
Estrela, Arnaldo	130.
Evans, Andrew	67.
Farmer, James	119.
Faubus, Orval	113, 116
Faulkner, William	100, 101.
Fenwick, Charles	58, 59.
Fitzgerald, Ella	106, 124.
Ford, Paul L.	58.
Frejat, José	130.
Freyre, Gilberto	98.
Gagarin, Yuri	24.
Garcia, Luiz	115.
Gay, John	103, 104, 107.
Gershwin, George	22, 79, 134, 136.
Gershwin, Ira	22, 134, 136.
Gilels, Emil	133.
Gillespie (Dizzy) John Birks	129, 137.
Glenn, John	77.
Glick, Nathan	119.
Goodman, Benny	133.
Goulart, João	21.
Gouzenko, Igor	75.
Gorkin, Julian	25.
Greenglass, David	74.
Hanna, Hilton	138.
Hannan, John A.	116, 117, 138.
Hauptmann, Elisabeth	103.
Hiss, Alger	94.
Hitler, Adolf	86, 87, 138.
Hobsbawn, Eric	103, 127.
Hollanda, F. Buarque	104.
Holyday, Billie	128.
Humphrey, Humbert	96.
Jackson, C. D.	37, 39, 63, 65
Jackson, William H.	37, 45.
James, Harry	124.
Johnson, Lindon	121, 141.
Kafka, Franz	17, 22.
Kai-shek, Chiang	97.

Kaufman, Irving	89, 90.
Kelly, Gene	136.
Kennan, George	34, 35, 95.
Kennedy, Caroline	82, 83.
Kennedy, Jacqueline	17, 82, 83.
Kennedy, John F.	17, 82, 83, 120, 121, 141.
Kennedy, Robert	120.
King, Martin Luther	118, 119, 120.
Kirov, Sergei	86.
Kogan, Leonid	133.
Kupra, Gene	136.
Lacerda, Carlos	25, 40, 53, 142.
Lago, Mario	130.
Lapin, Sergei	131.
Lilly, Edward P.	48.
Lincoln, Abraham	122.
Lucas, Scott	34.
Lukes, Igor	84.
McCarthy, Joseph	92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101.
Mahirim, Cel. Walker M.	67.
Maia, Yolandino	130.
Marshall, Thomas J.	99, 100.
Meir, Golda	86.
Mittelberg, Louis	79.
Monk, Thelonius	129.
Mundt, Karl	33.
Murrow, Edward	21.
Neruda, Pablo	130.
Nixon, Richard	97.
Oistrakh, David	133.
Oppenheimer, J. Robert	53, 92, 93, 94, 96, 101.
Owen, Latiimore	94.
Owens, Jesse	138, 139.
Parker, Charlie	103.
Pedrosa, Israel	130.
Picasso, Pablo	78.
Pio XII	91, 92.
Rankin, John	88.
Rego, Costa	117.
Richmond, Yale	131.
Rockefeller, Nelson	27, 28, 29, 31, 38, 39, 43.
Roosevelt, Franklin D.	29, 31, 98.
Rosenberg, Ethel Greenglass	22, 54, 72, 73, 74, 75, 78, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 97.

Rosenberg, Julius	22, 54, 72, 73, 74, 75, 78, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 97.
Rowan, Carl T.	21, 121, 141, 142.
Sacco, Nicola	74.
Saldanha, Aristides	130.
Salk, Jonas	20.
Santos, Artur	91.
Schiar, Carlos	130.
Schlesinger, Arthur M.	36, 97, 98.
Sherwood, Robert	29, 31.
Sinatra, Frank	103, 106.
Slansky, Rudolf	84, 85, 86, 87, 88.
Smith, Alexander	33.
Souto, Genival	130.
Spelmann, Cdl.	120.
Stálin, Joseph	84, 85, 86, 88, 89, 101, 132.
Stevens Jr., George	120.
Stevenson, Adlai E.	94.
Strauss, Lewis	63, 92, 93.
Streibert, Theodore	125.
Tito, Mal.	84.
Truman, Harry	29, 32, 33, 35, 36, 39, 53, 54, 56, 60, 67, 89, 94, 95, 96, 97, 98.
Vanzetti, Bartolomeu	74.
Vargas, Getúlio	25, 117.
Vincent, John Carter	94.
Voltaire F. M. A.	52.
Wallace, George	120.
White, Harry Dexter	94.
White, William L.	89.
Wick, James L.	49.
Wilkins, Roy	119.
Wilson, Charles E.	60, 114.
Wilson, Woodrow	27, 32.
Yukimura, Izumi	136.
Zhdanov, Andrei	85, 86.